



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS
REGIONAIS – PPGDIRE

Ageu Moura da Silva

Acesso à educação: ações promovidas aos imigrantes venezuelanos Warao pela gestão
municipal de Araguaína/TO

Araguaína/TO

2025

Ageu Moura da Silva

Acesso à educação: ações promovidas aos imigrantes venezuelanos Warao pela gestão municipal de Araguaína/TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas, como requisito à do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Araguaína/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586a Silva, Ageu Moura da.

Acesso à educação: ações promovidas aos imigrantes venezuelanos Warao pela gestão municipal de Araguaína/TO. / Ageu Moura da Silva. – Araguaína, TO, 2025.

120 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2025.

Orientador: Miguel Pacifico Filho

1. Warao. 2. Imigração. 3. Políticas públicas. 4. Educação. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ageu Moura da Silva

Acesso à educação: ações promovidas aos imigrantes venezuelanos Warao pela gestão
municipal de Araguaína/TO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas, curso de Pós-Graduação Strictu Sensu em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE. Foi avaliada para a obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela banca examinadora.

Data da aprovação: ___/___/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho – Orientador (UFNT)

Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes – Membro interno (PPGDire-UFNT-Araguaína)

Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira – Membro interno (PPGDR-UFT-Palmas)

RESUMO

A presente pesquisa, objetiva analisar as ações que a prefeitura de Araguaína empreende na condição de cidade média voltada para os indígenas venezuelanos Warao como coletividade na cidade de Araguaína-TO, verificando a promoção de acesso educacional para crianças e adolescentes Warao em relação às suas necessidades e à acolhida conforme a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Será adotada a filiação teórica que fundamenta a pesquisa, embasada nos conceitos desenvolvidos por Amartya Sen (2010) e Saskia Sassen (1998, 2016). Amartya Sen, em sua teoria do desenvolvimento como liberdade, oferece uma perspectiva que destaca a importância da expansão das liberdades reais como medida do desenvolvimento humano, enfatizando o papel crucial da dignidade e da segurança para todos os indivíduos (Sen, 2010). Por outro lado, Saskia Sassen aborda as dinâmicas de exclusão e expulsão geradas pela globalização, ressaltando como as forças econômicas globais frequentemente resultam em despossessão e marginalização de populações vulneráveis (Sassen, 2016). As técnicas metodológicas presentes nesta pesquisa são divididas em três eixos: (1) técnica de coleta; (2) técnica de tabulação; e (3) técnica de análise. Isso ajuda a organizar e entender o procedimento metodológico usado. Foi realizado a entrevista semiestruturada e escuta presencial, duas profissionais vinculadas à área de educação e uma mãe venezuelana de crianças e adolescentes WARAO. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas utilizando as estratégias de análise de conteúdo. Dessa forma, a pesquisa permitiu verificar que, apesar dos esforços da gestão municipal para integrar crianças e adolescentes indígenas warao ao sistema educacional, ainda existem desafios significativos relacionados ao reconhecimento de sua identidade cultural e à garantia de direitos sociais básicos.

Palavras-chave: Warao. Imigração. Políticas públicas. Educação. Araguaína.

ABSTRACT

This research aims to analyze the actions undertaken by the Araguaína city government, as a medium-sized city, toward the Venezuelan Warao Indigenous community in Araguaína-TO, specifically focusing on promoting educational access for Warao children and adolescents in accordance with their needs and the reception policies outlined in Law No. 13.445, dated May 24, 2017. The theoretical framework guiding this research is based on the concepts developed by Amartya Sen (2010) and Saskia Sassen (1998, 2016). Amartya Sen, in his theory of development as freedom, offers a perspective that highlights the importance of expanding real freedoms as a measure of human development, emphasizing the crucial role of dignity and security for all individuals (Sen, 2010). On the other hand, Saskia Sassen addresses the dynamics of exclusion and expulsion generated by globalization, highlighting how global economic forces often result in dispossession and marginalization of vulnerable populations (Sassen, 2016). The methodological techniques in this research are divided into three areas: (1) data collection technique; (2) tabulation technique; and (3) analysis technique, which helps organize and understand the methodological procedure used. Semi-structured interviews and in-person listening sessions were conducted with two professionals linked to the education sector and a Venezuelan mother of Warao children and adolescents. The interviews were recorded, transcribed, and analyzed using content analysis strategies. Thus, the research revealed that, despite the efforts of the municipal administration to integrate Warao Indigenous children and adolescents into the educational system, significant challenges remain regarding the recognition of their cultural identity and the guarantee of basic social rights.

Keywords: Warao. Immigration. Public policies. Education. Araguaína.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Rotas migratórias do povo Warao no Brasil.....	17
Quadro 1 – Exigências para a realização de uma boa entrevista.....	43
Quadro 2 – Descrição das categorias e subcategorias	70
Imagem 2 – Nuvem de Palavras	69
Imagem 3 – Código árvore Categorias Temáticas	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 QUEM SÃO OS WARAO - LOCALIZAÇÃO NA VENEZUELA, TRAÇOS IDENTITÁRIOS.....	13
2.1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: WARAO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	14
2.2 CIRCUNSCREVENDO ARAGUAÍNA	23
3 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, TIPOLOGIAS E SUB-ÁREAS.....	27
3.1 TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30
3.2 SUB-ÁREAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	30
3.3 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30
3.4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	31
4 DESAFIOS À ANÁLISE E À PRÁTICA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO PARA AS POLITICAS PÚBLICAS.....	33
4.1 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: TEMAS DE PESQUISA NA AREA EDUCACIONAL.....	34
5 ENTREVISTAS EM PESQUISAS QUALITATIVAS	42
6 DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO FORÇADA.....	61
6.1 A GLOBALIZAÇÃO E AS EXPULSÕES.....	62
6.2 RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO E DO TERRITÓRIO.....	63
6.3 DINÂMICAS DE EXCLUSÃO URBANA.....	64
6.4 IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	65
6.5 EXPULSÕES E DIREITOS HUMANOS.....	66
6.6 ESTUDO DE CASO: EXPULSÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS.....	67
6.7 ENTREVISTAS: DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS.....	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS.....	91
APÊNDICES.....	106

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se dá em um espaço geográfico localizado ao norte do estado do Tocantins, sendo na cidade de Araguaína. No último censo de 2022, a população de Araguaína era de 171.301 pessoas; a densidade demográfica de 42,78 hab./km² (IBGE, 2022).

No tangente aos imigrantes de países vizinhos, vemos que, no ano de 2020, o Brasil recebeu mais de 200 mil venezuelanos. E, deste número, mais de 5 mil são indígenas, incluindo os Warao (Carranço, 2021). Parte desse quantitativo vieram habitar na cidade de Araguaína. Os Warao são um povo de origem venezuelana, sendo o segundo maior grupo étnico da Venezuela. Estes indígenas são originários da região Caribenha do Delta do Orinoco. Nesta região, em específico, se tem várias localidades litorâneas, ribeirinhas e rurais. A localização dos povos Warao abrange algumas cidades do entorno, integrando, assim, o estado de Delta Amacuro e os territórios dos estados de Monagas e Sucre (Botelho; Ramos; Tarragó, 2017).

O processo de emigração dos indígenas venezuelanos Warao não se deu por uma mudança sem motivos. Esse processo é resultado de uma série de acontecimentos políticos, sociais e ambientais que a Venezuela sofreu e continua sofrendo. Essa migração advém de projetos ambientais do governo do país e que afetam o lar e o ambiente dos Warao, tudo em prol da agricultura. Ainda na década de 1960, um esforço desenvolvimentista fracassado do governo venezuelano para represar um dos rios do delta do Orinoco para incentivar a agricultura levou ao deslocamento dos Warao. Muitos Waraos tiveram seus meios de subsistência prejudicados e as suas terras foram ocupadas por agricultores e pecuaristas não indígenas, causando danos ao meio ambiente. Desse modo, para sobreviver, procuraram trabalho e recursos nas cidades (Carranço, 2021). Assim, essa emigração dos Warao coloca-se como um movimento “forçado” de mobilidade.

Diante dessa problemática e da situação de notável “abandono social” em que os indígenas venezuelanos se encontram, como falta de recursos econômicos, falta de assistência do Estado e uma crescente situação de vulnerabilidade social, esses sujeitos (ou coletivo, como um todo) ficam mais suscetíveis a uma série de problemas psicossociais (Fonseca; Guimarães; Vasconcellos, 2008).

A partir disso, podemos observar os indígenas venezuelanos residindo aqui em Araguaína/TO, tendo um olhar atento a respeito de seus direitos, como à educação, no caso específico desta pesquisa.

Mesmo tendo uma lei que ampara a situação dos imigrantes Brasil, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que visa garantir os direitos dos imigrantes de forma igualitária a dos

brasileiros, os Warao podem uma série de problemas na adaptação aos espaços e modos de vida de Araguaína. Lembramos que os refugiados e imigrantes devem ficar sob os cuidados do Estado e da sociedade civil que os acolhem (Rocha, 2020).

Desse modo, visando aperfeiçoar a análise de tais questionamentos, nesta pesquisa, filiamo-nos, aos conceitos de Sen (2000) e Sassen (1998, 2016).

Sen (2000) sobre as **liberdades substantivas** que nos permite compreender como se dá a oferta de educação para as crianças e adolescentes Warao em Araguaína como um direito e uma liberdade. Dentre os objetivos das liberdades substantivas destaco aqui a liberdade como um dispositivo para que as pessoas não sofram a perda de suas capacidades e possam viver sua vida de acordo com seus valores, e neste cenário é válido mencionar o que Sen (2000) introduz como diversidade humana, que é um tema importante em seu discurso e tem implicações significativas para nós. De acordo com Sen (2000), existem cinco tipos diferentes de fontes de diversidade entre as pessoas, que impedem a transformação de recursos em habilidades, como: (a) heterogeneidades pessoais (como idade, sexo, especificações físicas, etc.); (b) diversidade no ambiente; (c) diferenças no clima social (como saúde pública, educação, violência, etc.); (d) disparidades em perspectivas comparativas (convenções e práticas comunitárias); e (e) entre os membros da família em termos de idade, sexo e necessidades percebidas. Nos aproximaremos em especial das diferenças inerentes ao clima social, para que possamos observar, analisar e compreender as nuances que envolvem o acesso à educação por parte das crianças e adolescentes Waraos nas escolas públicas de Araguaína/TO.

Sassen (1998, 2016) discute como as forças globais de mercado e a liberalização econômica frequentemente resultam em processos de exclusão e expulsão que impactam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes imigrantes. A autora destaca que a globalização, enquanto estimula o crescimento econômico em alguns setores, também gera barreiras ao acesso a direitos fundamentais, como a educação. No caso de jovens imigrantes, essas barreiras se manifestam na forma de dificuldades de inserção nas redes educacionais dos países de acolhimento, refletindo a desigualdade gerada pela concentração de recursos e a falta de políticas públicas inclusivas. Sassen (2016) ressalta que essas dinâmicas de exclusão são agravadas pelas políticas neoliberais que priorizam o capital sobre o bem-estar social, resultando em um cenário no qual o direito à educação de crianças e adolescentes imigrantes é frequentemente negligenciado. A autora argumenta que essa exclusão se dá em diferentes níveis desde a marginalização em escolas locais até a ausência de apoio institucional, o que contribui para perpetuar a vulnerabilidade e a desproteção desses grupos, especialmente em um contexto de crescimento urbano desordenado e segregador.

Em nossa pesquisa nos propomos a compreender as ações promovidas pela gestão municipal de Araguaína/TO em prol dos indígenas venezuelanos Waraos, principalmente no que tange o atendimento escolar para as crianças e adolescentes desta etnia. Para tanto, é necessário conceber essas ações como políticas públicas, e, antes de iniciarmos uma maior articulação sobre o tema, rememoremos algumas definições no que tange às políticas públicas.

Uma definição precisa e única de política pública não existe. Mead (1995) define como uma área de estudo da política que examina o governo em relação a questões públicas importantes e Lynn (1980) define como uma coleção de ações do governo que terão efeitos específicos. Peter (1986) acrescentou que a política pública é o conjunto de ações do governo que impactam a vida dos cidadãos direta ou indiretamente. De acordo com Dye (1984), política pública é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Com base na definição de Laswell (1936), compreendemos que as decisões e análises sobre política pública devem responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Se as políticas públicas são ações ou inações dos governos em relação às necessidades das pessoas, Sen (2000), chama a atenção para a participação dos sujeitos quanto às realizações efetivas das políticas públicas. Segundo Sen (2000, p. 33) “[...] as políticas públicas podem aumentar a capacidade da população, mas as pessoas têm um papel importante na forma como essas políticas são realizadas”.

Ademais, nosso modelo de pesquisa é primariamente qualitativo, mesmo que informemos algumas quantidades numéricas para a melhor compreensão da pesquisa. Segundo Minayo (2001), este modelo permite análises mais aprofundadas de manifestações, identificando características que outras técnicas não conseguiram. Além disso, os estudos qualitativos incluem e organizam os processos dinâmicos de grupos sociais, explicam a complexidade de certos problemas e investigam as relações entre várias variáveis.

O objeto de estudo desta pesquisa são as ações educacionais que a prefeitura municipal dispõe e que são voltadas para os indígenas venezuelanos Warao, residentes no município de Araguaína/TO. Nesta pesquisa, o primeiro instrumento de estudo deste trabalho será a análise das documentações produzidas pelo município e relacionadas aos Warao na cidade de Araguaína/TO. Os outros instrumentos de análise deste estudo serão questionário e entrevistas semiestruturadas sobre o acesso à educação por parte das crianças e adolescentes indígenas Waraos em Araguaína/TO. Tanto no questionário como nas entrevistas, teremos perguntas a respeito da inserção de crianças e adolescentes nas escolas araguainenses. Estas perguntas poderão nos fazer descobrir se há ou não a exclusão de crianças e adolescentes nas escolas.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as ações desenvolvidas pela Prefeitura

Municipal de Araguaína, enquanto cidade média, voltadas para os indígenas venezuelanos Warao na condição de coletividade, especialmente no que se refere à promoção do acesso à educação para crianças e adolescentes desse grupo. Busca-se compreender de que maneira o município atende às necessidades específicas dessa população e assegura o direito à acolhida, conforme preconiza a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei de Migração. Para alcançar tal propósito, foram definidos alguns objetivos específicos, entre eles compreender a participação de crianças e adolescentes Warao na educação escolar de Araguaína, bem como identificar e descrever as percepções dos diferentes atores sociais acerca de sua presença nas escolas públicas do município; identificar e descrever as ações realizadas pela gestão municipal diante das barreiras sociais que dificultam o acesso à educação por parte desse público; e analisar as ações da gestão municipal destinadas a esse povo imigrante, buscando ainda uma compreensão mais ampla sobre o cenário local e nacional no que se refere aos imigrantes venezuelanos.

No que tange aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi estruturada com base em três eixos principais: **coleta de dados, tabulação e análise**, visando garantir um processo investigativo sistemático, coerente e rigoroso.

A coleta de dados foi realizada por meio de **entrevistas semiestruturadas e escutas presenciais** com diferentes atores sociais, utilizando a técnica de amostragem em cadeia, também conhecida como "**bola de neve**". Esse procedimento consiste em solicitar a cada participante a indicação de outras pessoas que possam contribuir com informações relevantes para o tema em estudo, ampliando assim o alcance da investigação. Foram entrevistados **atores sociais diretamente envolvidos com os contextos educacional e de assistência social no município de Araguaína**, bem como **pais ou responsáveis por crianças e adolescentes da etnia Warao**. No total, participaram da pesquisa **duas professoras da rede pública municipal, um porteiro e uma merendeira vinculados a escolas da mesma rede, uma assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social**, além de **seis pais ou responsáveis por crianças e adolescentes residentes na cidade**.

As entrevistas foram devidamente **gravadas, transcritas e analisadas segundo os princípios da análise de conteúdo**, o que possibilitou a identificação de categorias significativas e a compreensão das percepções, desafios e ações relacionadas ao acesso educacional da população Warao no município.

Destaca-se ainda as unidades escolares nas quais atuavam os profissionais da educação entrevistados no momento da pesquisa:

- **Escola Municipal João de Sousa Lima** (Rua Campos Elísios – Loteamento Planalto, Araguaína – TO);
- **CEI Professora Edília Moraes Soares** (R. das Acácias, 22 - Lot. Araguaína Sul, Araguaína - TO);
- **Escola Municipal Francisco Bueno de Freitas** (Rua Perdiz, 96 – Loteamento Maracanã, Araguaína – TO);
- **Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá** (Rua Paranaguá, 279 – Setor Eldorado, Araguaína – TO).

Cabe destacar que, com o intuito de garantir a transparência e a riqueza documental da pesquisa, as transcrições das entrevistas realizadas, bem como os registros fotográficos das unidades escolares mencionadas, estarão organizados em apêndices ao final desta dissertação. Esses materiais complementares visam oferecer subsídios adicionais à análise desenvolvida, permitindo uma compreensão mais aprofundada do contexto investigado.

Foi solicitada à Secretaria Municipal de Educação de Araguaína (SEMED) a informação referente ao número de crianças e adolescentes Warao matriculados na rede municipal de ensino, sendo a última solicitação realizada em 06 de maio de 2025. No entanto, até o dia 12 de maio de 2025, transcorridos seis dias, não obtivemos resposta. Diante da necessidade formal de entrega da versão final deste trabalho, a referida informação não pôde ser inserida.

Ao final do capítulo introdutório, que apresentou o contexto geográfico, social e político da presença dos indígenas venezuelanos em Araguaína/TO, bem como os marcos legais e teóricos que fundamentam a pesquisa, o capítulo 2 dá continuidade à discussão aprofundando o conhecimento sobre quem são os Warao. Nele, será explorada a origem, cultura, modos de vida e trajetória histórica desse povo indígena da região do Delta do Orinoco, na Venezuela. Esta abordagem visa contextualizar a identidade dos Warao, compreendendo seus vínculos com o território de origem e os fatores estruturais que impulsionaram seu deslocamento forçado, elementos indispensáveis para a análise da sua inserção no contexto brasileiro e, especificamente, na rede educacional araguainense.

2 QUEM SÃO OS WARAO - LOCALIZAÇÃO NA VENEZUELA, TRAÇOS IDENTITÁRIOS

De início faz-se necessário conhecer os WARAO, que segundo Díaz (2008) significa “gente de canoa” (wa: embarcación; arao: gente, habitante). Neste sentido, buscar-se-á compreender acerca da trajetória dos WARAO, visando contemplar características inerentes a um grupo populacional integrante da complexidade das dinâmicas migratórias contemporâneas. Os WARAO são originários do delta do Rio Orinoco na República Bolivariana da Venezuela. De acordo com Castro e Heinen (2000), essa população indígena tem uma conexão ancestral e íntima com o ambiente fluvial e pantanoso da região; isso moldou sua cultura, estilos de vida e formas de subsistência.

No que diz respeito a seu modo de vida ainda na Venezuela, Castro-Garcia (2000) diz que os WARAO vivem da pesca e são coletores, também se tornaram horticultores há mais de 70 anos, cujas atividades de subsistência e as comunidades constituídas por palafitas foram historicamente localizadas nas áreas ribeirinhas úmidas, como mangues, pântanos e partes inundadas pelo delta. No entanto, a pesca sempre foi o centro da economia. Segundo Castro e Heinen (2000) a partir de pesquisas de documentos, relatos e versões sobre os WARAO, as diferenças entre os grupos que viviam em cada área deltaica eram mínimas. Além disso, verifica-se que, entre as inúmeras coisas, a sobrevivência consiste em pesca, caça, construção de canoas e coleta de buriti e seu uso para extrair a fécula e usar suas fibras para fazer obras de arte.

Outra característica marcante sobre os WARAO refere-se quanto a suas moradias, em que suas casas, são construídas sobre as águas. As chamadas palafitas estão paralelas ao rio e conectadas por pontes, feitas a partir de troncos de árvores (Gerulewicz, 2013). Garcia e Heinen (2013) também fornecem informações sobre como construir casas. Eles afirmam que para construir uma casa, os pilares são colocados no mangue no solo lamacento, permitindo que as águas do rio, durante as horas de maré alta, não superem o nível do piso das casas. E assim observamos um pouco do ser WARAO em seu território, junto ao seu povo em seu país.

No texto de Turrado (1945), podemos verificar como eram distribuídas as construções das casas:

Janokosebe significa reunión de casas y da nombre a las aldeas guaraúnas. Cada janokosebe constaba de 5 a 15 casas de familias todas emparentadas entre sí. Existían además dos maneras distintas de distribuir u organizar el janokosebe. Por un lado se podía observar una organización en janoko-era y por otro en janoko isaka-güitu. La distribución en janoko-era correspondía a aldeas donde cada padre de familia disponía

de una casa individual. En la distribución alternativa, la janoko isaka-güitu, prevalecían casas en las que vivían varias unidades familiares entendidas como tal cada uno de los padres de familia con su prole. Estas unidades familiares estaban íntimamente emparentadas, siendo la mayor autoridad el padre de familia más anciano.

Segundo Santos (2019) o relato acima descreve, além das disposições das casas, como eram as configurações das aldeias WARAO, sua vida diária e as funções de cada tipo de casa. Além disso, as informações nos ajudam a perceber que havia várias classificações diferentes dos grupos em relação às suas localizações, bem como às variações nas construções e disposições das casas. Como podemos ver, os WARAO construíram barcos de alta qualidade. Eram navegadores e conhecedores do Delta do Orinoco, bem como o desenvolvimento de um método para manejo dos morichales/buritis para extrair a fécula. Eles tiveram que lidar com os efeitos ambientais e sociais que aconteceram ao longo dos séculos, entre os efeitos que os WARAO sofreram em seu território devido às atividades de diversas empresas petroleiras, as quais deixaram contaminação nos rios, destruição dos manguezais, o que resultou na diminuição dos recursos pesqueiros. Conforme pesquisas realizadas, essas atividades de empresas petroleiras causaram danos ambientais e dificultaram o acesso aos recursos naturais, finalmente afetando terras ocupadas por povos indígenas (Wilbert; Lafée-Wilbert, 2007).

Entre os projetos que afetaram os territórios indígenas dos WARAO, destacam-se às atividades das madeireiras, plantações de arroz e empresas de alimentos na área de Winikina, no município de Antônio Dias e Tucupita, onde a maioria dos grupos partiram para o Brasil (Santos, 2019). Assim, observamos que existe um movimento em que os WARAO estão envolvidos, fazendo com que busquem refúgio em outras localidades. Mais adiante abordaremos este contexto à luz da teoria da autora Sassen (2016), trazendo à tona a lógica das expulsões.

2.1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: WARAO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Segundo Rosa (2020), a imprensa brasileira publicou pela primeira vez sobre a presença dos WARAO no Brasil em 10 de julho de 2014. A notícia foi divulgada no site do governo federal, e, posteriormente relata a deportação de 28 indígenas WARAO pela Polícia Federal de Boa Vista (Roraima). Nos termos do Estatuto do Estrangeiro – Lei no 6.815/19802, os indígenas estavam em situação irregular, de acordo com a Polícia Federal. Segundo a notícia, os indígenas migraram para o Brasil com o objetivo de trabalhar em empresas, mas acabaram por sobreviver com doações de alimentos e roupas recolhidas nos semáforos. O grupo tinha oito adultos e 20

crianças. De lá, eles foram transportados por ônibus até a cidade de Pacaraima (Roraima), que fica na fronteira, e enviados para a Venezuela.

Maciel (2017), em uma reportagem especial para a Agência Amazônia Real, traz à tona uma situação crítica envolvendo a deportação de indígenas WARAO pela Polícia Federal brasileira. Entre 2014 e 2016, a Prefeitura de Boa Vista solicitou que 532 WARAOs fossem deportados pela Polícia Federal devido ao descontentamento da população com os índios pedindo esmolas nos semáforos. Em 9 de dezembro de 2016, a polícia tentou expulsar 450 indígenas, mas a Justiça Federal impediu a ação. A reportagem de Maciel (2017), destaca que a Polícia Federal justificou as deportações com base na documentação irregular dos indígenas. Além disso, argumentou-se que muitos WARAO estavam exercendo atividades artísticas remuneradas, pedindo esmola ou vendendo artesanato nas ruas e semáforos, atividades que seriam incompatíveis com a condição de turistas. Essa justificativa aponta para uma interpretação restritiva das normas de imigração e refúgio, que não leva em consideração a situação de vulnerabilidade extrema e a necessidade de proteção dos WARAO.

Em uma reportagem anterior para a Agência Amazônia Real, Souza e Gonzalo (2016) revelam que a Polícia Federal declarava que os indígenas WARAO não se enquadravam nos critérios para a solicitação de refúgio. A autoridade argumentava, inclusive, que não os reconhecia como indígenas, mas sim como estrangeiros, uma afirmação que ignora as especificidades culturais e identitárias dos WARAO, bem como a legislação internacional que protege os direitos dos povos indígenas. Essa série de reportagens revela uma realidade dura e complexa para os WARAO, que, ao fugirem da crise humanitária na Venezuela, se deparam com políticas restritivas e uma falta de reconhecimento de sua condição de vulnerabilidade no Brasil. A negação de sua identidade indígena e a consequente deportação expôs uma falha no sistema de proteção dos direitos humanos e dos refugiados. Além disso, essa situação destacou a necessidade de um olhar mais humanitário e inclusivo nas políticas de imigração e refúgio. Os WARAO, como muitos outros povos indígenas, possuíam e possuem direitos que devem ser respeitados e garantidos, considerando a Lei de migração, n. 13.445/2017 que consiste em promover uma abordagem mais inclusiva, humanitária e de direitos humanos em relação aos migrantes que chegam e vivem no Brasil. O reconhecimento de sua identidade e a compreensão de suas necessidades específicas são essenciais para garantir uma abordagem justa e digna.

A cobertura de Souza (2016) e Souza e Gonzalo (2016) trouxe à luz a urgência de revisar e reformular as práticas e políticas de imigração para que fossem mais alinhadas com os princípios de direitos humanos e proteção internacional.

No parecer feito por Ramos *et al.* (2017) alegam que os indígenas estão presentes nessas cidades desde 2014, mas a quantidade varia significativamente. De outubro a dezembro de 2015 e no mesmo período de 2016, houve uma intensificação da mobilidade migratória e do número de famílias; no entanto, em ambos os anos, o número de famílias diminuiu novamente em janeiro. Os autores acreditam que vários fatores podem ser responsáveis por essa variação no número de indígenas:

o fechamento/abertura da fronteira pela Venezuela, a sazonalidade ou alternância das práticas de pesca, agricultura e coleta nas comunidades que beiram os rios e caños do Delta do Orinoco e a dinâmica de formação das redes de relações sociais entre os WARAO que estão no Brasil (Ramos *et al.*, 2017, p. 17).

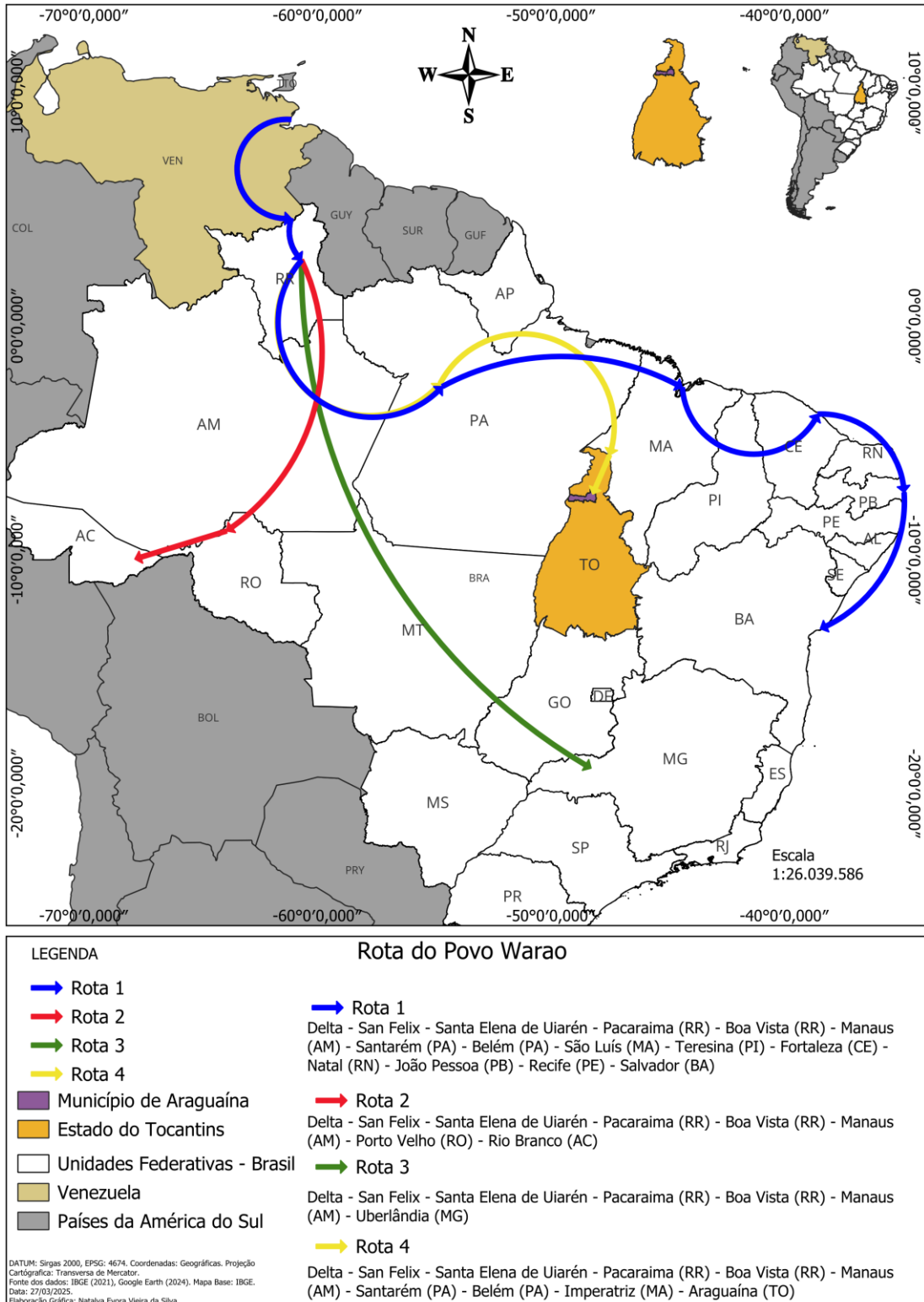
Conforme Rosa (2020), até março de 2017, o número total de pessoas indígenas WARAO no Brasil não ultrapassava 600 pessoas. Para Rosa (2020), dentre os motivos para os WARAO virem para o Brasil estão: fome e o fim de programas sociais; vieram para o Brasil em busca de alimentos, roupas, trabalho e dinheiro por meio de doações ou por meio do trabalho. Além disso, procuravam acesso à assistência médica, pois muitos chegaram doentes ou machucados e muitas mulheres estavam grávidas.

Até o momento foram expostas algumas situações que contribuíram para o deslocamento dos WARAOs até o Brasil. Não menos importante, veremos também a rota percorrida inicialmente por eles. Segundo Rosa (2020, p. 26) observamos o relato detalhado:

Para chegarem ao Brasil, os WARAO percorrem uma rota de aproximadamente 925 km, uma parte fluvial e outra parte rodoviária. Chegam em Tucupita, capital do estado Delta Amacuro, por via fluvial e de lá seguem por rodovia. Algumas distâncias fluviais no delta do Orinoco demandam dias de viagem até Tucupita e de lá até Santa Elena de Uairén, já na fronteira com o Brasil, levam mais um dia – pegam um ônibus até a cidade de San Félix e depois outro até Santa Elena. No Brasil, cruzam a fronteira em Pacaraima e de lá seguem pela BR-174 para Boa Vista, localizada a 215 km de distância. Não raro, o trajeto é feito a pé numa caminhada exaustiva de três dias. Quando dispõem de algum dinheiro, pagam pelo transporte, contudo, o valor varia.

A seguir, apresentamos um mapa ilustrativo com as principais rotas migratórias percorridas pelo povo Warao em direção ao território brasileiro, com destaque para os caminhos que os levaram até a cidade de Araguaína/TO.

Imagem 1 – Rotas migratórias do povo Warao no Brasil



Fonte: Elaborado por **Natalya Évora Vieira da Silva**, com base em dados da OIM e IBGE (2024).

Observa-se que houve um deslocamento para outros estados, conforme citado por Rosa (2020), em dezembro de 2016, os WARAO deslocaram-se para Manaus, capital do Amazonas.

Ficaram hospedados em casas alugadas no centro da cidade e em bairros periféricos, antes de se hospedarem sob um viaduto próximo ao terminal rodoviário. Percorreram cerca de 780 km pela BR-174 de Boa Vista até Manaus, em viagens de ônibus custando aproximadamente R\$120,00 por pessoa.

Segundo Rosa (2020), entre as razões alegadas pelos WARAO para saírem de Boa Vista encontram-se as seguintes:

- 1) a disseminação de discursos, incluindo os administradores do Centro de Referência dos Imigrantes (CRI) que desencorajam as doações aos povos indígenas;
- 2) as condições de abrigo devido no Acre, principalmente aos conflitos com os criollos, uma população não indígena da Venezuela – e da alimentação considerada insuficiente e pouco diversificada;
- 3) dificuldade em conseguir trabalho;
- 4) concorrência para a venda de artesanato decorrente do alto número de indígenas na cidade.

Ainda neste fluxo migratório para os estados brasileiros, percebe-se que de Manaus dirigiram-se para Belém, onde Rosa (2020), nos diz que, em meados de 2017, a maioria dos povos indígenas viviam na rua perto do mercado Ver-o-Peso, e outros pagavam aluguel no bairro da Campina, localizado na mesma área. Antes do No Círio de Nazaré, os WARAO foram levados para o espaço Propaz, localizado nas proximidades do estádio Mangueirão; no entanto, devido à inadequação do local, juntamente com restrições estruturais e de alimentação, fugiram e se retiraram para a rua.

Conforme Rosa (2020), até meados de 2018, os WARAO estavam presentes em cinco cidades: Pacaraima e Boa Vista, localizadas em Roraima; Manaus, localizada no Amazonas; Santarém e Belém, localizadas no Pará. Em Roraima e Amazonas, apesar da breve visita a Manacapuru-AM, os WARAO ficaram no mesmo local. No Pará mudaram-se para várias cidades, portanto os WARAO estavam presentes em outras 20 cidades além de Belém e Santarém, em diversas áreas do estado. De acordo com Rosa (2019), durante o primeiro semestre de 2019, os WARAO começaram a fazer novos deslocamentos, dessa vez, viajando do estado do Pará para a região Nordeste do Brasil. Alguns grupos se dirigiram para São Luís, Teresina no Piauí e Fortaleza, no Ceará. Em seguida, essa migração se estendeu para outros estados, como o Rio Grande Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Enquanto isso, algumas famílias que quando estavam em Manaus, mudaram-se para os estados de Rondônia e do Acre. Alguns grupos familiares viajaram para o estado do Tocantins e além disso, por meio de

caminhos por terra, partindo de Rondônia, Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte, chegam às áreas centrais, sudeste e sul (Rosa, 2020).

Os indígenas WARAO sempre foram uma das populações mais controladas pelas autoridades e pelas organizações de ajuda humanitária no Brasil desde sua chegada. Este controle se manifestou de diversas formas, incluindo contagens quinzenais, emissão de carteirinhas para os moradores dos abrigos e censos realizados pelas prefeituras e pelos próprios abrigos. Essa intensa supervisão refletia a tentativa de gerenciar a presença dos WARAO e assegurar que suas necessidades básicas fossem atendidas (Moreira, 2018).

Para a compreensão dos movimentos migratórios deste povo, elencamos aqui um breve histórico. Os WARAO mudaram-se para cidades venezuelanas como Tucupita, Maturin e Barranca depois de três grandes invasões em seu território original. Entre 1920 e 1940, missionários católicos da Guiana promoveram uma substituição gradual dos buritizais pelas plantações de ocumo chino¹. A Lei de Missões de 1915 permitiu que os missionários católicos da Venezuela "civilizassem" os povos indígenas. Isso levou à presença de missões religiosas no local. A promoção e a implantação da agricultura na área mudaram a vida dos WARAO, que antes dependiam da extração de amido do caule do buriti. Ao longo do tempo, eles deixaram de viver uma vida extrativista e foram obrigados a migrar para os centros urbanos como resultado de sua indução ao trabalho assalariado. Uma forte dependência econômica dessa comunidade começou quando ela teve que abandonar suas terras. Além disso, a dieta dos WARAO piorou como resultado da escassez de alimentos e da substituição da dieta tradicional por uma baseada no ocumo chino. Eles passaram a ter uma dieta menos variada e com menos nutrientes (Botelho; Ramos; Tarragó, 2017, p. 8-10).

Os novos empreendimentos de petróleo e uma epidemia de cólera já afetaram negativamente a região do delta do Orinoco na década de 1990. A exploração de petróleo causou danos significativos ao meio ambiente do delta, afetando locais sagrados para os WARAO, perturbando comunidades isoladas, poluindo os recursos naturais e criando novas doenças. Denúncias de abuso sexual contra mulheres e crianças, compra de meninas WARAO para prostituição e consumo de drogas e álcool por funcionários das empresas de petróleo também foram apresentadas. (Bustamante; Scarton, 1999, p. 120-127). Observamos uma série de desastres em um conjunto de violações e injustiças sociais.

Os WARAO migraram para o Brasil devido à proximidade geográfica e à facilidade de transporte rodoviário para a fronteira brasileira (OIM, 2018b, p. 15). Os WARAO migraram

¹ *Colocasia esculenta* (L.) Schott Tubérculo comestível rico em vitaminas do complexo B, carboidratos e amido. É chamado de taro, cará ou inhame no Brasil, dependendo da região.

para o país com o objetivo de obter, de acordo com Rosa (2020, p. 23), acesso a serviços de saúde, comida, roupas, trabalho e dinheiro. No Protocolo de Consulta, às comunidades indígenas WARAO afirmam em uma declaração emitida pelo Povo WARAO em Belém/PA (2020, p. 49):

Nós tivemos que deixar nossa terra para sobreviver e com muita dor deixamos para trás nosso território, nossas casas e parentes. A ajuda que, às vezes, nos davam não garantia a autonomia nem a sobrevivência de nosso povo e de nossa cultura. Nós não viemos ao Brasil para tirar coisa alguma de ninguém, nós viemos porque nosso povo está morrendo de fome. Na nossa terra de origem nada se conseguia, nem comida, nem trabalho, nem remédios. Estamos aqui porque queremos viver com dignidade, melhorar a nossa qualidade de vida, trabalhar, educar os nossos filhos e ajudar as nossas mulheres para que não tenham que sair mais às ruas. Não queremos que nossa língua e cultura se percam no contato com as cidades e com a cultura não indígena (Representantes indígenas WARAO refugiados na cidade de Belém que participaram da construção do Protocolo de Consulta, 2020).

Como resultado da expulsão deste povo algumas consequências negativas lhes acontecem, como alguns equívocos por exemplo, o erro comum em pensar que a mendicância faz parte da cultura WARAO. No Brasil, os indígenas são alvo de xenofobia e são estigmatizados como mendicantes por causa dessa classificação. Os métodos tradicionais de coleta que eram parte da cultura WARAO em seus territórios originais foram modificados para funcionar em um ambiente urbano. Portanto, a coleta não deve ser vista como um traço cultural; em vez disso, é uma estratégia adaptativa que os indígenas usaram para sobreviver no meio urbano (Costa, 2022, p. 39). A incorporação dos WARAO ao sistema produtivo capitalista causou várias mudanças em seu estilo de vida, relações familiares, estrutura social e práticas rituais, de acordo com o que aconteceu com outros povos indígenas no Brasil no passado. Além disso, esses grupos foram historicamente expropriados e integrados de forma desigual nos mercados de trabalho segmentados etnicamente. Isso levou ao empobrecimento das pessoas indígenas, que é erroneamente associada a uma aversão das culturas indígenas ao trabalho. (INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL [IEB], 2022, p. 22).

De modo a discorrer sobre as tentativas de acolhimento e constituição de políticas públicas de acordo com a abordagem proposta por pesquisadores com os quais dialogaremos a seguir, tomaremos o Estado do Maranhão inicialmente como referência. Segundo Oimparcial, (2019), os venezuelanos indígenas da etnia WARAO chegaram ao Maranhão no início do primeiro semestre de 2019. O Relatório de Monitoramento do Fluxo de População WARAO (OIM, 2020), realizado em parceria entre a Agência das Nações Unidas e o governo do Maranhão para Migrações. O Relatório apoiou a coleta de dados em três cidades onde os WARAO fundaram moradia, como São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar (OIM, 2020).

Segundo Brito e Barros (2021), no Maranhão, as ações voltadas para atender às necessidades da população indígena WARAO foram coordenadas pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). Essas ações são realizadas em colaboração com várias entidades, incluindo a sociedade civil, igrejas e instituições do Sistema de Justiça. Essas ações são fundamentais para garantir que a população WARAO tenha acesso aos direitos básicos e oportunidades de integração social, sempre respeitando suas particularidades culturais e promovendo um ambiente de inclusão e respeito mútuo. Observamos que existe um pré-preparo quanto às possíveis situações em que o acolhimento se faz necessário.

Araújo e Maciel (2020, p. 196) relatam que:

Desde a presença de grupos étnicos ou não étnicos venezuelanos no estado do Maranhão, criou-se um grupo de trabalho, que mais tarde se ampliaria em formato de Rede Estadual, para atender a situações emergenciais que envolvessem estes povos específicos. Dessa forma, várias medidas foram tomadas envolvendo ações de abordagem, atendimento de saúde, assistência social e, a partir de demanda, oferta de abrigo.

As ações adotadas pelo estado do Maranhão para atender às demandas dos grupos venezuelanos, especialmente os WARAO, refletem um esforço coordenado e abrangente para proporcionar suporte emergencial e promover a integração desses povos na sociedade maranhense. A evolução do grupo de trabalho para uma Rede Estadual demonstra a seriedade e o compromisso do estado em garantir que essas populações tenham acesso a serviços essenciais e a uma vida digna. Apesar dos esforços empreendidos, observamos segundo Brito e Barros (2021, p. 8) que

Por seu turno, no Maranhão a política de atenção a migrantes e refugiados ainda está se estruturando e isso é perceptível em relação ao acompanhamento de várias demandas por meio de relatórios elaborados com a Organização das Nações Unidas - ONU, monitoramento mensal de famílias WARAO que chegam ao estado e articulação com entidades e órgãos para resolução de problemas relacionados aos indígenas venezuelanos e até mesmo regularização documental.

Percebe-se esforços direcionados para a demanda dos refugiados, no entanto ressalta-se que “na estrutura organizacional das políticas que envolvem as Secretarias de Estado do Maranhão, não há setor que possua responsabilidade sobre esta situação de refúgio” (Araújo; Maciel, 2020, p. 196-197). Neste sentido Brito e Barros (2021), dizem que é fundamental enfatizar a importância de construção de arquivos que estabelecem diretrizes para ações de

municípios, instituições e órgãos, como a organização de atendimento e a elaboração de protocolos, além do envolvimento dos migrantes e refugiados como sujeitos desse processo.

Não menos importante, é válido frisar a responsabilidade do Estado frente às demandas das políticas públicas direcionadas aos refugiados, haja vista que, além de estabelecer princípios para relações internacionais na Constituição Federal, o Brasil faz parte dos tratados internacionais sobre refugiados.

Ao observar os demais estados brasileiros nos deparamos com situações em que algumas práticas se repetem, como por exemplo, falta de preparo frente ao acolhimento do povo WARAO. Neste sentido, observamos que, “os serviços de acolhimento da população WARAO na cidade de Porto Alegre atuam de forma propositalmente despreparada em face à negação, na prática, do seu reconhecimento como povo indígena, algo que se expressa pelo desinteresse dos órgãos” (Maréchal; Velho; Rodrigues, 2021, p. 206). A falta de reconhecimento do governo brasileiro em relação aos WARAO como um povo indígena dificulta o acesso a certos direitos e serviços. A preservação da sua cultura, língua e identidade, bem como a garantia de proteção legal e social, dependem do reconhecimento.

Quanto ao estado do Pará, podemos observar em Brasil (2023) uma carta do Conselho WARAO Ojiduna, na qual representa 766 indígenas WARAO que vivem na região metropolitana de Belém do Pará, faz um apelo urgente e firme para que suas demandas sejam atendidas. O texto contém uma história clara e emocionante sobre a situação precária em que os indígenas vivem e enfatiza a importância de políticas públicas específicas que respeitem seus direitos como povo indígena. Saúde, educação, moradia digna e justiça estão entre as categorias de demandas estruturais e emergenciais. A carta solicita apoio a protocolos de saúde, reconhecimento de mediadores culturais, diretrizes educacionais específicas e melhoria das condições de moradia, enfatizando o direito nacional e internacional à consulta livre prévio e informado. Além disso, o texto destaca a capacidade dos WARAO de manter sua identidade e tradições, apesar de vários desafios. O último apelo é para uma colaboração contínua e produtiva com as instituições presentes, com o objetivo de garantir o respeito e a dignidade do povo WARAO no Brasil.

Segundo ACNUR (2021), foi construído em Belém/PA por iniciativa do MPF um protocolo de consulta pública prévia. Mesmo este documento tendo sido desenvolvido em conjunto com as comunidades indígenas reunidas em Belém, em outubro de 2018, serve como guia para as ações de poder público em outras cidades onde essas pessoas vivem, enfatizando a importância de serem consultados sobre quaisquer decisões que possam impactar suas vidas,

respeitando assim seus direitos, cultura e tradições, e protegendo sua participação na elaboração de políticas públicas destinadas ao seu povo WARAO.

Mendes e Duval (2021) examinaram a interiorização de venezuelanos para Minas Gerais, em especial a cidade de Uberlândia, e identificaram as instituições que operam nas redes sociais de acolhimento. A falta de políticas públicas migratórias nos âmbitos municipal, estadual e federal traz restrições à atuação dos governos e explicita a importância do apoio de instituições não governamentais, religiosas e da sociedade civil de modo geral. Neste sentido, para Mendes e Durval (2021) Uberlândia não é uma cidade ideal para receber migrantes de outros países.

2.2 CIRCUNSCREVENDO ARAGUAÍNA

Araguaína, situada no estado do Tocantins, desempenha um papel significativo no contexto da Amazônia Legal. Historicamente, a cidade se beneficiou da construção da rodovia Belém-Brasília, que foi fundamental para o desenvolvimento urbano e econômico da região (Santos, 2017). A infraestrutura viabilizou Araguaína a importantes centros de comércio e industrialização, impulsionando sua urbanização e integração econômica com o restante do Brasil. Araguaína está localizada na região norte do estado do Tocantins, a aproximadamente 380 km de distância da capital, Palmas. A cidade está próxima das regiões sul e sudeste do Pará, onde se encontram importantes pólos de mineração em municípios como Marabá e Parauapebas. Além disso, está situada próxima à região sul do estado do Maranhão, onde se localiza um importante polo de produção de celulose no município de Imperatriz, que é também o segundo mais populoso do estado, ficando atrás apenas da capital, São Luís.

O processo de urbanização de Araguaína não pode ser dissociado das políticas de ocupação e desenvolvimento de inovações regionais ao longo do século XX. As políticas federais de incentivo à ocupação da Amazônia, como o Polonoroeste e o Polamazônia, visavam integrar a região ao território nacional por meio de projetos de infraestrutura e colonização agrícola (Santos, 2017). Esses projetos estão sendo desenvolvidos para transformar Araguaína e outras cidades médias na mesma região em um polo estratégico regional.

A centralidade de Araguaína se consolidou ao longo das décadas como resultado de sua posição geográfica privilegiada e de sua função como ponto de convergência entre as regiões Norte e Centro-Oeste. A cidade se destaca como um centro de intermediação econômica e logística, especialmente no setor de agronegócios, com ênfase na pecuária e no comércio de

carne (Gomes Júnior; Nascimento, 2021), sua infraestrutura e serviços sustentam a expansão da fronteira agrícola no Tocantins.

Embora Araguaína tenha experimentado um crescimento econômico significativo, esse desenvolvimento foi acompanhado de desigualdades sociais e desafios estruturais. A cidade, assim como outras cidades médias na Amazônia, enfrenta problemas relacionados à precariedade de serviços básicos, como saneamento e segurança pública (PACÍFICO FILHO et al., 2020). No entanto, é preciso mencionar que, durante os últimos ciclos de gestão municipal, Araguaína reduziu significativamente muitas de suas questões infraestruturais, conforme apontam estudos ainda em andamento no PPGDire. Como exemplo, destaca-se o trabalho de Silva e Oliveira (2023), que evidencia avanços importantes na infraestrutura urbana do município Isso reflete uma disparidade entre o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população.

A urbanização de Araguaína também está ligada às especificidades da expansão da fronteira agrícola e mineral na Amazônia. A mecanização da agricultura e a expansão das atividades extrativas resultaram em mudanças socioeconômicas e demográficas na cidade, impulsionando o crescimento populacional e a demanda por serviços urbanos (Trindade Júnior, 2011). Essa expansão, no entanto, também gerou conflitos territoriais e impactos ambientais significativos.

A integração de Araguaína ao mercado global, especialmente por meio das exportações de carne e soja, fortaleceu sua economia, mas também evidenciou sua dependência das cadeias produtivas globais (Gomes Júnior; Nascimento, 2021). As exportações transformaram a cidade em uma peça-chave na economia do Tocantins, mas essa inserção na economia global trouxe consigo desafios relacionados à sustentabilidade e ao aumento das desigualdades regionais.

O conceito de cidade competitiva é central para entender o papel de Araguaína na Amazônia. Segundo Lever e Turok (1999), uma cidade competitiva é aquela que produz bens e serviços para mercados globais, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento local de forma sustentável (Pacífico Filho et al., 2020). Araguaína exemplifica essa definição ao se destacar como um centro de produção de commodities, especialmente no setor de proteína animal. A competitividade de Araguaína é reforçada pela presença de frigoríficos e abatedouros que conectam a produção local aos mercados internacionais. Esses empreendimentos, juntamente com a infraestrutura logística, consolidam a cidade como um hub exportador (Pacífico Filho et al., 2020). Contudo, a concentração de riqueza em setores específicos da economia não reverteu em melhorias substanciais para toda a população.

O marketing das cidades é outra dimensão importante para entender a estratégia de desenvolvimento de Araguaína. As gestões municipais têm promovido a imagem da cidade como um destino atraente para investimentos, ressaltando suas vantagens logísticas e econômicas (Pacífico Filho et al., 2020). Essas campanhas buscam fortalecer o posicionamento de Araguaína como uma cidade competitiva na Amazônia.

Do ponto de vista histórico, a urbanização de Araguaína remonta aos projetos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia implementados durante a ditadura militar. A Marcha para o Oeste, promovida pelo governo, foi essencial para a ocupação das fronteiras agrícolas e para os investimentos de Araguaína como centro regional (Santos, 2017). Esse processo de colonização foi impulsionado pela construção da rodovia BR-153, que conectou a cidade a outras regiões do Brasil. Araguaína também desempenha um papel fundamental na reestruturação da rede urbana da Amazônia. Como cidade média, ela exerce uma função de polarização sobre os municípios menores, articulando fluxos econômicos e sociais entre as cidades da região e os centros metropolitanos (Trindade Júnior, 2011). Esse papel de intermediação é essencial para a integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional.

Apesar de seu crescimento, Araguaína enfrenta desafios que dizem respeito à sustentabilidade ambiental e à inclusão social. A expansão de determinadas atividades na região tem causado impactos significativos nos ecossistemas locais, além de agravar as desigualdades sociais (Pacífico Filho et al., 2020). Isso exige políticas públicas que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social.

O desenvolvimento de Araguaína também deve ser observado no contexto da fragmentação territorial da Amazônia. A cidade, embora se beneficie de sua centralidade regional, apresenta limitações estruturais decorrentes da fragmentação do território e da falta de integração entre as políticas de desenvolvimento regional (Trindade Júnior, 2011). Isso coloca desafios para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

Em termos de planejamento urbano, Araguaína tem buscado diversificar sua economia, investindo em setores como comércio e serviços, além do agronegócio. Essa diversificação é essencial para reduzir a dependência de setores primários e promover um desenvolvimento mais sustentável a longo prazo (Pacífico Filho et al., 2020). A posição de Araguaína como cidade média e polo regional na Amazônia Legal é consolidada por sua capacidade de fluxos articulados econômicos e sociais com outras cidades da região. No entanto, conforme Trindade Júnior (2011) o crescimento econômico não tem sido suficiente para resolver os problemas estruturais da cidade, como a desigualdade social e a falta de infraestrutura; muito embora como

afirmamos acima, os últimos ciclos de gestão municipal propuseram ações capazes de reduzir significativamente questões ligadas à qualidade de vida da população.

Ao concluir o capítulo 2, que traça um panorama abrangente sobre os Warao, sua origem, identidade, trajetórias migratórias e a chegada ao território brasileiro, com especial destaque para o contexto de Araguaína/TO, o Capítulo 3 dá continuidade à discussão ao introduzir os fundamentos teóricos das políticas públicas. Essa abordagem é essencial para compreender como as ações estatais, em especial no campo educacional, se estruturam e se aplicam à realidade vivenciada pelos Warao. O capítulo seguinte aprofunda conceitos, tipologias e sub-áreas das políticas públicas, fornecendo a base analítica necessária para avaliar criticamente as iniciativas governamentais voltadas a populações em situação de vulnerabilidade, como os imigrantes indígenas venezuelanos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS, TIPOLOGIAS E SUB-ÁREAS

Ao abordar o assunto inerente a políticas públicas, faz-se necessário buscar autores que versam com propriedade a respeito da temática, e para tanto elencamos neste momento Celina Souza (2006), Phd em Ciência Política pela London School of Economics and Political Science (LSE). Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia, Brasil. Souza (2006) inicia uma discussão questionando “Como e por que surgiu a área de políticas públicas?”. Para que a pergunta seja respondida, é de suma importância partir da compreensão da sua origem e conceitos. Neste sentido, pode-se observar conforme Souza (2006) que a política pública é uma área de conhecimento e disciplina acadêmica que começou nos Estados Unidos tendo superado os padrões de estudos e pesquisas nessa área na Europa, que se concentravam mais no estudo do Estado e de suas instituições do que na produção governamental. Teorias explicativas sobre o papel do Estado e o governo, uma das instituições mais importantes do Estado, são o ponto de partida para o desenvolvimento da área de política pública na Europa. No entanto, nos Estados Unidos, uma área começou a ser explorada na academia sem estabelecer conexão com as bases teóricas sobre o papel do Estado, o que levou ao foco em estudos sobre a ação do governo (Souza, 2006). Assim sendo, entende-se que, uma melhor compreensão da história das políticas públicas permite entendimento mais preciso acerca de suas bases teóricas e conceituais, seu contexto histórico, sua evolução e mudanças.

Segundo Souza (2006), considera-se quatro principais fundadores da área de políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Ainda nos anos 30, Laswell (1936) divulgou o termo “análise de política pública”, que é uma maneira de conciliar o conhecimento acadêmico e científico com o que os governos produzem em realidade. Também serve como um meio de organização de conversas entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Herbert Simon, ao apresentar o conceito de racionalidade limitada em 1957, trouxe uma visão inovadora sobre as restrições enfrentadas pelos decisores públicos. Ele identificou que a racionalidade desses decisores é limitada por fatores como o tempo disponível para tomar decisões, a informação incompleta ou imperfeita e o autointeresse. No entanto, Simon sugeriu que essas limitações podem ser mitigadas através do conhecimento racional e da implementação de estruturas adequadas. A criação de um conjunto de regras e incentivos pode enquadrar e orientar o comportamento dos atores públicos, direcionando-os para resultados desejados e minimizando a influência de interesses próprios. Dessa forma, a racionalidade dos decisores públicos pode ser potencializada até um nível suficiente, promovendo decisões mais eficazes e alinhadas com os objetivos coletivos (Souza, 2006). Dessa forma, a racionalidade dos decisores

públicos pode ser potencializada, permitindo uma tomada de decisão mais eficiente e alinhada com os objetivos coletivos. A proposta de Simon sublinha a importância de um sistema bem estruturado para melhorar a eficácia das decisões no âmbito das políticas públicas.

Conforme citado por Souza (2006), a crítica de Lindblom (1959; 1979) ao racionalismo de Laswell e Simon trouxe uma importante reflexão sobre a formulação e análise de políticas públicas. Ao questionar a ênfase exclusiva na racionalidade, Lindblom propôs a inclusão de variáveis adicionais, como as relações de poder e a integração das diferentes fases do processo decisório. Para Lindblom, o processo decisório não segue necessariamente uma sequência linear com início e fim claros, mas sim uma interação complexa entre diversos atores e interesses. Neste sentido as políticas públicas devem incorporar elementos além da racionalidade, como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos políticos e dos grupos de interesse. Esses elementos não apenas influenciam a formulação das políticas, mas também moldam sua implementação e impacto na sociedade.

Easton (1965) fez uma contribuição significativa para o campo das políticas públicas ao defini-las como sistemas complexos. Para Easton, uma política pública não é apenas um conjunto de decisões isoladas, mas um sistema dinâmico que envolve a interação entre diferentes componentes: formulação, resultados e ambiente. Segundo sua teoria, as políticas públicas recebem inputs de diversos atores como partidos políticos, mídia e grupos de interesse (Souza, 2006). Esses inputs influenciam tanto a formulação inicial das políticas quanto seus resultados e efeitos ao longo do tempo. Essa visão sistêmica permite uma compreensão mais profunda das interações complexas que moldam as políticas públicas, destacando a importância da análise do contexto político e social em que essas políticas operam. Ao considerar as contribuições de Easton, percebe-se que sua abordagem contribui para uma análise abrangente e integrada das políticas públicas, enfatizando a necessidade de entender não apenas as decisões políticas em si, mas também as forças externas que moldam seu desenvolvimento e impacto na sociedade.

Após um breve percurso teórico em que foi exposto sobre a origem e principais fundadores, nos debruçamos a compreender, sobre o que são políticas públicas, partindo de Souza (2006) a respeito da definição de política pública, a qual é multifacetada e varia conforme o enfoque teórico e contextual de diferentes autores. Mead (1995) a conceitua como um campo dentro do estudo da política que examina o governo à luz de grandes questões públicas, enquanto Lynn (1980) a define como um conjunto de ações governamentais que buscam produzir efeitos específicos. Peters (1986), por sua vez, a descreve como a soma das atividades

dos governos, diretas ou delegadas, que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição como sendo as escolhas que o governo faz, ou opta por não fazer.

Ademais, conforme Souza (2006), as definições que enfatizam o papel da política pública na solução de problemas são frequentemente criticadas por alguns estudiosos por superestimarem os aspectos racionais e procedimentais em detrimento da essência mais conflituosa e complexa da política pública. Estas definições tendem a focar principalmente no papel dos governos na formulação e implementação de políticas, deixando de lado o embate de ideias e interesses que caracteriza muitos processos políticos. Os críticos argumentam que ao concentrar-se exclusivamente nas funções governamentais, essas definições ignoram os conflitos inerentes e os limites das decisões governamentais. Além disso, elas deixam de considerar as possibilidades de cooperação que podem surgir entre governos, outras instituições e grupos sociais diversos, perdendo assim uma parte crucial da dinâmica das políticas públicas.

A partir de uma perspectiva teórico-conceitual, tanto a política pública em geral quanto a política social em particular são campos que abrangem diversas disciplinas, sendo essencialmente multidisciplinares. Seu foco principal reside na análise e na explicação da natureza das políticas públicas e dos processos envolvidos em sua formulação, implementação e impacto. Uma teoria geral da política pública busca integrar e sintetizar teorias desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento, como sociologia, ciência política e economia. Isso se deve ao fato de que as políticas públicas têm repercussões significativas na economia e nas sociedades, exigindo uma compreensão profunda das inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006).

Segundo Souza (2006), política pública pode ser resumida como o campo do conhecimento que tem o objetivo tanto de “colocar o governo em ação” quanto de analisar essa ação como uma variável independente. Quando necessário, também envolve propor mudanças no curso ou rumo dessas ações, o que constitui a variável dependente no processo de formulação e implementação de políticas públicas. No contexto dos governos democráticos, a formulação de políticas públicas representa o estágio em que os líderes políticos traduzem suas plataformas eleitorais e propósitos em programas e ações concretas. Essas iniciativas são destinadas a produzir resultados tangíveis ou implementar mudanças significativas no mundo real, impactando diretamente a vida dos cidadãos e o funcionamento das instituições sociais e econômicas. Portanto, o estudo das políticas públicas não se limita apenas à análise das decisões governamentais, mas também inclui uma investigação crítica dos processos pelos quais essas decisões são moldadas, implementadas e avaliadas. Esse campo multidisciplinar desafia constantemente os pesquisadores a compreenderem as complexas interações entre governo,

sociedade, economia e instituições, buscando aprimorar a eficácia e a equidade das políticas públicas em contextos democráticos.

3.1 TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser classificadas em diferentes tipologias, dependendo de seus objetivos e métodos de implementação. Souza (2002) destaca quatro tipos principais: políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas.

- **Políticas Distributivas:** Focam na alocação de recursos para beneficiar determinados grupos ou regiões sem considerar a limitação dos recursos disponíveis. Exemplos incluem subsídios agrícolas e programas de desenvolvimento regional.
- **Políticas Regulatórias:** Envolvem a regulamentação de atividades econômicas e sociais através de leis e regulamentos, como normas ambientais e de segurança no trabalho.
- **Políticas Redistributivas:** Visam a redistribuição de recursos de um grupo social para outro, geralmente através de políticas sociais como a previdência social e o sistema tributário.
- **Políticas Constitutivas:** Relacionam-se com a criação ou modificação de regras e procedimentos que regem a estrutura e o funcionamento das instituições governamentais.

Segundo Souza (2002, p.7) "cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas".

3.2 SUB-ÁREAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As sub-áreas das políticas públicas incluem a formulação, implementação e avaliação de políticas. Cada uma dessas etapas é crucial para o sucesso das políticas públicas (Souza, 2002). A formulação de políticas envolve a identificação de problemas, definição de objetivos e a seleção de alternativas para alcançar esses objetivos. Souza (2002) destaca a importância de modelos analíticos para orientar os formuladores de políticas na escolha das melhores alternativas, considerando as limitações e os recursos disponíveis.

3.3 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação é o processo pelo qual as políticas formuladas são colocadas em prática. Esta fase envolve a tradução das decisões políticas em ações concretas, que são

realizadas por meio de programas e projetos específicos. Souza (2002) enfatiza que a implementação eficaz depende de fatores como a capacidade institucional e a coordenação entre diferentes níveis de governo.

3.4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação de políticas públicas envolve a análise dos resultados e impactos das políticas implementadas. Este processo é fundamental para determinar se os objetivos das políticas foram alcançados e para identificar áreas de melhoria. Souza (2002) ressalta a importância de métodos de avaliação que considerem tanto os resultados imediatos quanto os impactos a longo prazo. Como enfatiza Souza (2002), a avaliação de políticas públicas deve considerar tanto os resultados imediatos quanto os impactos a longo prazo, pois somente dessa forma é possível obter uma visão completa da eficácia das políticas implementadas. A avaliação pode assumir diversas formas, incluindo a avaliação de processos, que visa aferir se a política está sendo executada conforme o planejado, e a avaliação de impacto, que analisa os efeitos da política sobre o público-alvo e a sociedade em geral. Segundo Souza (2002) para que a avaliação seja eficaz, é necessário um conjunto claro de critérios e objetivos, além de metodologias robustas que garantam a precisão dos resultados. Isso é particularmente importante porque as políticas públicas operam em ambientes complexos, onde múltiplos fatores podem influenciar os resultados finais. Entre os fatores internos, destacam-se as capacidades institucionais, a coordenação entre os diferentes níveis de governo e a clareza dos objetivos e dos instrumentos utilizados. Já entre os fatores externos, podem ser citados o contexto econômico, a influência de atores internacionais e o impacto de políticas anteriores que criam uma base sobre a qual novas políticas são construídas. Além disso, o papel das instituições e a influência de regras formais e informais também são determinantes no sucesso ou fracasso das políticas públicas (Souza, 2002).

Ao encerrar o Capítulo 3, que tratou dos fundamentos teóricos das políticas públicas seus conceitos, tipologias, subáreas, processos de implementação e avaliação, o capítulo 4 aprofunda essa discussão ao abordar os desafios concretos enfrentados na análise, planejamento e gestão dessas políticas. A partir de autores como Melazzo, Frey e Bucci, o capítulo seguinte examina criticamente os limites práticos e conceituais da formulação e execução das políticas públicas, com ênfase especial no ciclo de políticas e nas tensões que emergem no contexto educacional. Dessa forma, o Capítulo 4 amplia a compreensão sobre como as políticas se

materializam na realidade social, incluindo as implicações para populações vulneráveis como os Warao.

4 DESAFIOS À ANÁLISE E À PRÁTICA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise e a implementação de políticas públicas representam um campo complexo e dinâmico, enfrentando inúmeros desafios que demandam uma abordagem crítica e multifacetada. Problematizar o conceito de políticas públicas implica reconhecer as dificuldades inerentes ao planejamento e à gestão eficaz. Veremos, conforme Melazzo (2010), que a concepção de políticas públicas é um tema que gera diversas interpretações e debates. Neste sentido buscaremos abordar diferentes concepções, destacando a não neutralidade de um conceito frequentemente incorporado de maneira acrítica, seja no meio acadêmico, na mídia ou no discurso de agentes políticos. Através dessa problematização com base em Melazzo (2010) poderemos examinar o ciclo das políticas públicas, enfatizando as interações entre formulação, implementação e avaliação.

A política pública, para ser eficaz, precisa ser aplicada de forma adequada e eficiente. A aplicação de políticas públicas é essencial para transformar planos e estratégias em ações concretas que beneficiem a sociedade. Para muitos, o termo “política pública” pode parecer redundante, pois a palavra “política” já implica uma dimensão pública. No entanto, para aprofundar a discussão e evitar ambiguidades, é essencial referenciar e clarificar os conceitos fundamentais que compõem essa expressão (Melazzo, 2010).

A compreensão e a delimitação do conceito de políticas públicas são temas fundamentais tanto para a análise acadêmica quanto para a prática governamental. Melazzo (2010, p. 10) faz as seguintes perguntas: “O que constitui uma política? Como delimitar em si o objeto políticas públicas, seja do ponto de vista acadêmico, para sua análise e compreensão, seja do ponto de vista da ação governamental?”. Essas perguntas destacam a necessidade de esclarecer o que se entende por política pública e como esse entendimento pode orientar tanto a investigação teórica quanto a implementação prática de ações governamentais. A partir dessas indagações, é possível explorar os diversos aspectos que compõem as políticas públicas e suas implicações para o desenvolvimento e a gestão eficaz de intervenções voltadas ao bem-estar social. As questões levantadas por Melazzo (2010), permitem diversas respostas e têm sido objeto de um extenso debate, enriquecido pelas diferentes abordagens e contribuições de vários campos de investigação. Na economia, o termo política pública é frequentemente analisado no contexto das escolhas racionais feitas por agentes que tomam decisões sobre a alocação de recursos, sejam eles econômicos, financeiros ou de outra natureza. Nesse campo, o foco está em compreender as razões por trás de determinadas ações. Por outro lado, nas teorias

organizacionais da administração, o debate principal se concentra nos resultados que podem ser alcançados pelas organizações governamentais. Aqui, a ênfase está nos impactos e na eficácia das ações implementadas pelo governo.

4.1 O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: TEMAS DE PESQUISA NA ÁREA EDUCACIONAL

O ciclo das políticas públicas representa um modelo analítico fundamental para entender como as decisões políticas são formuladas, implementadas e avaliadas ao longo do tempo. Destarte, é de suma importância observarmos que a organização sugerida por Frey (2000) sobre as diversas facetas das políticas públicas oferece oportunidade valiosa para elucidar como as arenas de poder e os conflitos entre grupos de interesse não apenas influenciam o debate, mas também a intrincada interação entre as instituições políticas, o processo político e os temas políticos em si. Toda política pública deve ser examinada através de três perspectivas ou níveis de análise: a dimensão institucional “*polity*”, que abrange a estrutura do sistema político delineada pelo sistema jurídico e pela ordem institucional do sistema administrativo; a dimensão processual “*politics*”, que se concentra no processo político, frequentemente caracterizado por conflitos, incluindo a definição de objetivos e conteúdo; e a dimensão material “*policy*”, que envolve os aspectos concretos, como a configuração de programas políticos, questões técnicas e o conteúdo material das decisões políticas (Frey, 2000).

Neste sentido, conforme Melazzo (2010), faz-se necessário salientar que não há relações simples e diretas entre cada uma dessas dimensões propostas por Freyre (2010), o que revela uma interdependência complexa entre os processos ocorridos em cada uma delas e os resultados que podem ser alcançados. Portanto, não existe uma ligação automática entre o quadro institucional que define as regras, limites e oportunidades legais para as negociações políticas entre diferentes forças e a formulação dos conteúdos práticos de cada ação. Na realidade, essas várias dimensões interagem de forma recíproca e contínua, sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Esses elementos específicos das políticas públicas funcionam tanto como diferentes pontos de partida para o analista, que deve estabelecer conexões claras entre cada uma das dimensões para investigar cada caso específico, quanto influenciam diretamente as próprias possibilidades de análise, pois “As disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados” (Frey, 2000, p. 219).

As diversas abordagens tradicionais do ciclo das políticas públicas se distinguem principalmente pela ênfase dada a diferentes aspectos. No entanto, todas essas abordagens geralmente reconhecem três fases fundamentais: formulação, implementação e avaliação.

Bucci (2002, p. 266) diz que:

O primeiro momento é o da apresentação dos pressupostos técnicos e materiais, pela Administração ou pelos interessados, para confronto com outros pressupostos, de mesma natureza, trazidos pelas demais partes, cujos interesses sejam não coincidentes com aquelas. O segundo momento compreende as medidas administrativas, financeiras, e legais da implementação do programa. E, finalmente, o terceiro momento do processo de atuação da política pública é o da apreciação dos efeitos, sociais e jurídicos, novamente sob o prisma do contraditório, de cada uma das escolhas possíveis, em vista dos pressupostos apresentados.

O texto de Bucci (2002) destaca a importância de entender o ciclo de vida de uma política pública através de três momentos distintos. O primeiro estágio envolve a apresentação inicial dos pressupostos técnicos e materiais pelos responsáveis pela administração ou pelos interessados, preparando o terreno para o confronto de ideias com outras partes que possuem interesses divergentes. Esta fase inicial é crucial para estabelecer um debate informado e inclusivo sobre as bases da política em questão. O segundo momento se concentra na implementação prática do programa, abrangendo decisões administrativas, financeiras e legais que moldam a execução das políticas propostas. Por fim, o terceiro momento destaca a avaliação dos impactos sociais e jurídicos das escolhas feitas, novamente sob um contexto de debate e contraposição de pontos de vista. Esse processo reforça a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva ao longo de todo o ciclo de vida das políticas públicas, garantindo uma análise abrangente e bem fundamentada dos seus resultados e efeitos na sociedade. Em continuidade a este raciocínio, podemos elencar aqui o posicionamento de Freyre (2000), onde diz que, do ponto de vista analítico, parece adequado fazer uma subdivisão mais detalhada. Sugere-se distinguir as seguintes etapas: identificação e definição de problemas, definição da agenda, elaboração de programas e tomada de decisões, implementação das políticas, e por último, avaliação e possíveis ajustes das ações.

Essa ramificação nos ajuda a entender melhor a complexidade das interações que existem entre vários agentes e atores que participam de processos de política pública. É importante enfatizar as interações dinâmicas entre essas etapas, além de explicar cada uma delas de forma independente. Identificar e definir os problemas que devem entrar na agenda pública por um período determinado envolve a habilidade de um grupo de interesse em ampliar o alcance de uma situação específica, tornando-a uma questão de interesse mais geral. Isso

possibilita que uma parcela maior da sociedade compartilhe percepções e entendimentos comuns, facilitando sua inclusão como uma questão que requer intervenção por meio de políticas públicas (Melazzo, 2010).

De acordo com Silva e Melo (2000), a maioria das análises considera a implementação das políticas públicas como a etapa crucial do ciclo das políticas. Eles afirmam que esse seria o elo perdido da ação governamental, uma vez que, na maioria das análises, a implementação é vista apenas como um processo administrativo e burocrático de execução das tarefas definidas na fase de formulação. “Baseada em um diagnóstico prévio, e em um sistema adequado de informações, na fase de formulação são definidas não só as metas, mas também os recursos e o horizonte temporal da atividade de planejamento” (Silva; Melo, 2000, p. 4).

Assim, observa-se que, na fase de formulação de políticas públicas, são estabelecidos os objetivos, os recursos necessários e o período de tempo para a execução das ações. Isso é feito com base em um diagnóstico prévio e utilizando um sistema de informações adequado. Em outras palavras, antes de planejar qualquer ação, é realizada uma análise detalhada da situação atual (diagnóstico), e, com essas informações, são determinados os objetivos específicos a serem alcançados, os recursos (como orçamento e pessoal) que serão necessários e o tempo que levará para implementar essas ações. Silva e Melo (2000) destacam que essa fase de formulação é crucial para o sucesso do planejamento e implementação de políticas públicas.

Segundo Melazzo (2010), no que diz respeito aos formuladores de políticas, é importante destacar que suas propostas e estratégias de ação são baseadas em suas próprias percepções do mundo. Isso significa que estão inevitavelmente limitados por um conjunto restrito de possibilidades que se alinham com suas origens, formações e perspectivas da realidade. Em primeiro lugar, isso implica que não há possibilidade de neutralidade técnica em suas ações. Em segundo lugar, existem limitações no conhecimento que possuem sobre a realidade.

[...] os formuladores de política – mas também os próprios especialistas e estudiosos - enfrentam grandes limitações cognitivas sobre os fenômenos sobre os quais intervêm. Tais limitações derivam, em última instância, da complexidade dos fenômenos sociais com os quais lidam e das próprias limitações dos conhecimentos das disciplinas sociais sobre a sociedade (Silva; Melo, 2000, p. 09).

O texto acima de Silva e Melo (2000) destaca que, a natureza complexa e multifacetada dos problemas sociais, juntamente com as imperfeições e lacunas nos conhecimentos disponíveis, tornam difícil para esses indivíduos compreenderem plenamente e responderem de maneira eficaz às questões sociais. Para lidar com problemas dessa natureza, especialmente ao

formular, executar e avaliar políticas públicas, é essencial considerar o ciclo das políticas (*policy cycle*) como um campo estratégico de disputas entre diferentes forças, projetos, propostas e ações. Nesse campo, os formuladores, implementadores e a população alvo de um programa participam com diferentes níveis de influência, capacidades e possibilidades de intervenção (Melazzo, 2010).

Ademais, com base na discussão até o presente momento observa-se que, o sucesso de uma política pública está intimamente ligado à qualidade das informações disponíveis sobre a realidade que se deseja transformar. Isso implica que a interpretação e a análise do mundo são fundamentais para os resultados das ações de intervenção. Nesse contexto, as informações coletadas são organizadas e formalizadas em instrumentos normativos, como leis, que estabelecem os princípios, objetivos, instrumentos e mecanismos das políticas. De forma semelhante, Faria (2005) destaca a centralidade do conhecimento na formulação e implementação de políticas, afirmando que ideias e valores subjacentes influenciam diretamente as escolhas políticas e a definição de prioridades. Melazzo (2010) ainda ressalta que essas ideias e conhecimentos não são neutros, mas carregam consigo valores e concepções de mundo que moldam as estratégias para enfrentar problemas e formar agendas políticas. Nesse sentido, como argumenta Sabatier (1993), as redes de profissionais, especialistas e acadêmicos desempenham um papel crucial na formulação de políticas, influenciando-as com base em seu reconhecimento como autoridades no assunto. Assim, tanto Melazzo (2010) quanto Faria (2005) e Sabatier (1993) convergem na ideia de que a formulação de políticas públicas está longe de ser uma atividade técnica neutra, sendo, na verdade, rica em conteúdo político e ideológico. Isso refuta a visão promovida durante a tecnocracia dos anos 70, que via o planejamento como uma atividade despolitizada e meramente técnica.

Faz-se necessário frisar que as discussões tomarão como referência as questões temáticas e de pesquisa. As políticas públicas representam um campo de estudo complexo e multifacetado, que abrange diversas áreas do conhecimento e envolve múltiplos atores sociais e institucionais. Souza (2003) destaca que a compreensão das políticas públicas deve ser orientada por uma análise contextualizada que leve em consideração o ambiente político, social e econômico em que as políticas são formuladas e implementadas. Esse enfoque temático permite uma visão mais ampla e integrada das questões que permeiam o campo das políticas públicas.

Neste sentido, a análise de políticas públicas, conforme discutido por Arretche (2003), deve incluir uma abordagem que considere a interação entre diferentes níveis de governo e a forma como essas interações influenciam a formulação e a implementação das políticas.

Arretche argumenta que as políticas públicas no Brasil são fortemente influenciadas pela dinâmica federativa, o que gera desafios específicos em termos de coordenação e efetividade. Assim, a agenda de pesquisa em políticas públicas precisa estar atenta a essas especificidades contextuais. Outro aspecto relevante o qual é abordado por Souza (2003) refere-se a influência dos interesses e valores dos diferentes atores envolvidos na formulação das políticas públicas. Ela ressalta que as políticas são, em grande parte, o resultado de processos de negociação e conflito entre grupos com interesses divergentes. A pesquisa em políticas públicas, portanto, deve considerar a pluralidade de interesses e como eles moldam o conteúdo e a direção das políticas.

Faria (2003) acrescenta à discussão ao explorar as principais vertentes analíticas utilizadas na pesquisa em políticas públicas. O autor destaca que o campo tem se beneficiado de uma diversidade de abordagens teóricas, incluindo a análise de redes de políticas, o institucionalismo e a teoria da escolha pública (Faria, 2003). Essas abordagens oferecem diferentes perspectivas para entender como as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado do campo.

A questão da implementação das políticas públicas é outro tema central discutido por Souza (2003) onde enfatiza que a implementação é uma etapa crucial do ciclo de políticas públicas, em que muitas vezes surgem os maiores desafios. A pesquisa em políticas públicas deve, portanto, ir além da formulação e incluir estudos detalhados sobre a implementação e os fatores que afetam seu sucesso ou fracasso. A autora Arretche (2003) destaca a importância de considerar o papel dos instrumentos de políticas na análise das políticas públicas. Ela argumenta que a escolha dos instrumentos – como regulação, incentivos fiscais ou programas de transferência de renda – pode ter um impacto significativo na efetividade das políticas. A agenda de pesquisa deve, portanto, incluir a análise dos instrumentos utilizados e sua adequação aos objetivos das políticas.

A relação entre políticas públicas e o contexto internacional é outro tema relevante mencionado por Souza (2003). Ela aponta que as políticas públicas, especialmente em países em desenvolvimento, são frequentemente influenciadas por diretrizes e modelos internacionais. Essa influência pode ser vista tanto na adoção de políticas semelhantes em diferentes países quanto na adaptação de modelos internacionais às realidades locais. A pesquisa em políticas públicas deve, portanto, considerar essas dinâmicas globais e suas implicações.

Faria (2003) explora a questão da aprendizagem e inovação nas políticas públicas, sugerindo que as políticas são frequentemente resultado de processos de experimentação e ajuste ao longo do tempo. Ele argumenta que a pesquisa deve focar em como as políticas

evoluem em resposta a mudanças no contexto social, político e econômico, bem como em como os formuladores de políticas aprendem com as experiências passadas para melhorar a formulação e implementação de políticas futuras.

A dimensão ética das políticas públicas também é um tema relevante discutido por Souza (2003). Ela sugere que as políticas públicas devem ser avaliadas não apenas em termos de sua eficiência e eficácia, mas também em termos de sua justiça e equidade. Isso implica uma análise crítica das políticas para garantir que elas promovam o bem-estar de todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Por fim, Arretche (2003) ressalta a importância de uma agenda de pesquisa que seja responsiva às mudanças sociais e políticas, propondo que os pesquisadores em políticas públicas estejam constantemente atualizando suas abordagens e métodos para lidar com novas questões e desafios. Isso requer uma postura crítica e reflexiva, bem como a disposição de revisar e adaptar teorias e métodos à medida que surgem novos dados e percepções.

A discussão sobre políticas públicas educacionais é essencial para compreender como as decisões governamentais moldam o ambiente escolar e impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem. As políticas públicas, entendidas como ações e decisões tomadas por um governo, quando aplicadas ao campo da educação, assumem um papel crucial na definição dos rumos e na qualidade da educação oferecida nas escolas. Segundo Oliveira e França (2010), enquanto o termo “educação” abrange um vasto campo de aprendizado que ocorre em diversos contextos sociais, as políticas públicas educacionais são mais especificamente direcionadas ao ambiente escolar, onde a educação se formaliza por meio de um sistema regulado por políticas estabelecidas pelo Estado.

Essas políticas públicas educacionais focam, portanto, na organização e gestão do sistema escolar, abrangendo desde a construção de infraestruturas até a formação e valorização dos profissionais da educação. Oliveira e França (2010) destacam a importância de se ter um ambiente específico para a prática educacional, ou seja, a escola, que funciona como uma comunidade integradora. Nessa comunidade, diversos atores, como estudantes, professores, funcionários, pais, e o Estado, interagem em um processo complexo mediado pelas políticas públicas.

Assim segundo Oliveira e França (2010), as políticas públicas educacionais são fundamentais para garantir que as escolas tenham os recursos necessários para cumprir sua função educadora. Elas abrangem decisões governamentais sobre aspectos como a construção de escolas, a contratação e formação de professores, o desenvolvimento de currículos, a gestão escolar e a valorização dos profissionais da educação. Em suma, as políticas públicas

educacionais são um instrumento pelo qual o governo exerce sua influência direta sobre o ambiente escolar, assegurando que ele se mantenha como um espaço adequado para o ensino e a aprendizagem.

As políticas públicas educacionais desempenham um papel essencial na estruturação e manutenção de um sistema educacional eficaz e acessível. Conforme Oliveira e França (2010), essas políticas são fundamentais para assegurar que as escolas disponham dos recursos necessários para cumprir sua função principal: educar. Elas abrangem uma série de decisões governamentais que impactam diretamente o funcionamento das instituições de ensino, garantindo que as condições necessárias para o desenvolvimento do processo educacional sejam atendidas. Sem essas políticas, as escolas poderiam enfrentar dificuldades significativas em termos de infraestrutura, qualidade do ensino e formação dos profissionais, o que comprometeria a qualidade da educação oferecida.

Oliveira e França (2010) destacam que a construção de escolas, assim como a manutenção e a modernização das já existentes, são responsabilidades do governo, que deve garantir que todas as regiões tenham acesso a instituições de ensino de qualidade. Essa é uma das formas pelas quais o governo exerce sua influência direta no ambiente escolar, criando condições físicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem.

Além da infraestrutura, as políticas públicas educacionais também se concentram na contratação e formação de professores, que são os principais agentes no processo educativo. A formação contínua dos profissionais da educação é vital para garantir que eles estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e preparados para lidar com os desafios do ensino. Segundo Oliveira e França (2010), o governo deve investir na qualificação e na valorização dos professores, proporcionando-lhes não apenas capacitação, mas também condições dignas de trabalho e remuneração. Dessa forma, as políticas públicas contribuem para a criação de um corpo docente bem preparado e motivado, capaz de oferecer uma educação de qualidade.

O desenvolvimento de currículos é outro componente crucial das políticas públicas educacionais. Um currículo bem elaborado serve como guia para o ensino, definindo os conteúdos que devem ser abordados em cada etapa da educação básica. Oliveira e França (2010) argumentam que o governo deve assegurar que os currículos escolares reflitam as necessidades da sociedade e estejam alinhados com as diretrizes nacionais de educação. Através das políticas públicas, o governo pode introduzir mudanças curriculares que promovam a inclusão, a diversidade e o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo.

Ademais, a gestão escolar é uma área onde as políticas públicas educacionais desempenham um papel decisivo. A gestão eficiente das escolas é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de forma adequada e que as metas educacionais sejam alcançadas. Oliveira e França (2010) ressaltam que as políticas públicas devem apoiar a implementação de práticas de gestão que promovam a transparência, a participação da comunidade escolar e a eficiência administrativa. Ao fazer isso, o governo não apenas assegura o bom funcionamento das instituições de ensino, mas também fortalece a confiança da sociedade no sistema educacional.

Ao final do capítulo 4, que explorou os desafios teóricos e práticos do planejamento e da gestão das políticas públicas com destaque para os ciclos de formulação, implementação e avaliação, o Capítulo 5 dá continuidade à discussão ao apresentar as entrevistas como ferramenta fundamental para a investigação qualitativa desses processos. Nele, são aprofundadas as técnicas, possibilidades e limites metodológicos da entrevista, instrumento essencial para captar a percepção dos sujeitos envolvidos nas políticas públicas, ampliando a compreensão sobre seus efeitos, contradições e significados sociais.

5 ENTREVISTAS EM PESQUISAS QUALITATIVAS

As entrevistas são uma ferramenta essencial nas pesquisas qualitativas, permitindo aos pesquisadores investigar em profundidade as percepções, experiências e significados que os participantes atribuem aos fenômenos analisados. Esta técnica oferece uma compreensão rica e detalhada dos tópicos em questão, sendo especialmente útil em contextos onde se busca captar a complexidade das interações humanas e das realidades sociais. Segundo Duarte (2004), é essencial ressaltar que entrevistas não são a única maneira de conduzir pesquisas qualitativas — não há uma exigência obrigatória entre a realização de pesquisas qualitativas e a utilização de entrevistas. Portanto, optar por um método qualitativo não significa necessariamente que se deve recorrer a entrevistas, seja qual for sua natureza. É possível, por exemplo, realizar observações de campo e utilizar os registros como fonte; recorrer a documentos escritos, em áudio, vídeo ou pictóricos; fazer fotografias ou videograções de situações relevantes; trabalhar com checklists, grupos focais, questionários, entre outras alternativas. O que define uma pesquisa como qualitativa não é a ferramenta utilizada, mas o referencial teórico/metodológico escolhido para construir o objeto de pesquisa e para analisar o material coletado durante o trabalho de campo.

É relevante notar que entrevistas não são sempre a melhor abordagem para todos os tipos de pesquisa, há situações em que elas podem não ser adequadas ou viáveis. Por exemplo, em contextos onde é essencial manter o anonimato dos participantes e estes estão em comunidades onde suas identidades podem ser facilmente identificadas, é necessário considerar métodos alternativos para a coleta de informações. Em ambientes como presídios, hospitais psiquiátricos ou instituições com problemas de violência ou abuso de poder, conduzir entrevistas pessoais não é recomendado (Duarte, 2004). Vemos então que, a escolha da metodologia de pesquisa deve ser cuidadosamente adaptada às circunstâncias específicas de cada estudo. Embora as entrevistas sejam uma ferramenta valiosa para obter informações, elas não são sempre a opção mais adequada. Como já mencionado, em contextos que exigem a preservação rigorosa do anonimato ou em ambientes com riscos elevados, é essencial considerar alternativas que garantam a segurança e a confidencialidade dos participantes. A compreensão dessas limitações e a flexibilidade na seleção de métodos garantem uma abordagem ética e eficaz, respeitando as particularidades do campo de pesquisa e a integridade dos dados coletados.

Diante do exposto, eis o questionamento. Quando utilizar entrevista? Para Duarte (2004) entrevistas são fundamentais para investigar práticas, crenças, valores e sistemas de

classificação em contextos sociais específicos que não são bem definidos e onde os conflitos e contradições não são imediatamente evidentes. Se conduzidas corretamente, as entrevistas possibilitam ao pesquisador uma imersão profunda na compreensão das percepções e significados que os participantes atribuem à sua realidade. Esse método é especialmente eficaz para obter informações detalhadas e coerentes sobre a dinâmica das interações dentro do grupo estudado, algo que costuma ser mais difícil de obter por meio de outros métodos de coleta de dados. Para uma melhor compreensão, observamos Duarte (2004) sobre as exigências para a realização de uma boa entrevista, que podem ser expostas pelo seguinte quadro:

Quadro 1 – Exigências para a realização de uma boa entrevista

Exigências para a realização de uma boa entrevista (Duarte, 2004).	
A	que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa (e introjetados - não é suficiente que eles estejam bem definidos apenas “no papel”);
B	que o pesquisador conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação (a experiência pessoal, conversas com pessoas que participam daquele universo — egos focais/informantes privilegiados —, leitura de estudos precedentes e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada do pesquisador no campo);
C	a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista (fazer uma entrevista “não-válida” com o roteiro é fundamental para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas);
D	segurança e autoconfiança por parte do pesquisador;
E	algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação.
F	O planejamento (e “ensaio” prévio) da atuação nas situações de contato, a escolha de uma roupa neutra (traje formal, sem mensagens escritas ou iconográficas que possam sugerir pontos de vista pessoais ou envolvimento com movimentos religiosos, políticos, étnicos etc.) e a pontualidade também ajudam a garantir a qualidade do material a ser recolhido em entrevistas semi-estruturadas.

Fonte: Duarte, 2004.

Esses elementos combinados contribuem para a obtenção de informações precisas e relevantes, assegurando a validade e a riqueza dos dados coletados. Não menos importante, tomando como parâmetro Romanelli (1998), devemos estar vigilantes quanto à influência da

nossa subjetividade, reconhecendo-a e aceitando-a como parte integrante do processo investigativo.

A subjetividade, elemento constitutivo da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, vale dizer, da experiência que ele, lentamente, vai adquirindo no trabalho de campo (Romanelli 1998, p. 128).

Para Duarte (2004) a análise de um grande número de entrevistas deve ser conduzida com rigor para garantir a precisão e a profundidade dos resultados. Embora pesquisadores experientes possam utilizar métodos tradicionais de análise, a complexidade e a quantidade de dados coletados por pesquisadores em formação podem aumentar o risco de interpretações incorretas. Neste contexto, a utilização de softwares especializados para análise de dados qualitativos é altamente recomendada. Esses programas oferecem ferramentas valiosas para organizar e analisar grandes volumes de informações de forma estruturada e objetiva. Além disso, ao serem adquiridos e disponibilizados para toda a equipe de pesquisa, esses softwares podem promover uma análise mais eficaz e consistente, beneficiando não apenas pesquisadores individuais, mas também a instituição como um todo.

Existem vários tipos de entrevistas utilizadas nas Ciências Sociais. Contudo, concentramos as discussões na entrevista semi-estruturada, e assim mobilizamos autores que versam sobre este tipo entrevista, a qual será utilizada nesta pesquisa. Cada entrevista possui suas características específicas e adequação a diferentes contextos de pesquisa. Boni e Quaresma (2005) descrevem os principais tipos de entrevistas, incluindo a entrevista estruturada, semi-estruturada, aberta, projetiva, com grupos focais e história de vida.

Cada tipo de entrevista apresenta vantagens e desvantagens que devem ser consideradas na escolha da técnica adequada para a pesquisa. Boni e Quaresma (2005) destacam que as entrevistas abertas e semi-estruturadas tendem a produzir uma amostra mais representativa da população de interesse, permitindo uma cobertura mais profunda dos tópicos pesquisados. No entanto, essas entrevistas podem ser mais demoradas e exigir maior habilidade do entrevistador para conduzir e analisar os dados. “A principal vantagem da entrevista aberta e também da semi-estruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. [...] A interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas” (Boni; Quaresma, 2005, p. 76). Por outro lado, as entrevistas estruturadas, embora garantam maior comparabilidade dos dados, podem limitar a profundidade das respostas e a exploração de temas emergentes. As entrevistas projetivas e com grupos focais

oferecem a oportunidade de captar percepções coletivas e interações sociais, mas requerem habilidades específicas para a mediação eficaz das discussões.

Para a condução eficaz de entrevistas, Boni e Quaresma (2005) oferecem sugestões metodológicas. Entre elas, destaca-se a importância de um planejamento cuidadoso, incluindo a definição clara dos objetivos da entrevista, a preparação do roteiro de perguntas e a escolha criteriosa dos entrevistados. Além disso, é essencial criar um ambiente de confiança e respeito, permitindo que os entrevistados se sintam à vontade para compartilhar suas experiências e opiniões. “Uma entrevista bem-sucedida depende muito do domínio do entrevistador sobre as questões previstas no roteiro. O conhecimento ou familiaridade com o tema evitará confusões e atrapalhos por parte do entrevistador, além disso, perguntas claras favorecem respostas também claras e que respondem aos objetivos da investigação” (Boni; Quaresma, 2005, p. 77). Neste sentido, é imprescindível a preparação e domínio do entrevistador sobre os temas abordados. Segundo Boni e Quaresma (2005), a familiaridade com o assunto a ser investigado é crucial para evitar equívocos e interrupções desnecessárias durante a entrevista. De acordo com Queiroz (1988), é crucial respeitar a privacidade e a confidencialidade dos dados compartilhados pelos entrevistados, assegurando que suas histórias e perspectivas sejam tratadas com respeito e dignidade.

A escolha do local para a realização das entrevistas também desempenha um papel fundamental na qualidade dos dados coletados. Locais tranquilos, que proporcionem privacidade, são preferíveis, pois facilitam uma comunicação mais aberta e sincera entre o entrevistador e o entrevistado (Brito; Leonardos, 2001). O ambiente deve ser confortável e seguro, permitindo que os entrevistados se sintam à vontade para expressar suas opiniões e experiências sem interrupções ou distrações. Além do local, outros aspectos logísticos e de procedimento, como a duração da entrevista e a linguagem utilizada, devem ser cuidadosamente planejados. É importante que a entrevista não seja excessivamente longa para evitar o cansaço dos participantes, mantendo, ao mesmo tempo, um tom de conversa que seja acessível e compreensível (Brandão, 2000). Isso contribui para que os dados coletados sejam mais ricos e fiéis à realidade vivenciada pelos entrevistados.

A clareza na formulação das perguntas é fator determinante para o sucesso de uma entrevista. Perguntas bem estruturadas e objetivas facilitam a compreensão do entrevistado e, conseqüentemente, levam a respostas mais precisas e alinhadas com os objetivos da investigação. Conforme Boni e Quaresma (2005), a forma como as perguntas são apresentadas pode influenciar diretamente na qualidade das respostas obtidas. Uma pergunta mal formulada

pode gerar confusão ou interpretações equivocadas, o que comprometeria a qualidade dos dados coletados e, por extensão, a validade dos resultados da pesquisa.

Além disso, o domínio sobre o tema permite ao entrevistador uma maior flexibilidade durante a condução da entrevista. Quando o entrevistador conhece bem o assunto, ele é capaz de adaptar o roteiro de perguntas conforme o andamento da conversa, explorando aspectos relevantes que possam surgir espontaneamente. Essa habilidade de improvisação, sem perder o foco principal da pesquisa, é fundamental para aprofundar temas que talvez não tivessem sido previstos inicialmente, mas que podem revelar insights importantes para a investigação (Boni; Quaresma, 2005).

A postura do entrevistador também é um aspecto crucial para o sucesso da entrevista. Demonstrar segurança e conhecimento sobre o tema transmite confiança ao entrevistado, que se sentirá mais confortável em compartilhar suas opiniões e experiências. Como afirmam Boni e Quaresma (2005), um entrevistador bem preparado é capaz de criar um ambiente de confiança e respeito, o que é essencial para obter respostas honestas e detalhadas. A confiança estabelecida entre entrevistador e entrevistado pode, portanto, ser um fator decisivo na obtenção de dados ricos e pertinentes para a pesquisa.

Em síntese, a eficácia de uma entrevista depende de vários fatores interligados, sendo o domínio do entrevistador sobre o tema e a clareza das perguntas os pilares principais. Conforme Boni e Quaresma (2005) ressaltam, esses elementos não apenas evitam problemas durante a entrevista, mas também garantem que as respostas obtidas estejam alinhadas com os objetivos da investigação. Dessa forma, a preparação cuidadosa do entrevistador e a elaboração precisa do roteiro de perguntas são fundamentais para o sucesso de qualquer pesquisa que envolve entrevistas como método de coleta de dados.

A entrevista semi-estruturada é uma metodologia de coleta de dados que se caracteriza por combinar perguntas abertas e fechadas, permitindo ao entrevistador guiar a entrevista por meio de um roteiro, mas também oferecendo flexibilidade para explorar temas emergentes durante a interação. Segundo Boni e Quaresma (2005), essa técnica é particularmente útil nas Ciências Sociais porque permite captar a complexidade dos fenômenos sociais, ao possibilitar que os entrevistados expressem suas opiniões e experiências de forma mais livre e espontânea.

Bauer e Gaskell (2002) enfatizam que a entrevista semi-estruturada é uma ferramenta poderosa na pesquisa qualitativa, pois combina a sistematização de dados com a abertura para o inesperado. A presença de um roteiro garante que os principais tópicos de interesse sejam abordados, enquanto a flexibilidade do formato permite ao pesquisador seguir novos caminhos

sugeridos pelas respostas dos entrevistados. Isso enriquece a coleta de dados, proporcionando um entendimento mais profundo dos fenômenos estudados.

Becker (1994) observa que a entrevista semi-estruturada é uma técnica essencial para compreender o contexto social das respostas dos entrevistados. Ele destaca que, ao permitir uma maior interação entre o pesquisador e o participante, essa técnica facilita a construção de uma narrativa compartilhada, onde as respostas não são apenas informações isoladas, mas partes de uma história maior. Isso é particularmente importante em pesquisas que buscam entender as práticas sociais em profundidade.

Pierre Bourdieu (1998) discute a entrevista semi-estruturada como um meio de revelar o “poder simbólico” nas interações sociais. Para Bourdieu, as entrevistas podem desvelar as estruturas sociais implícitas que moldam as percepções e ações dos indivíduos. A entrevista semi-estruturada, ao permitir que os entrevistados articulem suas próprias experiências e percepções, torna-se uma ferramenta crucial para a análise crítica dessas estruturas e da dinâmica de poder que elas engendram. Em “A miséria do mundo”, Bourdieu (1999) utiliza entrevistas semi-estruturadas para dar voz aos excluídos e marginalizados, mostrando como suas experiências refletem as desigualdades estruturais da sociedade. Essa abordagem permite que as narrativas dos entrevistados sejam exploradas em profundidade, revelando as contradições e dificuldades que enfrentam em seu cotidiano. A flexibilidade da entrevista semi-estruturada é fundamental para captar essas nuances e proporcionar uma análise mais completa da realidade social.

Bunge (1972) alerta para a importância de um enquadramento teórico rigoroso na interpretação dos dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas. Ele argumenta que, embora a técnica permita uma coleta de dados rica e diversificada, o pesquisador deve estar atento para não se perder na multiplicidade de informações. Um referencial teórico sólido é essencial para guiar a análise e evitar interpretações superficiais ou enviesadas dos dados coletados.

Costa (1987) aponta que a entrevista semi-estruturada é uma técnica que permite ao pesquisador compreender as dinâmicas sociais em suas várias dimensões. Ela destaca que, ao explorar as percepções dos indivíduos sobre suas realidades, essa técnica oferece insights valiosos sobre as relações de poder, as identidades sociais e os processos de construção do conhecimento. A entrevista semi-estruturada, portanto, não é apenas um método de coleta de dados, mas um processo de investigação das estruturas sociais subjacentes.

Goldenberg (1997) salienta a importância da preparação do entrevistador na condução de entrevistas semi-estruturadas. Ela observa que a habilidade de criar um ambiente de

confiança e empatia é crucial para o sucesso da entrevista. O entrevistador deve estar preparado para ouvir ativamente e adaptar suas perguntas com base nas respostas dos participantes, garantindo que a entrevista seja uma troca produtiva e que as informações coletadas sejam ricas e detalhadas.

Haguette (1997) discute as metodologias qualitativas, incluindo a entrevista semi-estruturada, como ferramentas essenciais para a compreensão dos fenômenos sociais em profundidade. Ela argumenta que essa técnica permite ao pesquisador explorar a subjetividade dos entrevistados, captando suas percepções, emoções e crenças. Isso é particularmente importante em estudos que buscam entender a complexidade das interações humanas e as múltiplas camadas de significado que elas envolvem.

Lakatos e Marconi (1996) enfatizam que a entrevista semi-estruturada é especialmente útil em pesquisas exploratórias, onde o objetivo é descobrir novas informações ou aprofundar o entendimento de um tema. A flexibilidade desse tipo de entrevista permite ao pesquisador ajustar seu foco conforme surgem novas questões ou temas durante a conversa. Isso a torna uma ferramenta valiosa para estudos que requerem uma abordagem aberta e adaptável.

Luna (1999) discute a importância do planejamento na realização de entrevistas semi-estruturadas. Ele argumenta que, embora a técnica permita certa flexibilidade, é fundamental que o pesquisador tenha claro seus objetivos e os principais temas que deseja explorar. Um bom planejamento garante que a entrevista seja conduzida de maneira eficiente e que as informações coletadas sejam relevantes para os objetivos da pesquisa.

Minayo (1993) destaca que a entrevista semi-estruturada é uma técnica que valoriza a voz dos participantes, permitindo que suas experiências e perspectivas sejam plenamente expressas. Segundo Minayo (1996), essa técnica é particularmente útil em pesquisas que buscam compreender a subjetividade dos indivíduos, pois permite uma exploração profunda de suas narrativas e percepções. A entrevista semi-estruturada, assim, contribui para uma análise mais rica e detalhada dos fenômenos sociais. Minayo (1996) também observa que a entrevista semi-estruturada é uma ferramenta fundamental para a pesquisa social, pois permite uma interação direta e significativa entre o pesquisador e o entrevistado. Essa interação é essencial para a construção de conhecimento colaborativo, onde o pesquisador e o participante trabalham juntos para explorar e entender as questões em estudo. A entrevista semi-estruturada, portanto, não é apenas um método de coleta de dados, mas uma prática de construção conjunta de conhecimento.

Selltiz (1987) discutem a entrevista semi-estruturada como uma técnica que equilibra a necessidade de sistematização com a abertura para a exploração de novos temas. Eles destacam

que essa técnica é particularmente útil em pesquisas sociais, onde a compreensão das complexidades e nuances das interações humanas é fundamental. A entrevista semi-estruturada permite ao pesquisador captar tanto as respostas esperadas quanto as inesperadas, enriquecendo a análise e proporcionando uma visão mais completa do fenômeno estudado.

Por fim, a entrevista semi-estruturada se configura como uma técnica de pesquisa que oferece uma rica combinação de estrutura e flexibilidade, permitindo ao pesquisador explorar em profundidade as experiências e percepções dos participantes. Ao longo dos anos, essa técnica tem se mostrado eficaz em diversas áreas das Ciências Sociais, sendo valorizada por sua capacidade de revelar as complexidades das interações humanas e as dinâmicas sociais subjacentes. Como enfatizado pelos diversos autores mencionados, o sucesso na aplicação dessa técnica depende tanto da preparação cuidadosa do entrevistador quanto de sua habilidade em criar um ambiente de confiança e diálogo durante a entrevista.

Nesse sentido, é fundamental compreender a entrevista qualitativa como um processo interativo e colaborativo, no qual entrevistador e entrevistado constroem conjuntamente significados. Fraser e Gondim (2004) ressaltam que essa dinâmica vai além da simples coleta de dados, configurando-se como uma verdadeira negociação de sentidos. Durante a interação, elementos verbais e não-verbais emergem e contribuem para moldar a compreensão dos fenômenos discutidos. Tal perspectiva reforça o caráter dinâmico da entrevista qualitativa, permitindo que os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências sejam aprofundados e contextualizados ao longo do processo investigativo.

As autoras Fraser e Gondim (2004), salientam que ao considerar a entrevista como um texto negociado, reconhece-se a natureza co-construída das respostas dos entrevistados, que emergem no contexto da interação social entre o entrevistador e o entrevistado. Esse entendimento desafia a visão tradicional de que a coleta de dados deve ser neutra e objetiva, propondo, em vez disso, que os resultados da pesquisa são profundamente influenciados pelas relações intersubjetivas que se formam durante o processo de entrevista. Fraser e Gondim (2004) reforçam essa perspectiva ao argumentar que uma abordagem interativa e reflexiva é fundamental para capturar a complexidade das experiências humanas e os significados sociais compartilhados.

Essa concepção mais dinâmica da entrevista sugere que os dados obtidos não são apenas reflexos passivos das realidades dos participantes, mas sim produtos de uma interação ativa onde ambos, entrevistador e entrevistado, desempenham papéis significativos. As relações de poder, as expectativas mútuas e a própria dinâmica da conversa podem moldar as respostas e, conseqüentemente, os resultados da pesquisa. Essa visão desafia a noção tradicional de

objetividade e destaca a importância de reconhecer o papel do pesquisador na produção dos dados (Fraser; Gondim, 2004).

A abordagem interativa também oferece uma oportunidade para que os pesquisadores explorem a subjetividade e a experiência vivida dos participantes de maneira mais profunda. Ao valorizar a voz dos entrevistados e o contexto em que suas respostas são geradas, os pesquisadores qualitativos podem acessar uma compreensão mais rica e detalhada dos fenômenos estudados. Fraser e Gondim (2004) argumentam que essa profundidade é essencial para a pesquisa qualitativa, pois permite captar nuances e significados que poderiam ser perdidos em abordagens mais rígidas e objetivistas.

Além disso, ao tratar a entrevista como um processo de negociação, os pesquisadores podem se tornar mais conscientes das suas próprias influências sobre a pesquisa e das formas como suas perguntas e interações podem direcionar as respostas. Essa autoconsciência é uma parte importante do processo reflexivo, que reconhece o pesquisador não apenas como um coletor de dados, mas como um participante ativo na construção do conhecimento. Fraser e Gondim (2004) apontam que essa autorreflexão é crucial para desenvolver uma compreensão mais holística e verdadeira dos fenômenos sociais.

Em síntese, segundo Fraser e Gondim (2004), a abordagem que vê a entrevista como um texto negociado sublinha a importância das relações intersubjetivas na produção de dados e oferece uma crítica importante à noção de neutralidade e objetividade na pesquisa qualitativa.

Dentro dessa perspectiva, o papel do entrevistador ganha contornos específicos, exigindo uma postura menos diretiva e mais sensível às dinâmicas que emergem durante a interação com o entrevistado. Mais do que conduzir a conversa, cabe ao pesquisador facilitar um diálogo aberto, criando um espaço seguro para que o participante explore e expresse seus próprios significados e interpretações sobre as experiências vividas. Fraser e Gondim (2004) destacam que essa postura menos controladora é essencial para que o entrevistado se sinta à vontade, o que favorece o surgimento de novos aspectos significativos e a captura de nuances que dificilmente seriam acessadas em formatos mais estruturados e rígidos de entrevista.

A relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado desempenha um papel central na pesquisa qualitativa, pois é através dessa interação que os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências são revelados e compreendidos. Fraser e Gondim (2004) argumentam que a qualidade dessa relação, baseada em confiança e respeito mútuo, é essencial para que o entrevistado se sinta seguro em compartilhar suas percepções e sentimentos de maneira autêntica. Essa conexão permite que o pesquisador acesse as camadas mais profundas

das experiências dos participantes, enriquecendo assim a análise e a interpretação dos dados coletados.

Esse processo de interação entre entrevistador e entrevistado resulta no que Fraser e Gondim (2004) chamam de “texto negociado”. Este termo refere-se à ideia de que o conhecimento gerado durante a entrevista é uma construção conjunta, refletindo as contribuições tanto do entrevistador quanto do entrevistado. Em vez de serem vistos como dados brutos e objetivos, as respostas são entendidas como produtos de uma negociação constante entre as perspectivas e expectativas de ambos os lados. Essa co-construção do conhecimento é uma característica distintiva da pesquisa qualitativa, que valoriza a subjetividade e o contexto em que o conhecimento é produzido.

Ao reconhecer a entrevista como um processo de co-construção, a pesquisa qualitativa desafia a visão tradicional de neutralidade e objetividade, sugerindo que o pesquisador é inevitavelmente parte do processo de geração de conhecimento. Fraser e Gondim (2004) enfatizam que essa perspectiva interativa não diminui o valor da pesquisa, mas, ao contrário, enriquece a compreensão dos fenômenos estudados, permitindo que o pesquisador capture as complexidades e contradições da experiência humana de maneira mais fiel e abrangente.

Ademais, o papel do entrevistador na pesquisa qualitativa é menos sobre dirigir a conversa e mais sobre facilitar uma interação que permita a emergência de novos significados e interpretações. A relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado é fundamental para essa construção conjunta de conhecimento, resultando em um “texto negociado” que reflete a riqueza e a complexidade das experiências dos participantes (Fraser; Gondim, 2004). Tal relação ocupa um lugar central na pesquisa qualitativa, onde a troca de experiências e significados entre as partes envolvidas é essencial para a construção conjunta do conhecimento. Essa interação não é apenas um processo de coleta de dados, mas uma colaboração dinâmica onde ambos os envolvidos contribuem para a criação de um entendimento mais profundo do fenômeno estudado. Conforme Fraser e Gondim (2004) destacam, essa intersubjetividade resulta em um “texto negociado”, no qual as respostas e interpretações são co-construídas, refletindo a complexidade e a riqueza das vivências dos participantes.

A ideia de um “texto negociado” implica que o conhecimento produzido durante a entrevista não é unidimensional ou puramente objetivo, mas sim um produto das interações sociais e das negociações de significado que ocorrem entre entrevistador e entrevistado. Isso significa que as respostas obtidas não são meramente dadas, mas são moldadas pelo contexto da entrevista, pelas perguntas formuladas, e pela maneira como o entrevistador conduz a conversa. Fraser e Gondim (2004) sublinham que essa negociação é fundamental para captar as

múltiplas camadas de significado que os participantes atribuem às suas experiências, enriquecendo o conteúdo final da pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, o entrevistador não é um observador passivo, mas um participante ativo que influencia e é influenciado pela interação. Fraser e Gondim (2004) argumentam que essa relação interativa permite uma exploração mais profunda dos fenômenos, na medida em que o entrevistador pode adaptar suas perguntas e respostas com base nas reações do entrevistado, facilitando a descoberta de insights inesperados e valiosos.

Além disso, a relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado contribui para a criação de um ambiente de confiança e abertura, onde os entrevistados se sentem mais à vontade para compartilhar suas histórias e percepções de maneira genuína. Essa atmosfera de confiança é crucial para que o entrevistador possa acessar informações detalhadas e sinceras, que talvez não fossem reveladas em um contexto de entrevista mais formal e distante. Fraser e Gondim (2004) enfatizam que essa proximidade permite uma compreensão mais autêntica e completa das experiências dos participantes, o que é essencial para a validade e a profundidade da pesquisa qualitativa.

Em suma, a relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado é fundamental para a construção conjunta de conhecimento na pesquisa qualitativa, resultando em um "texto negociado" que reflete a riqueza e a complexidade das experiências dos participantes (Fraser; Gondim, 2004). Esse processo de co-construção desafia as abordagens tradicionais de pesquisa e valoriza a subjetividade e a interação social como componentes essenciais para a compreensão dos fenômenos humanos. Através dessa abordagem, os pesquisadores são capazes de obter compreensões mais profundas e detalhadas, que contribuem para um entendimento mais completo das realidades estudadas.

Nesse contexto, torna-se indispensável que a seleção dos entrevistados seja realizada de forma criteriosa, a fim de garantir a representatividade dos significados explorados. Diferentemente da pesquisa quantitativa, onde o foco recai sobre a quantidade de respostas, na pesquisa qualitativa o que se busca é a profundidade e a relevância das informações obtidas. Por isso, o número de entrevistas realizadas deve ser suficiente para alcançar a saturação teórica, momento em que novas entrevistas deixam de trazer contribuições significativas ou dados inéditos para a análise (Fraser; Gondim, 2004).

A busca por profundidade na pesquisa qualitativa significa que o número de entrevistados não precisa ser grande, mas sim estratégico. A ênfase está na obtenção de dados detalhados e ricos que possam revelar as complexidades e nuances das experiências humanas. Segundo Fraser e Gondim (2004), o foco está na qualidade das informações, não na quantidade

de respostas. Isso implica que cada entrevista deve ser conduzida com a intenção de explorar em profundidade os significados que os entrevistados atribuem às suas vivências, permitindo que o pesquisador capture a essência do fenômeno investigado.

Outro conceito central na seleção dos entrevistados é o de saturação teórica. Na pesquisa qualitativa, o processo de coleta de dados geralmente continua até que o pesquisador perceba que novas entrevistas não estão trazendo informações adicionais significativas. Fraser e Gondim (2004) descrevem a saturação teórica como o ponto em que os dados começam a se repetir e a adicionar pouco valor à compreensão do fenômeno em questão. Alcançar a saturação teórica é um indicativo de que o pesquisador já explorou suficientemente o campo de estudo e que os principais temas e padrões emergiram das entrevistas.

Para garantir que a saturação teórica seja alcançada, é importante que o pesquisador esteja constantemente analisando os dados à medida que as entrevistas são conduzidas. Essa análise contínua permite ajustar o foco das entrevistas subsequentes e identificar quando a saturação está próxima. Fraser e Gondim (2004) sugerem que a saturação não deve ser vista como um ponto rígido, mas como um guia flexível que ajuda o pesquisador a determinar quando o objetivo de compreensão profunda foi atingido.

A seleção criteriosa dos entrevistados e a busca por saturação teórica são elementos essenciais para o sucesso de uma pesquisa qualitativa. A ênfase na profundidade e relevância das informações obtidas, conforme ressaltam Fraser e Gondim (2004), garante que a pesquisa produza compreensões valiosas e ricas do fenômeno estudado. Essa abordagem cuidadosa assegura que os significados explorados sejam representativos das experiências dos participantes e que o conhecimento gerado seja sólido e abrangente.

Outrossim, a busca por saturação teórica assegura que o processo de coleta de dados seja levado adiante até que os temas centrais estejam suficientemente explorados. Fraser e Gondim (2004) destacam que a saturação ocorre quando novas entrevistas não trazem informações adicionais significativas, indicando que o pesquisador já alcançou uma compreensão abrangente do fenômeno. Essa abordagem não apenas fortalece a validade dos resultados, mas também garante que o conhecimento gerado seja representativo das experiências dos participantes, oferecendo uma base sólida para a análise e interpretação dos dados. Em última análise, a combinação de uma seleção criteriosa e a busca por saturação teórica resulta em uma pesquisa qualitativa que é tanto rica em conteúdo quanto sólida em suas conclusões.

Complementando essas estratégias metodológicas, a escolha entre realizar entrevistas individuais ou grupais também desempenha um papel importante na definição da profundidade

e do alcance da investigação. As entrevistas individuais são especialmente recomendadas quando o objetivo do estudo é explorar de maneira aprofundada os significados pessoais que os participantes atribuem às suas experiências. Essa modalidade permite ao entrevistador estabelecer uma relação direta e mais íntima com o entrevistado, criando um espaço seguro para que este compartilhe detalhes pessoais e reflexões profundas. Fraser e Gondim (2004) ressaltam que tal abordagem é ideal para acessar as narrativas e vivências individuais, principalmente em contextos que exigem uma compreensão detalhada das perspectivas subjetivas dos participantes.

Por outro lado, as entrevistas grupais, que incluem grupos focais, são especialmente úteis quando a pesquisa busca explorar opiniões, atitudes e comportamentos em um contexto social. A dinâmica de grupo pode revelar interações e influências mútuas que não seriam evidentes em entrevistas individuais. Nos grupos focais, por exemplo, os participantes são incentivados a discutir temas propostos pelo moderador, e essa interação pode gerar insights sobre como as opiniões são formadas e como as pessoas reagem às ideias dos outros. Fraser e Gondim (2004) apontam que essa abordagem é valiosa para capturar a dimensão social das experiências e para compreender como os indivíduos se posicionam em relação a outros membros do grupo.

A escolha entre entrevistas individuais e grupais depende dos objetivos específicos da pesquisa e das características dos participantes. Se o objetivo é investigar questões sensíveis ou profundamente pessoais, as entrevistas individuais são geralmente preferidas, pois oferecem um ambiente seguro e confidencial para o entrevistado. Fraser e Gondim (2004) sugerem que essa abordagem é mais adequada quando o pesquisador precisa captar as nuances das experiências individuais sem a influência de outras vozes. Em contrapartida, quando o interesse está em entender como as pessoas interagem em grupo ou como as opiniões se moldam coletivamente, as entrevistas grupais se tornam mais apropriadas.

Além disso, as entrevistas individuais permitem ao pesquisador adaptar o ritmo e o enfoque da conversa de acordo com as respostas do entrevistado, o que pode ser fundamental para obter um entendimento mais profundo de questões complexas. A flexibilidade é uma vantagem significativa nesse formato, permitindo que o entrevistador explore tópicos emergentes que possam não ter sido previamente considerados. Fraser e Gondim (2004) destacam que essa capacidade de aprofundar questões específicas conforme surgem durante a entrevista é uma das principais forças das entrevistas individuais.

Em contrapartida, as entrevistas grupais, especialmente os grupos focais, oferecem uma riqueza de dados que provém da interação entre os participantes. A observação de como os

indivíduos respondem uns aos outros pode fornecer informações valiosas sobre dinâmicas de grupo, conformidade, liderança e negociação de significados. Fraser e Gondim (2004) apontam que essa interação social pode trazer à tona temas e questões que os participantes talvez não levantassem em uma entrevista individual, devido ao poder da influência social e da discussão coletiva.

No entanto, as entrevistas grupais também apresentam desafios que precisam ser considerados. A presença de outras pessoas pode inibir a expressão de opiniões contrárias ou de experiências pessoais que os participantes possam julgar como impopulares ou inadequadas para o grupo. Fraser e Gondim (2004) alertam que, nesses casos, o moderador precisa ser habilidoso em criar um ambiente seguro e inclusivo, onde todos os participantes se sintam confortáveis para compartilhar suas opiniões honestamente. A gestão das dinâmicas de poder dentro do grupo é crucial para garantir que a discussão seja equilibrada e que todas as vozes sejam ouvidas.

Além disso, as entrevistas grupais requerem um planejamento cuidadoso em termos de composição do grupo, tamanho e questões logísticas, como o local e a duração da sessão. Fraser e Gondim (2004) sugerem que a composição do grupo deve ser feita de maneira que os participantes tenham algo em comum, mas que também tragam diferentes perspectivas que possam enriquecer a discussão. O tamanho do grupo deve ser suficiente para promover uma discussão rica, mas não tão grande que se torne difícil para o moderador gerenciar.

As entrevistas individuais, por sua vez, demandam uma preparação diferente, com foco na construção de um roteiro de perguntas que permita a flexibilidade necessária para explorar temas emergentes. Fraser e Gondim (2004) ressaltam a importância de o entrevistador estar bem preparado para seguir o fluxo da conversa e adaptar suas perguntas com base nas respostas do entrevistado. A habilidade de escuta ativa e de empatia são cruciais nesse formato, pois ajudam a criar um ambiente onde o entrevistado se sinta valorizado e compreendido.

Por tanto, as entrevistas individuais quanto as grupais têm suas próprias vantagens e são adequadas para diferentes tipos de investigação qualitativa. A escolha entre elas deve ser guiada pelos objetivos da pesquisa e pelas características dos participantes, conforme apontado por Fraser e Gondim (2004). Enquanto as entrevistas individuais oferecem profundidade e intimidade na exploração de significados pessoais, as entrevistas grupais proporcionam uma visão mais ampla das dinâmicas sociais e da formação de opiniões em contexto coletivo. A combinação de ambos os métodos pode, em muitos casos, fornecer uma compreensão mais completa e rica do fenômeno estudado.

Para que todo esse material coletado se torne efetivamente um insumo de qualidade para a pesquisa, é fundamental atentar-se aos procedimentos de preparação das entrevistas para análise. A transcrição cuidadosa constitui um dos primeiros passos cruciais desse processo. Recomenda-se que as entrevistas sejam transcritas logo após a sua realização, preferencialmente pelo próprio entrevistador, o que contribui para manter a fidelidade ao conteúdo e às nuances da fala dos participantes. Na sequência, é essencial realizar a conferência de fidedignidade, ouvindo novamente a gravação enquanto se acompanha o texto transcrito, a fim de verificar cada frase, mudanças de entonação, interjeições e eventuais interrupções. Como destaca Alberti (1990), essa prática de transcrever e revisar cada entrevista antes de conduzir a próxima não apenas aprimora a qualidade da análise, mas também possibilita ao pesquisador corrigir eventuais falhas, evitar induções e reavaliar os rumos da investigação. Dessa forma, o processo de transcrição e revisão contribui significativamente para a confiabilidade e validade dos resultados obtidos.

A transcrição das entrevistas é um passo fundamental na pesquisa qualitativa, pois permite que o material coletado seja analisado de forma detalhada e rigorosa. As entrevistas devem ser transcritas logo após sua realização, preferencialmente por quem as conduziu, para garantir a fidelidade do registro. Este processo inclui a conferência de fidedignidade, onde o pesquisador ouve a gravação enquanto acompanha a transcrição, ajustando qualquer discrepância que possa ter ocorrido. Essa prática é essencial para evitar a perda de nuances e significados presentes nas falas dos entrevistados, que são cruciais para uma análise profunda e contextualizada (Duarte, 2004).

A análise de entrevistas envolve a segmentação do discurso dos entrevistados em unidades de significação e a posterior organização dessas unidades em categorias de análise. Duarte (2004) ressalta que a interpretação desse material requer um cuidado especial para evitar vieses e superinterpretação. O pesquisador deve estar ciente de sua subjetividade e utilizar métodos teóricos e metodológicos para controlá-la. A análise final consiste em articular essas unidades de significação dentro das categorias estabelecidas, permitindo ao pesquisador formular hipóteses explicativas sobre o fenômeno estudado. Este processo rigoroso assegura que as conclusões da pesquisa sejam fundamentadas e reflitam com precisão as percepções e realidades dos entrevistados.

Considerando todos esses aspectos, torna-se evidente por que a entrevista ocupa um lugar de destaque entre as técnicas de investigação na pesquisa qualitativa. Sua capacidade de captar informações detalhadas e subjetivas torna-a um recurso valioso para compreender a complexidade dos fenômenos humanos. Como destacam Batista, Matos e Nascimento (2017),

a entrevista permite acessar não apenas o que é dito, mas também os significados subjacentes às falas dos participantes, oferecendo ao pesquisador um material rico e contextualizado para análise. Essa abordagem amplia as possibilidades interpretativas e favorece a produção de conhecimento consistente sobre as experiências, percepções e práticas dos sujeitos investigados.

As entrevistas são fundamentais na pesquisa qualitativa porque permitem a coleta de dados ricos e profundos sobre as experiências e percepções dos participantes. Batista, Matos e Nascimento (2017) destacam que a entrevista é uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas, onde o investigador busca obter informações relevantes para o objeto de estudo por meio de perguntas formuladas. A flexibilidade da entrevista a torna uma técnica valiosa em diversas áreas, como psicologia, sociologia e educação, onde a compreensão das subjetividades e contextos sociais é essencial.

A flexibilidade da entrevista, apontada por Belei *et al.* (2008), é um dos principais atributos que a destacam entre as técnicas de coleta de dados na pesquisa qualitativa. A possibilidade de adaptar as perguntas conforme a evolução da entrevista permite que o pesquisador explore mais profundamente os tópicos de interesse, obtendo assim dados mais relevantes e detalhados. Além disso, a interação direta entre entrevistador e entrevistado favorece a emergência de novas perspectivas que podem não ser captadas por outros métodos de pesquisa. A importância da entrevista na pesquisa qualitativa também é enfatizada por Boni e Quaresma (2005), que destacam que essa técnica não apenas coleta dados, mas também envolve uma construção conjunta de significados entre pesquisador e participante. Esse processo dialógico possibilita uma compreensão mais profunda e contextualizada das respostas, permitindo que o pesquisador acesse não só as informações explícitas, mas também as implícitas, que são frequentemente reveladas por meio de expressões não verbais e nuances emocionais.

Outro aspecto relevante das entrevistas, conforme discutido por Calil e Arruda (2004), é a sua capacidade de capturar a complexidade das experiências humanas em diferentes contextos. As entrevistas qualitativas, ao proporcionarem um espaço para que os participantes expressem suas opiniões e sentimentos de maneira aberta e reflexiva, permitem que o pesquisador compreenda os fenômenos estudados em sua totalidade. Isso é particularmente importante em estudos que buscam explorar fenômenos sociais, culturais e psicológicos, onde as experiências subjetivas são centrais para a compreensão do objeto de estudo.

Ademais, Batista, Matos e Nascimento (2017) ressaltam a necessidade de um planejamento cuidadoso na condução de entrevistas qualitativas. A preparação do entrevistador,

a elaboração de um roteiro flexível e a criação de um ambiente de confiança são fatores essenciais para o sucesso da coleta de dados. Além disso, é fundamental que o entrevistador mantenha uma postura ética, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes, aspectos que são cruciais para a validade e a confiabilidade dos dados obtidos.

Existem vários tipos de entrevistas que podem ser utilizadas na pesquisa qualitativa, cada uma com suas características específicas. As entrevistas podem ser classificadas em estruturadas, semiestruturadas e abertas. Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017), a entrevista estruturada é aquela que segue um roteiro fixo de perguntas, garantindo uniformidade nas respostas. A entrevista semiestruturada, por sua vez, combina perguntas abertas e fechadas, permitindo maior flexibilidade e profundidade nas respostas dos entrevistados. Já a entrevista aberta ou em profundidade permite que o entrevistado fale livremente sobre o tema, proporcionando uma coleta de dados mais rica e detalhada.

A condução de entrevistas na pesquisa qualitativa requer um planejamento cuidadoso e a observância de princípios éticos. Batista, Matos e Nascimento (2017) enfatizam a importância de preparar adequadamente o entrevistador e o entrevistado, bem como de criar um ambiente propício para a coleta de dados. É fundamental que o entrevistador demonstre interesse genuíno nas respostas dos entrevistados e mantenha uma postura receptiva e neutra durante todo o processo. Além disso, é crucial assegurar o anonimato e a confidencialidade dos participantes, garantindo que suas informações sejam tratadas com respeito e sigilo.

A análise dos dados coletados por meio de entrevistas qualitativas envolve a transcrição das gravações e a identificação de temas e padrões nas respostas dos participantes. Batista, Matos e Nascimento (2017) sugerem que a transcrição deve ser feita logo após a entrevista para garantir a precisão das informações. A análise temática é uma abordagem comum, onde as respostas são categorizadas e interpretadas em relação aos objetivos da pesquisa. É importante que o pesquisador esteja ciente de sua subjetividade e utilize métodos rigorosos para minimizar vieses na interpretação dos dados.

Utilizar-se da entrevista para obtenção de informação é buscar compreender a subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis (Batista; Matos; Nascimento, 2017, p. 25).

A entrevista é uma técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas devido à sua capacidade de capturar informações detalhadas e profundas sobre o objeto de estudo. Uma das

principais vantagens da entrevista é a possibilidade de explorar aspectos subjetivos e complexos do comportamento humano, que dificilmente poderiam ser acessados por outros métodos. Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017), a entrevista permite que o pesquisador compreenda as percepções, sentimentos e pensamentos dos entrevistados em relação a um tema específico, proporcionando uma visão mais completa e contextualizada da realidade estudada. Além disso, a entrevista oferece flexibilidade ao pesquisador, que pode ajustar as perguntas e o enfoque da investigação conforme a dinâmica da conversa. Isso é especialmente útil em pesquisas qualitativas, onde a rigidez metodológica pode limitar a profundidade dos dados obtidos. Conforme discutido por Belei *et al.* (2008), a capacidade de adaptar as perguntas e explorar novos tópicos emergentes durante a entrevista é uma vantagem significativa que contribui para a riqueza e a validade dos dados coletados.

Entretanto, a entrevista também apresenta desvantagens que precisam ser consideradas. Uma das principais limitações é o tempo e o esforço necessários para a preparação, condução e análise das entrevistas. A coleta de dados por meio de entrevistas pode ser demorada, especialmente quando envolve transcrição e análise detalhada das falas dos entrevistados. Como apontam Boni e Quaresma (2005), o processo de análise das entrevistas exige habilidades específicas e pode ser bastante trabalhoso, o que pode ser um desafio para pesquisadores com prazos apertados. Outro desafio associado ao uso da entrevista é a possibilidade de viés nas respostas dos entrevistados. De acordo com Calil e Arruda (2004), a presença do entrevistador e a forma como as perguntas são formuladas podem influenciar as respostas, levando a resultados que refletem mais as expectativas do pesquisador do que as verdadeiras opiniões dos entrevistados. Esse risco de viés é uma desvantagem significativa que precisa ser mitigada por meio de uma abordagem cuidadosa e reflexiva por parte do pesquisador.

Além disso, a qualidade dos dados obtidos em entrevistas depende fortemente da habilidade do entrevistador. Como destacam Batista, Matos e Nascimento (2017), entrevistadores inexperientes podem ter dificuldade em estabelecer rapport com os entrevistados ou em explorar adequadamente os tópicos de interesse, o que pode comprometer a profundidade e a qualidade das informações coletadas. Portanto, a formação e a experiência do entrevistador são cruciais para o sucesso desse método de pesquisa. A entrevista também pode ser influenciada pelas características pessoais do entrevistado, como seu nível de confiança, experiência anterior com entrevistas e disposição para compartilhar informações. Segundo Duarte (2004), esses fatores podem afetar a quantidade e a qualidade das informações obtidas, tornando algumas entrevistas menos produtivas do que outras. Esse é um desafio que

os pesquisadores precisam estar preparados para enfrentar, especialmente quando lidam com populações vulneráveis ou sensíveis.

Outra desvantagem é a dificuldade de generalização dos resultados obtidos por meio de entrevistas. Como a entrevista é uma técnica profundamente contextualizada, os dados coletados são específicos aos indivíduos e ao contexto estudado, o que pode limitar a aplicação dos resultados a outros grupos ou situações. Flick (2002) argumenta que essa limitação é inerente à natureza qualitativa da entrevista, mas pode ser compensada por uma análise detalhada e uma interpretação cuidadosa dos dados.

A demais, as entrevistas podem ser influenciadas por questões éticas, especialmente quando envolvem temas sensíveis ou populações vulneráveis. Segundo Fontana e Frey (1994), é fundamental que os pesquisadores considerem questões como consentimento informado, confidencialidade e o potencial impacto emocional das entrevistas nos participantes. Essas preocupações éticas são essenciais para garantir a integridade da pesquisa e o bem-estar dos entrevistados.

A guisa de conclusão, a entrevista é uma técnica poderosa e flexível para a coleta de dados qualitativos, mas sua utilização eficaz requer atenção cuidadosa às suas limitações e desafios. A habilidade do entrevistador, a preparação adequada e a consideração das questões éticas são essenciais para superar as desvantagens e maximizar os benefícios dessa técnica. Como destacam Batista, Matos e Nascimento (2017), quando conduzida de maneira adequada, a entrevista pode fornecer insights valiosos e profundos que enriquecem a compreensão do fenômeno estudado.

Ao final do capítulo 5, que explorou a entrevista como técnica central na pesquisa qualitativa destacando seus fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e implicações éticas, o capítulo 6 dá continuidade à discussão, deslocando o foco da técnica para a realidade social investigada. Nele, são aplicadas as categorias e os dados construídos a partir das entrevistas à análise crítica das dinâmicas de exclusão vivenciadas por crianças e adolescentes Warao em contexto de migração forçada. Assim, o capítulo 6 aprofunda a interpretação empírica, articulando os dados coletados com os referenciais teóricos de Sen e Saskia Sassen, ampliando a compreensão sobre os desafios da inclusão educacional e social dessa população no município de Araguaína/TO.

6 DINÂMICAS DE EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL EM CONTEXTOS DE MIGRAÇÃO FORÇADA

Neste capítulo, será adotada a filiação teórica que fundamenta a pesquisa, embasada nos conceitos desenvolvidos por Sen (2010) e Sassen (1998, 2016). Sen (2010), em sua teoria do desenvolvimento como liberdade, oferece uma perspectiva que destaca a importância da expansão das liberdades reais como medida do desenvolvimento humano, enfatizando o papel crucial da dignidade e da segurança para todos os indivíduos (Sen, 2010). Por outro lado, Sassen (2016) aborda as dinâmicas de exclusão e expulsão geradas pela globalização, ressaltando como as forças econômicas globais frequentemente resultam em despossessão e marginalização de populações vulneráveis. Com base nessas teorias, este capítulo explorará a aplicação das ideias de Sen e Sassen na análise das condições enfrentadas por comunidades marginalizadas, com foco nos processos de exclusão e nas violações de direitos que ocorrem no contexto da globalização.

A mobilidade forçada dos indígenas WARAO, originários do Delta do Orinoco, na Venezuela, pode ser compreendida por meio das teorias de Saskia Sassen sobre exclusão e expulsão no contexto global. Sassen (2016) argumenta que a globalização, embora muitas vezes percebida como um processo de integração, também gera formas severas de exclusão, resultando na expulsão de grupos populacionais vulneráveis, como os WARAO. A crise econômica e a degradação ambiental em sua terra natal, intensificadas pelas atividades de grandes empresas e pelo colapso dos programas sociais na Venezuela, criaram um ambiente insustentável, forçando os WARAO a migrar para o Brasil em busca de condições de vida mais dignas (Rosa, 2020).

As condições adversas enfrentadas pelos WARAO na Venezuela, agravadas pelas atividades de grandes empresas, como as do setor petrolífero, e pelo desmantelamento de programas sociais, ilustram o processo de expulsão descrito por Sassen (2016). A deterioração ambiental e a precarização das condições de vida no Delta do Orinoco tornaram impossível para os WARAO permanecerem em seu território tradicional, obrigando-os a buscar refúgio no Brasil. Essa migração forçada não é apenas uma resposta às condições imediatas, mas também uma consequência das pressões globais que intensificam as desigualdades e empurram as populações mais vulneráveis para a margem (Sassen, 2016; Rosa, 2020).

A chegada dos WARAO ao Brasil reflete a complexidade das dinâmicas globais de expulsão e a reconfiguração do Estado e do território, conceitos centrais na obra de Sassen. As políticas públicas brasileiras, apesar de visarem a inclusão desses grupos, muitas vezes falham

em reconhecer as especificidades culturais e sociais dos WARAO, exacerbando sua situação de vulnerabilidade (Araújo; Maciel, 2020). Esse processo de marginalização não é apenas uma falha administrativa, mas também uma manifestação das forças globais que, segundo Sassen (2016), moldam as políticas estatais para atender aos interesses do capital global, frequentemente em detrimento dos direitos das populações locais. A experiência dos WARAO no Brasil exemplifica como as políticas públicas, quando não adaptadas às necessidades específicas dos grupos migrantes, podem contribuir para a perpetuação das dinâmicas de exclusão e expulsão. A falta de um reconhecimento adequado das identidades culturais e das condições de vida dos WARAO por parte das autoridades brasileiras resulta em uma inclusão superficial, que não aborda os desafios reais enfrentados por essa comunidade. Conforme destaca Sassen (2016), a globalização não só cria oportunidades, mas também exacerba as desigualdades, forçando populações como os WARAO a enfrentar processos contínuos de expulsão e marginalização (Sassen, 2016; Maréchal; Velho; Rodrigues, 2021).

6.1 A GLOBALIZAÇÃO E AS EXPULSÕES

Sassen (2016) argumenta que a globalização, longe de ser um processo homogêneo e integrador, tende a aprofundar desigualdades preexistentes, criando condições que levam à exclusão social e econômica de populações vulneráveis. No caso dos WARAO, indígenas do Delta do Orinoco, na Venezuela, essa dinâmica global contribuiu para a deterioração de seu ambiente e para a crise econômica que assolou sua região. A exploração descontrolada dos recursos naturais, associada à fragilidade dos programas sociais, intensificou a precarização das condições de vida, forçando essa comunidade a migrar para o Brasil em busca de melhores condições de sobrevivência.

A migração dos WARAO não se deu por opção, mas como uma resposta necessária às pressões insustentáveis enfrentadas em seu território de origem. Conforme Sassen (2016), esse tipo de deslocamento forçado é um exemplo claro do processo de expulsão que resulta da incapacidade dos Estados de proteger seus cidadãos frente às forças globais de mercado. Os WARAO, ao serem expulsos de suas terras devido à degradação ambiental e à falta de recursos básicos, exemplificam como as populações mais vulneráveis são empurradas para fora do sistema social e econômico dominante.

Além disso, a migração dos WARAO para o Brasil revela a reconfiguração das relações entre Estado, território e população. Sassen (2016) discute como as fronteiras nacionais, outrora barreiras rígidas, são flexibilizadas para o capital global enquanto se tornam cada vez mais

restritivas para as populações que são forçadas a se deslocar. Para os WARAO, cruzar a fronteira para o Brasil foi uma tentativa de escapar das condições adversas, mas o acolhimento no país de destino revelou novas formas de exclusão, dado que muitas vezes suas necessidades culturais e sociais não são plenamente reconhecidas ou atendidas pelas políticas públicas brasileiras.

Ademais, o caso dos WARAO demonstra que a globalização, ao intensificar as desigualdades e promover a despossessão, cria um ciclo de exclusão que perpetua a marginalização de grupos já vulneráveis. Sassen (2016) salienta que essas expulsões modernas, como as vividas pelos WARAO, não são meros incidentes isolados, mas parte de um processo global mais amplo em que as políticas neoliberais e as forças de mercado promovem a concentração de riqueza em poucos centros, enquanto empurram milhões para a margem, sem terra e sem recursos para reconstituir suas vidas de forma digna.

6.2 RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO E DO TERRITÓRIO

A migração dos WARAO para o Brasil e as dificuldades que enfrentam na integração ao país ilustram a reconfiguração do papel do Estado e do território, conforme descrito por Sassen (2016). Em um contexto globalizado, o Estado, que antes desempenhava um papel central na proteção social e na mediação das relações de poder, vê suas funções transformadas, muitas vezes priorizando os interesses do capital global em detrimento das necessidades de populações vulneráveis. No caso dos WARAO, essa mudança se manifesta na forma como as políticas públicas brasileiras, apesar de visarem a inclusão, frequentemente falham em reconhecer e abordar as especificidades culturais e sociais dessa comunidade indígena.

As políticas públicas brasileiras, ao tentarem responder à chegada dos WARAO, têm se concentrado principalmente em fornecer assistência básica, como abrigo e alimentação, mas frequentemente negligenciam as dimensões culturais e identitárias dessa população. Araújo e Maciel (2020) destacam que as respostas institucionais muitas vezes tratam os WARAO de maneira genérica, sem uma abordagem que considere suas tradições, línguas e formas de organização social. Essa falta de sensibilidade cultural não apenas limita a eficácia dessas políticas, mas também contribui para a marginalização contínua dos WARAO, que se veem deslocados em um país que, embora ofereça segurança física, não consegue proporcionar um ambiente de verdadeira inclusão.

Essa situação reflete o que Sassen (2016) descreve como uma “expulsão interna”, onde populações que já foram expulsas de seus territórios de origem enfrentam novas formas de

exclusão nos países de destino. A falta de reconhecimento das complexidades sociais e culturais dos WARAO por parte do Estado brasileiro contribui para a perpetuação de sua vulnerabilidade. Sem políticas públicas que abordem de maneira abrangente as necessidades dessa população, os WARAO permanecem à margem da sociedade, enfrentando desafios contínuos para sua integração e sobrevivência.

Portanto, a experiência dos WARAO no Brasil destaca a importância de uma abordagem mais holística e culturalmente sensível nas políticas públicas voltadas para populações migrantes e refugiadas. Como apontado por Sassen (2016), a reconfiguração do Estado no contexto globalizado exige que as políticas públicas não apenas forneçam assistência básica, mas também reconheçam e integrem as complexidades culturais e sociais das populações que buscam refúgio. Sem essa integração, as políticas públicas correm o risco de reforçar as mesmas dinâmicas de exclusão que levaram essas populações a migrar em primeiro lugar.

6.3 DINÂMICAS DE EXCLUSÃO URBANA

Nas cidades brasileiras, os WARAO, após serem forçados a migrar de sua terra natal na Venezuela, enfrentam novas e complexas formas de exclusão. Além das dificuldades econômicas e sociais, eles lidam com barreiras significativas no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social. Essas dificuldades são exacerbadas pela falta de reconhecimento de suas especificidades culturais e pela insuficiência de políticas públicas direcionadas às suas necessidades particulares. A exclusão urbana que enfrentam não é apenas material, mas também simbólica, manifestando-se na estigmatização e marginalização social, o que os torna ainda mais vulneráveis dentro do tecido urbano brasileiro (Santos, 2019).

Sassen (1998) argumenta que as cidades globais, embora sejam epicentros de poder econômico e inovação, também atuam como locais de exclusão para aqueles que não se encaixam no perfil econômico dominante. Isso se aplica aos WARAO, que, ao chegarem nas grandes cidades brasileiras, se encontram à margem da sociedade, enfrentando barreiras para acessar serviços e oportunidades. As cidades, que deveriam oferecer refúgio e novas possibilidades, acabam por reforçar a condição de vulnerabilidade desses indígenas, transformando-os em estrangeiros indesejados em um espaço urbano que privilegia o capital e a elite econômica em detrimento dos marginalizados.

Essa marginalização urbana dos WARAO é agravada pela falta de políticas públicas adequadas que reconheçam e respondam às suas necessidades específicas. A estigmatização social que sofrem se manifesta na forma de discriminação e preconceito, muitas vezes

resultando na exclusão de espaços e serviços que são essenciais para sua sobrevivência e integração. Sassen (1998) destaca que essa exclusão não é apenas uma consequência passiva da globalização, mas uma parte ativa da reconfiguração das cidades, que cada vez mais servem aos interesses do capital global, enquanto empurram as populações vulneráveis para fora dos circuitos de proteção e apoio social.

Por fim, a situação dos WARAO nas cidades brasileiras exemplifica as dinâmicas de exclusão que Sassen (1998) descreve em seu estudo sobre as cidades globais. Os WARAO, ao serem empurrados para as margens urbanas, enfrentam uma exclusão múltipla: econômica, social e simbólica. Essa realidade exige uma reavaliação das políticas urbanas e sociais para que possam incluir de forma efetiva os migrantes e refugiados em suas estruturas, garantindo-lhes o acesso a serviços essenciais e o reconhecimento de suas identidades culturais. Sem isso, as cidades continuarão a ser espaços de exclusão para aqueles que mais precisam de inclusão e apoio.

6.4 IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas direcionadas aos WARAO no Brasil, apesar de terem como objetivo a inclusão dessa população indígena, frequentemente se mostram insuficientes ou mal executadas. Essas falhas resultam em uma inclusão meramente formal, que não considera plenamente as necessidades específicas dos WARAO, especialmente no que diz respeito à preservação de sua identidade cultural e à integração social efetiva (Maréchal; Velho; Rodrigues, 2021). Essa situação reflete uma abordagem genérica que, em vez de promover uma verdadeira inclusão, perpetua a marginalização e as dificuldades enfrentadas por essa comunidade no país.

Sassen (2016) aponta que políticas públicas formuladas sob a influência de interesses do capital global tendem a negligenciar ou marginalizar aqueles que não possuem poder econômico, como os WARAO. Essa tendência se manifesta na forma como os WARAO são tratados no Brasil: apesar de serem beneficiários de programas de assistência, esses programas muitas vezes não levam em consideração as particularidades culturais e sociais necessárias para uma integração plena. Assim, essas políticas acabam reproduzindo as mesmas dinâmicas de exclusão que as populações vulneráveis enfrentam em seus países de origem.

A perspectiva de Sen (2010) sobre desenvolvimento como liberdade complementa essa análise, sugerindo que a inclusão real deve capacitar os indivíduos a viver a vida que valorizam, em vez de apenas garantir sua sobrevivência básica. No caso dos WARAO, as políticas públicas

que não consideram suas especificidades culturais e sociais falham em expandir suas liberdades reais, deixando-os em uma posição de vulnerabilidade contínua. Segundo Sen (2010), o desenvolvimento verdadeiro só é alcançado quando as pessoas têm a liberdade de participar plenamente da vida social, cultural e econômica, o que não acontece quando as políticas são inadequadas.

Portanto, para que as políticas públicas voltadas aos WARAO sejam eficazes, é necessário que sejam reformuladas para incluir uma abordagem que reconheça e respeite suas identidades culturais e sociais. Como argumenta Sassen (2016), as políticas orientadas pelo capital global muitas vezes falham em promover uma inclusão genuína. A aplicação das ideias de Sen (2010) reforça a necessidade de que essas políticas não apenas garantam os direitos básicos, mas também promovam a verdadeira liberdade e capacidade de participação plena dos WARAO na sociedade brasileira. Sem isso, a inclusão será apenas superficial, mantendo a comunidade à margem e perpetuando as desigualdades que as políticas públicas deveriam combater.

6.5 EXPULSÕES E DIREITOS HUMANOS

A situação dos WARAO no Brasil evidencia graves lacunas na proteção dos direitos humanos, especialmente quando se considera sua dupla condição de indígenas e refugiados. Muitos WARAO são tratados como estrangeiros indesejados, sem o reconhecimento adequado de seus direitos fundamentais, o que os coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os indivíduos têm direito à vida, liberdade e segurança pessoal, independentemente de sua nacionalidade ou status (ONU, 1948). No entanto, essa negação de direitos reflete uma falha sistemática nas políticas públicas e no sistema de acolhimento brasileiro, que não reconhecem as especificidades culturais e legais que deveriam proteger essa população. Como argumenta Sassen (2016), as expulsões modernas frequentemente carregam consigo uma profunda violação dos direitos humanos, e a experiência dos WARAO no Brasil é uma confirmação clara dessa triste realidade.

Sen (2010), em sua teoria do desenvolvimento como liberdade, enfatiza que o desenvolvimento humano deve ser medido pela expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, incluindo a liberdade de viver com dignidade e segurança — aspectos essenciais dos direitos humanos. No caso dos WARAO, a falta de reconhecimento de seus direitos como indígenas e refugiados impede que eles acessem as liberdades fundamentais necessárias para uma vida digna. A abordagem negligente das autoridades brasileiras não apenas perpetua sua

exclusão social, mas também restringe suas oportunidades de reconstruir suas vidas em um novo contexto. Para Sen (2010), essa situação representa uma clara violação das liberdades que deveriam ser garantidas a todos, independentemente de sua origem ou status legal, o que demonstra uma séria falha na implementação dos direitos humanos.

Além disso, a condição dos WARAO no Brasil ilustra como as expulsões contemporâneas, conforme descrito por Sassen (2016), estão intrinsecamente ligadas à violação de direitos humanos básicos. Os WARAO, ao serem forçados a deixar sua terra natal devido à deterioração das condições de vida, e posteriormente ao serem tratados como estrangeiros sem direitos no Brasil, experimentam uma dupla exclusão que compromete seus direitos humanos. Esse processo de despossessão contínua não apenas nega a eles o acesso a recursos e oportunidades, mas também mina sua identidade e dignidade como seres humanos, violando os princípios fundamentais dos direitos humanos. Sassen (2016) alerta que tais expulsões são frequentemente mascaradas como questões de controle de imigração ou políticas econômicas, mas, na realidade, representam uma forma de violência estrutural contra os mais vulneráveis.

Portanto, a situação dos WARAO no Brasil exige uma revisão urgente das políticas de imigração e de direitos humanos, de modo a garantir que essas populações vulneráveis sejam tratadas com a dignidade e o respeito que lhes são devidos, conforme os preceitos dos direitos humanos. A perspectiva de Sen (2010) reforça a necessidade de políticas que não apenas reconheçam os direitos formais dos WARAO, mas que também promovam a expansão de suas liberdades reais, permitindo-lhes participar plenamente da sociedade brasileira. Sem essa mudança, a experiência dos WARAO continuará a exemplificar as falhas sistêmicas que Sassen (2016) identifica nas expulsões contemporâneas, onde os direitos humanos são frequentemente sacrificados em nome de interesses políticos e econômicos.

6.6 ESTUDO DE CASO: EXPULSÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS

A expulsão dos WARAO de suas terras na Venezuela e sua migração forçada para o Brasil são um exemplo claro dos processos de expulsão descritos por Sassen (2016). Esses processos ocorrem quando populações vulneráveis são despojadas de seus meios de subsistência e obrigadas a abandonar seus territórios devido a uma combinação de fatores, incluindo a exploração econômica, a degradação ambiental e a falta de apoio estatal. No caso dos WARAO, a intensificação das crises econômicas e ambientais na Venezuela, exacerbadas por práticas econômicas predatórias e pela ausência de políticas públicas eficazes, resultou em condições insustentáveis que os forçaram a buscar refúgio em outros países, como o Brasil.

Rosa (2020), em seus estudos sobre a mobilidade forçada dos WARAO, destaca que a migração desse grupo indígena para o Brasil é marcada por um cenário de extrema vulnerabilidade, onde a busca por melhores condições de vida é motivada por uma necessidade desesperada de sobrevivência. A mobilidade dos WARAO não é voluntária, mas sim uma resposta inevitável às circunstâncias adversas em seu país de origem. A situação deles exemplifica o que Sassen (2016) define como “expulsões” — processos em que populações são forçadas a migrar devido a forças estruturais que as excluem dos benefícios do desenvolvimento econômico global, ao mesmo tempo em que intensificam sua marginalização e privação.

A teoria de Sen (2010) sobre o desenvolvimento como liberdade complementa essa análise, ao enfatizar que o verdadeiro desenvolvimento deve ampliar as capacidades e liberdades reais das pessoas, permitindo-lhes viver de acordo com suas próprias escolhas e valores. No caso dos WARAO, sua expulsão forçada e subsequente migração para o Brasil não apenas os priva de seus lares e meios de subsistência, mas também restringe severamente suas liberdades, impedindo-os de participar plenamente da sociedade. Sen argumenta que o desenvolvimento genuíno só ocorre quando as pessoas têm a liberdade de escolher como viver, o que é negado aos WARAO ao serem empurrados para as margens sociais e econômicas, tanto na Venezuela quanto no Brasil.

Assim, a expulsão dos WARAO e sua migração forçada para o Brasil são um exemplo trágico das dinâmicas globais de exclusão que Sassen (2016) descreve. Essas dinâmicas, impulsionadas por crises econômicas e ambientais, negam às populações vulneráveis, como os WARAO, a oportunidade de viver com dignidade e liberdade. Como ressaltam Rosa (2020) e Sen (2010), a resposta a essa situação não pode se limitar à assistência emergencial, mas deve incluir políticas que promovam o desenvolvimento humano integral, garantindo que os WARAO possam reconstruir suas vidas com base em seus próprios valores e escolhas, livres das forças que os empurraram para fora de suas terras.

6.7 ENTREVISTAS: DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

Para a realização desta pesquisa, foi solicitada a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sendo obtido o Parecer Final Consubstanciado da CONEP nº 7.428.334 e CAAE nº 80472324.3.0000.0342. O parecer em sua totalidade encontra-se ao final enquanto anexo 1.

As entrevistas aconteceram entre os dias 25 e 27 de julho de 2024 e 22 de agosto de 2024, e dias 12 e 13 de março de 2025. Sendo o local de comum acordo com os entrevistados.

As análises das entrevistas foram realizadas a partir de áudios gravados e posteriormente transcritos, com ênfase na observação das percepções de professoras, um porteiro de uma escola da rede pública municipal, uma merendeira da rede pública municipal, uma assistente social de Secretaria Municipal de Assistência Social, seis pais ou responsáveis por crianças e adolescentes WARAO que residem em Araguaína. O objetivo foi associar as transcrições às teorias que fundamentam esta pesquisa, especialmente no que se refere ao "Acesso à Educação". Buscou-se verificar em que medida as ações implementadas pela gestão municipal de Araguaína/TO, como uma cidade de porte médio que recebe imigrantes venezuelanos, especialmente crianças e adolescentes, são acolhedoras em relação às necessidades educacionais dos WARAO, prevenindo situações de vulnerabilidade educacional e promovendo a expansão de suas liberdades. Com o intuito de preservar a identidade dos participantes, foram atribuídos nomes fictícios neste estudo, conforme a seguir: pais ou responsáveis – Ariadna, Albert, Ysnara, Márcia, Marcolina e Jolie; professoras – Elenilde e Ana; merendeira – Cleonice; porteiro – Ronan; e assistente social – Graça.

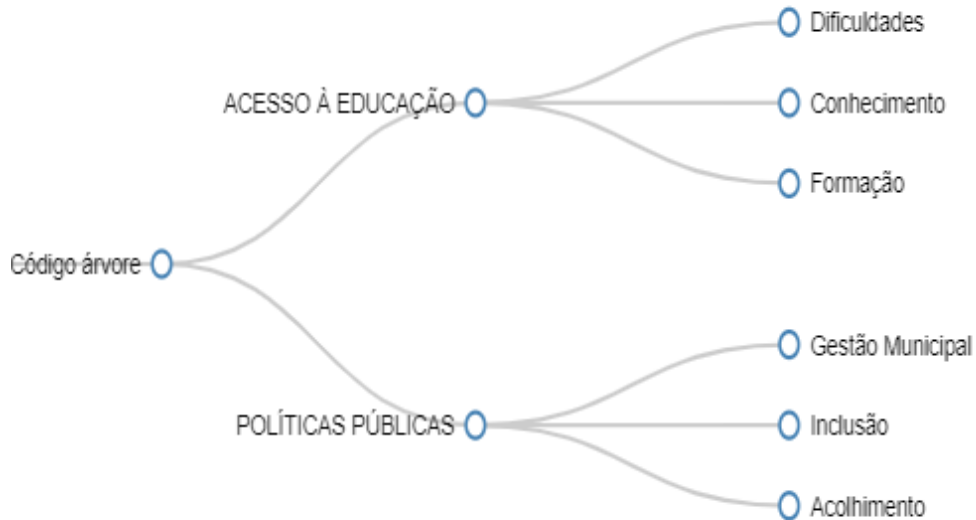
Para continuar as análises, foi utilizado o software webQDA para criar uma nuvem de palavras, permitindo identificar as palavras mais mencionadas. Nesse contexto, as palavras mais recorrentes aparecem em tamanho maior e localizadas no centro da nuvem de palavras, reforçando a temática central alinhada aos objetivos propostos nesta pesquisa, conforme mostrado na imagem a seguir.

Imagem 2 - Nuvem de Palavras



Ao analisar a nuvem de palavras, nota-se uma maior ênfase em termos como “crianças, educação, políticas, públicas, município, dificuldades, aprendizagem e conhecimento”. Essas palavras foram as mais mencionadas pelos entrevistados e serviram de base para a formação da malha temática das categorias e subcategorias, conforme ilustrado na imagem 2 a seguir.

Imagem 3 - Código árvore Categorias Temáticas



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) - software WebQDA.

Na definição das categorias temáticas, o quadro abaixo destaca a descrição das categorias e subcategorias.

Quadro 2 - Descrição das categorias e subcategorias

Categoria	Subcategorias	Excertos das entrevistas
	DIFICULDADES: Possibilita analisar os obstáculos e dificuldades enfrentados pelas crianças e adolescentes indígenas venezuelanos WARAO no processo de inclusão educacional em Araguaína/TO.	“Um dos desafios, um dos mais complicados de se trabalhar com essas crianças é, primeiramente, a questão da língua, porque esses meninos eles não compreendem a língua portuguesa. Eles têm muita dificuldade e para ter essa transmissão de conhecimento é necessário que eles compreendam o que a gente fala e também que a gente possa compreender o que eles falam, porque os meninos, os pequenos que eu atendi o ano passado, eles eram crianças pequenas, acho que tinham chegado há

		<p>pouco tempo em Araguaína e eles ainda não tinham contato muito fluente da língua portuguesa. E aí o entendimento na sala, tanto com o professor como com os alunos, é uma coisa bem complicada que acaba gerando até confusão entre as crianças, porque um não entende o que o outro fala e acaba que dá até um pouco de briga muitas vezes na sala devido a essa questão” (Ana, 2024).</p> <p>"[...] fica muito complicado para poder entender e fazer a tarefa também, porque ele não entende muito. Só que ele escuta, só que não pode falar muito, porque não sabe como, não sabe como pronunciar, para poder falar, não sabe a palavra português, só entende, só que ele não pode falar, só fala espanhol." (Marcolina, 2025)</p>
<p>ACESSO À EDUCAÇÃO</p>	<p>CONHECIMENTO: envolve não apenas a língua, mas também o entendimento sobre o funcionamento da assistência oferecida pelo município, como o acolhimento inicial, a garantia de moradia, a oferta de benefícios básicos e a orientação para que as crianças frequentem a escola, promovendo sua inclusão e permanência no sistema educacional.</p>	<p>Tem uma equipe da prefeitura, no município, só para essa parte dos imigrantes que chegam aqui. Eles são recebidos, são ouvidos, e aí eles são encaminhados para uma casa, que possa caber toda a família, mensalmente recebe cesta básica, paga água e energia, e inserção das crianças nas escolas." (Graça, 2025).</p> <p>"[...] a Secretaria de Assistência Social, que trabalha com imigrantes. Não só imigrantes venezuelanos, mas imigrantes cubanos, colombianos. Eles procuram, orientar como viver aqui no Brasil, como morar aqui em Araguaína. E orientam também as crianças para estudar, para não ficar na rua, para não fazer muitas coisas mal." (Albert, 2025)</p> <p>Quando chegamos, a prefeitura procurou e ajudou. Só uns tempos quando chegamos, primeiro tempo, como dois, três meses." (Ysnara, 2025)</p>
	<p>FORMAÇÃO: Permite analisar aspectos relacionados à preparação e qualificação dos envolvidos no processo educacional das crianças e</p>	<p>"[...] a questão também da formação dos professores, eu acredito que deveria ter uma formação específica para que os professores</p>

	<p>adolescentes WARAO em Araguaína/TO.</p>	<p>pudessem ter uma melhor forma de ensinar esses alunos, essas crianças venezuelanas" (Ana, 2024).</p> <p>Entrevistador: Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender os indígenas venezuelanos do Aral, em especial as crianças e adolescentes?</p> <p>Resposta: Assistente Social "Sim. A gente recebeu sim." (Graça, 2025)</p> <p>Entrevistador: Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender crianças e adolescentes venezuelanas ou Aral em Araguaína?</p> <p>Resposta: Porteiro "Não, até no momento, esse lado aí, parece que eu não recebi ainda não, esse treinamento dessa área, não, desse pessoal." (Ronan, 2025)</p> <p>Entrevistador: Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender essas crianças no seu dia a dia na escola?</p> <p>Resposta: Merendeira "Não." (Cleonice, 2025)</p>
<p>POLÍTICAS PÚBLICAS</p>	<p>GESTÃO MUNICIPAL: Permite analisar aspectos específicos das ações concretas e práticas adotadas pela gestão municipal de Araguaína/TO, em relação às políticas públicas voltadas para os imigrantes venezuelanos WARAO, com foco nas crianças e adolescentes.</p>	<p>"A verdade é que quando nós chegamos aqui o primeiro que a pessoa de secretaria falou que tem que matricular a criança para poder entrar em... para poder beneficiar de alguma ajuda do governo. [...] E assim foi que nós inscrevemos com a pessoa de secretaria da educação" (Ariadna, 2024).</p> <p>"[...] a gente tem formação continuada, é um procedimento da prefeitura, porém, fala muito de inclusão, mas não fala exclusivamente em relação a essas crianças, mas em relação a outro tipo de inclusão, crianças com deficiência, mas não com outro tipo de vulnerabilidade, isso não tem um foco central na formação" (Elenilde, 2024).</p> <p>"[...] a busca ativa de incrementar eles na escola, para estudar. No início foi um pouquinho complicado, mas já conseguiram se adaptar. " (Graça, 2025).</p>

	<p>INCLUSÃO: permite analisar aspectos relacionados à forma como as políticas públicas e as ações da gestão municipal de Araguaína/TO, estão sendo implementadas para integrar as crianças e adolescentes WARAO no sistema educacional local.</p>	<p>“[...] as políticas públicas são muito hegemônicas, ela é criada em um lugar onde tem uma elite maior, então, eles não pensam na singularidade das crianças, na singularidade dos espaços escolares, então, não se pensa exatamente nesse público, como eu falei, fala de inclusão, mas fala mais em relação às crianças com deficiências, algum tipo de outra especificidade, mas essa daí não foi, pelo menos o tempo em que eu estou com esse cargo, na prefeitura, nas formações continuadas, não se falou sobre esse assunto e eu não tenho conhecimento de uma política pública específica” (Elenilde, 2024).</p> <p>“O que eu posso falar é a respeito da educação né, das políticas públicas voltadas para a educação, porque eu vejo que essas lacunas que ainda se encontram abertas são a falta de políticas públicas voltadas justamente para a questão da formação do professor, da permanência desses alunos na escola, porque eles fazem a matrícula, eles garantem o acesso. Agora, o que eles não vão conseguindo garantir é a permanência desses alunos. Inclusive, eles são alunos que faltam muito às aulas, que têm muita dificuldade de aprendizagem devido a essa questão, principalmente da língua, da forma de comunicação, deles se comunicarem na escola. Muitos deles deixam de ir para a escola, às vezes para ir para o trabalho que eles falam, que é o que eles ficam pedindo nas ruas. Às vezes fica a noite inteira na rua também e aí quando chega de manhã não vai para a escola ou tarde, porque acho que estão dormindo. E a questão também da formação dos professores, eu acredito que deveria ter uma formação específica para que os professores pudessem ter uma melhor forma de ensinar esses alunos, essas crianças venezuelanas.” (Ana, 2024).</p>
	<p>ACOLHIMENTO: Analisar a garantia do acesso e a</p>	<p>“[...] aqui em Araguaína, quando chegamos... foi muito acolhida... foi um pouquinho difícil porque estava chegando novo e ninguém conhecia. Depois</p>

	<p>permanência das crianças e adolescentes Warao na escola, respeitando suas diferenças culturais. Visa superar barreiras linguísticas e sociais, assegurando o direito à educação e promovendo a inclusão.</p>	<p>foi convivendo e foi bom que a Araguaína foi acolhida." (Albert, 2025)</p> <p>"A Prefeitura me ajudou várias vezes a levar para a escola para conseguir matrícula." (Jolie, 2025)</p> <p>Tem uma equipe da prefeitura, no município, só para essa parte dos imigrantes que chegam aqui. Eles são recebidos, são ouvidos, e aí eles são encaminhados para uma casa, que possa caber toda a família, mensalmente recebe cesta básica, paga água e energia, e inserção das crianças nas escolas." (Graça, 2025).</p>
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024. Dados transcritos das entrevistas.

Ao analisar o quadro 2, nota-se que as categorias e subcategorias estão de acordo com as respectivas definições, sendo que a categoria “Acesso à Educação” explora os fatores que afetam a capacidade das crianças e adolescentes WARAO de acessar e permanecer no sistema educacional de Araguaína/TO.

A categoria *Acesso à Educação* estrutura-se como o eixo principal de análise deste estudo, por meio do qual se busca compreender as condições objetivas e subjetivas de inserção das crianças e adolescentes Warao no sistema escolar público de Araguaína. Essa categoria foi construída a partir da hipótese de que o acesso à escola, mais do que mera matrícula, envolve dimensões como permanência, acolhimento, respeito às especificidades culturais e presença de mediação institucional. A hipótese que sustenta esta pesquisa de que há fragilidades na efetivação do direito à educação para crianças e adolescentes Warao no município norteou a formulação de perguntas e a leitura crítica dos dados coletados. Assim, os relatos dos participantes permitiram identificar barreiras, ausências e iniciativas, evidenciando o quanto o acesso educacional ainda é atravessado por desafios estruturais e simbólicos.

Por sua vez, a categoria *Políticas Públicas* emerge como suporte analítico fundamental para examinar as ações (ou inações) do poder público diante da presença indígena migrante. A hipótese da pesquisa, ao considerar a possibilidade de lacunas na resposta institucional à chegada dos Warao, foi confrontada com as falas dos profissionais da educação, da assistência social e dos responsáveis pelas crianças. A análise dessa categoria permitiu avaliar o grau de articulação das políticas intersetoriais, a presença (ou ausência) de diretrizes específicas e a adequação das respostas municipais à complexidade cultural e social da população em foco. As subcategorias dessa análise evidenciam tanto os esforços locais quanto as insuficiências

estruturais, reafirmando a importância da atuação pública comprometida com a equidade e os direitos humanos.

As subcategorias dentro desta categoria permitem uma compreensão mais detalhada dos desafios e das necessidades de formação envolvidas.

Subcategoria: Dificuldades. Esta subcategoria foca nos obstáculos específicos enfrentados pelas crianças e adolescentes WARAO no contexto escolar, especialmente as dificuldades linguísticas que complicam tanto a transmissão quanto a recepção do conhecimento.

Um dos desafios, um dos mais complicados de se trabalhar com essas crianças é, primeiramente, a questão da língua, porque esses meninos eles não compreendem a língua portuguesa. Eles têm muita dificuldade e para ter essa transmissão de conhecimento é necessário que eles compreendam o que a gente fala e também que a gente possa compreender o que eles falam, porque os meninos, os pequenos que eu atendi o ano passado, eles eram crianças pequenas, acho que tinham chegado há pouco tempo em Araguaína e eles ainda não tinham contato muito fluente da língua portuguesa. E aí o entendimento na sala, tanto com o professor como com os alunos, é uma coisa bem complicada que acaba gerando até confusão entre as crianças, porque um não entende o que o outro fala e acaba que dá até um pouco de briga muitas vezes na sala devido a essa questão (Ana, 2024).

Este excerto sublinha a barreira linguística como um dos principais desafios para a inclusão educacional. A falta de compreensão mútua entre alunos WARAO e professores, bem como entre os próprios alunos, resulta em dificuldades de aprendizagem e tensões na sala de aula. Isso destaca a necessidade de estratégias pedagógicas que contemplem a diversidade linguística e cultural, como o uso de mediadores culturais ou programas bilíngues.

Conhecimento: envolve não apenas a língua, mas também o entendimento sobre o funcionamento da assistência oferecida pelo município, como o acolhimento inicial, a garantia de moradia, a oferta de benefícios básicos e a orientação para que as crianças frequentem a escola, promovendo sua inclusão e permanência no sistema educacional.

Tem uma equipe da prefeitura, no município, só para essa parte dos imigrantes que chegam aqui. Eles são recebidos, são ouvidos, e aí eles são encaminhados para uma casa, que possa caber toda a família, mensalmente recebe cesta básica, paga água e energia, e inserção das crianças nas escolas. (Graça, 2025).

A fala de Graça (2025) demonstra que o conhecimento sobre as políticas públicas é essencial para garantir o acesso dos Warao aos seus direitos. A atuação da equipe da prefeitura revela um fluxo organizado de acolhimento, oferecendo suporte básico e assegurando a inserção das crianças na escola. Esse processo contribui diretamente para a permanência escolar e a

inclusão social. Assim, o conhecimento torna-se ferramenta central para a efetivação da cidadania.

Ainda sobre a subcategoria “Conhecimento”, faz-se necessário observar a fala a baixo.

Quando chegamos, a prefeitura procurou e ajudou. Só uns tempos quando chegamos, primeiro tempo, como dois, três meses." (Ysnara, 2025).

A fala de Ysneida (2025) evidencia que o conhecimento sobre os serviços municipais foi fundamental no acolhimento inicial dos Warao. A ação da prefeitura nos primeiros meses garantiu orientações e apoio básico, favorecendo o acesso à educação. No entanto, a limitação temporal desse suporte aponta a necessidade de estratégias contínuas, como mediadores culturais ou programas bilíngues, para assegurar a permanência e a inclusão escolar.

Subcategoria: Formação. Esta subcategoria aborda a preparação e qualificação dos professores que lidam com as crianças e adolescentes WARAO, sugerindo a necessidade de formação específica para lidar com as particularidades desse grupo.

[...] a questão também da formação dos professores, eu acredito que deveria ter uma formação específica para que os professores pudessem ter uma melhor forma de ensinar esses alunos, essas crianças venezuelanas (Ana, 2024).

O excerto enfatiza a falta de formação específica para os professores como um obstáculo adicional para a inclusão educacional dos WARAO. A ausência de capacitação voltada para lidar com as necessidades culturais e linguísticas dessas crianças limita a eficácia dos educadores. Essa lacuna sugere que as políticas de formação continuada precisam ser reformuladas para incluir componentes que tratem da educação intercultural e da diversidade linguística.

Em continuidade à análise da subcategoria “**Formação**”, vale destacar os excertos abaixo das entrevistas realizadas:

Entrevistador: Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender os indígenas venezuelanos do Aral, em especial as crianças e adolescentes?

Resposta – Assistente Social: *"Sim. A gente recebeu sim."* (GRAÇA, 2025).

Entrevistador: Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender crianças e adolescentes venezuelanas ou Aral em Araguaína?

Resposta – Porteiro: *"Não, até no momento, esse lado aí, parece que eu não recebi ainda não, esse treinamento dessa área, não, desse pessoal."* (RONAN, 2025).

Entrevistador: Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender essas crianças no seu dia a dia na escola?

Resposta – Merendeira: "Não." (CLEONICE, 2025).

As respostas evidenciam que a formação específica para o atendimento das crianças Warao é limitada aos profissionais da assistência social. O porteiro e a merendeira, que também interagem diretamente com os alunos, não receberam treinamento. Essa lacuna compromete o acolhimento e a inclusão no ambiente escolar. A qualificação de toda a equipe é fundamental para garantir o atendimento adequado.

A análise das subcategorias dentro da categoria “Acesso à Educação” evidenciam que tanto os desafios linguísticos quanto a insuficiência na formação dos professores são fatores críticos que impedem a plena inclusão educacional dos WARAO em Araguaína/TO.

A subcategoria “Gestão Municipal” explora as ações práticas implementadas pela gestão municipal de Araguaína/TO em relação às políticas públicas direcionadas aos imigrantes venezuelanos WARAO, com foco nas crianças e adolescentes. Essa análise permite identificar como essas políticas são operacionalizadas no contexto local e quais são os seus impactos diretos nas famílias WARAO.

A verdade é que quando nós chegamos aqui o primeiro que a pessoa de secretaria falou que tem que matricular a criança para poder entrar em... para poder beneficiar de alguma ajuda do governo. [...] E assim foi que nós inscrevemos com a pessoa de secretaria da educação (Ariadna, 2024).

Neste excerto, Ariadna (2024), revela que a matrícula escolar das crianças WARAO é um pré-requisito para que as famílias possam acessar benefícios governamentais. Esta prática, por um lado, pode ser vista como um incentivo à inserção dessas crianças no sistema educacional. No entanto, essa intervenção é limitada ao aspecto burocrático da matrícula, sem garantir que as crianças recebam o apoio necessário para permanecer na escola e progredir academicamente. Esse tipo de política pública parece focar mais no cumprimento de requisitos formais do que na efetiva integração e inclusão dessas crianças no ambiente escolar.

[...] a gente tem formação continuada, é um procedimento da prefeitura, porém, fala muito de inclusão, mas não fala exclusivamente em relação a essas crianças, mas em relação a outro tipo de inclusão, crianças com deficiência, mas não com outro tipo de vulnerabilidade, isso não tem um foco central na formação (Elenilde, 2024).

No excerto acima há uma limitação crítica na formação continuada oferecida pela prefeitura. Embora exista uma preocupação com a inclusão, essa formação não aborda

especificamente as necessidades dos imigrantes WARAO, que possuem vulnerabilidades distintas das crianças com deficiência, que são o foco principal das políticas de inclusão. Essa falta de foco nas particularidades dos WARAO sugere que as políticas públicas em Araguaína estão desenhadas para atender a grupos mais amplos de forma generalizada, sem considerar as especificidades culturais e linguísticas dos WARAO. Isso pode resultar em uma inclusão incompleta ou ineficaz, onde as necessidades dessas crianças não são plenamente atendidas.

A subcategoria “Inclusão” aborda como as políticas públicas e as ações da gestão municipal de Araguaína/TO estão sendo implementadas para integrar as crianças e adolescentes WARAO no sistema educacional local. A análise foca na adequação dessas políticas às necessidades específicas desse grupo.

[...] as políticas públicas são muito hegemônicas, ela é criada em um lugar onde tem uma elite maior, então, eles não pensam na singularidade das crianças, na singularidade dos espaços escolares, então, não se pensa exatamente nesse público, como eu falei, fala de inclusão, mas fala mais em relação às crianças com deficiências, algum tipo de outra especificidade, mas essa daí não foi, pelo menos o tempo em que eu estou com esse cargo, na prefeitura, nas formações continuadas, não se falou sobre esse assunto e eu não tenho conhecimento de uma política pública específica (Elenilde, 2024).

Neste excerto, há uma crítica a natureza hegemônica das políticas públicas, que são desenvolvidas sem levar em consideração as particularidades das crianças WARAO. Essa visão sugere que as políticas de inclusão são projetadas a partir de um modelo padronizado, que pode não atender às necessidades específicas de grupos marginalizados ou culturalmente distintos, como os WARAO. A falta de uma política pública específica para esse grupo demonstra uma lacuna significativa, onde a singularidade das crianças WARAO e suas experiências únicas dentro do sistema escolar não são adequadamente contempladas.

O que eu posso falar é a respeito da educação né, das políticas públicas voltadas para a educação, porque eu vejo que essas lacunas que ainda se encontram abertas são a falta de políticas públicas voltadas justamente para a questão da formação do professor, da permanência desses alunos na escola, porque eles fazem a matrícula, eles garantem o acesso. Agora, o que eles não vão conseguindo garantir é a permanência desses alunos. Inclusive, eles são alunos que faltam muito às aulas, que têm muita dificuldade de aprendizagem devido a essa questão, principalmente da língua, da forma de comunicação, deles se comunicarem na escola. Muitos deles deixam de ir para a escola, às vezes para ir para o trabalho que eles falam, que é o que eles ficam pedindo nas ruas. Às vezes fica a noite inteira na rua também e aí quando chega de manhã não vai para a escola ou tarde, porque acho que estão dormindo. E a questão também da formação dos professores, eu acredito que deveria ter uma formação específica para que os professores pudessem ter uma melhor forma de ensinar esses alunos, essas crianças venezuelanas (Ana, 2024).

A Subcategoria “Acolhimento”, analisa a garantia do acesso e a permanência das crianças e adolescentes Warao na escola, respeitando suas diferenças culturais. Visa superar barreiras linguísticas e sociais, assegurando o direito à educação e promovendo a inclusão.

Tem uma equipe da prefeitura, no município, só para essa parte dos imigrantes que chegam aqui. Eles são recebidos, são ouvidos, e aí eles são encaminhados para uma casa, que possa caber toda a família, mensalmente recebe cesta básica, paga água e energia, e inserção das crianças nas escolas. (Graça, 2025).

Esta fala evidencia a existência de uma estrutura municipal organizada para o acolhimento dos imigrantes Warao, oferecendo apoio básico e assegurando a inserção das crianças nas escolas. Essa iniciativa reforça o compromisso da gestão em reconhecer as diferenças culturais e promover a inclusão. Ao garantir moradia, alimentação e acesso à educação, o município fortalece a permanência escolar e contribui para superar barreiras sociais e linguísticas.

Observa-se de modo geral as dificuldades relacionadas à permanência dos alunos WARAO na escola. Apesar da matrícula garantir o acesso, a permanência e o sucesso educacional não são assegurados devido a vários fatores, como a barreira linguística e a necessidade de os alunos contribuírem economicamente para suas famílias. Essas questões são exacerbadas pela falta de uma formação adequada para os professores, que não estão suficientemente preparados para lidar com as especificidades culturais e linguísticas dos WARAO. Isso indica que, embora existam políticas públicas voltadas para a inclusão, elas falham em abordar de forma abrangente as múltiplas dimensões da integração educacional desses alunos.

A análise das subcategorias “Gestão Municipal” e “Inclusão” dentro da categoria “Políticas Públicas” evidencia uma série de desafios na implementação das políticas voltadas para os imigrantes WARAO em Araguaína/TO. As ações tomadas pela gestão municipal, embora bem intencionadas, carecem de uma abordagem específica e detalhada que considere as particularidades culturais, linguísticas e socioeconômicas desse grupo. As políticas públicas, por serem genéricas e hegemônicas, não conseguem efetivamente integrar os WARAO ao sistema educacional, resultando em uma inclusão superficial que não garante a permanência e o sucesso escolar desses alunos.

A barreira linguística é uma das principais dificuldades enfrentadas pelas crianças WARAO no ambiente escolar em Araguaína. Como evidenciado em um dos excertos, “Um dos desafios mais complicados de se trabalhar com essas crianças é primeiramente a questão da língua” (Ana, 2024) Sen (1999) sublinha a importância de criar oportunidades que permitam

aos indivíduos desenvolverem plenamente suas capacidades. Nesse contexto, a falta de compreensão da língua impede que as crianças WARAO aproveitem plenamente as oportunidades educacionais disponíveis, limitando seu desenvolvimento e inclusão social.

A insuficiência na formação específica dos professores é outro ponto crítico identificado. Uma das entrevistadas menciona que “[...] a formação dos professores [...] deveria ter uma formação específica para ensinar esses alunos, essas crianças venezuelanas” (Ana, 2024). A perspectiva de Sassen (2006), sobre a globalização e a formação das cidades globais sugere que as políticas públicas devem ser adaptadas para responder às novas configurações sociais e culturais que emergem com a migração. No entanto, a falta de formação adequada revela uma desconexão entre as necessidades locais e as ações implementadas, comprometendo a efetividade da inclusão.

As políticas públicas voltadas para os imigrantes WARAO em Araguaína são percebidas como hegemônicas e pouco adaptadas às especificidades culturais do grupo. Conforme apontado, “[...] as políticas públicas são muito hegemônicas, criadas em um lugar onde tem uma elite maior [...] não pensam na singularidade das crianças” (Elenilde, 2024). Essa crítica ecoa a análise de Sassen (2006) sobre a exclusão das minorias em cidades globais, onde políticas padronizadas frequentemente ignoram as necessidades específicas de grupos marginalizados.

As intervenções das políticas públicas se concentram, em grande parte, nos aspectos burocráticos, como a matrícula escolar, sem garantir o apoio necessário para a permanência e sucesso dos alunos. Um exemplo é dado por Ariadna (2024), que relata: “A verdade é que [...] para beneficiar de alguma ajuda do governo [...] nós inscrevemos com a pessoa de secretaria da educação”. Embora Sen (1999), defenda a importância de instituições formais para o desenvolvimento das capacidades, ele também ressalta a necessidade de que essas instituições sejam sensíveis às realidades específicas das populações que atendem. A intervenção limitada ao cumprimento de requisitos formais, sem um apoio contínuo, demonstra uma falha em alcançar uma inclusão efetiva.

A hegemonia das políticas públicas é ainda mais evidente na falta de iniciativas que considerem a singularidade cultural e linguística dos WARAO. “[...] não se pensa exatamente nesse público [...] fala de inclusão, mas fala mais em relação às crianças com deficiências” (Elenilde, 2024). De acordo com Sassen (2006), a globalização tem potencial para agravar as desigualdades, particularmente quando as políticas não são adaptadas para abordar as necessidades específicas de populações migrantes.

A permanência escolar das crianças WARAO é um desafio recorrente, exacerbado pela necessidade de contribuir economicamente para suas famílias. “Inclusive eles são alunos que faltam muito às aulas [...] para ir para o trabalho” (Ana, 2024). Sen (1999), argumenta que a pobreza não deve ser vista apenas como uma falta de recursos financeiros, mas como uma privação das capacidades básicas, como a educação. A necessidade de trabalhar para ajudar na subsistência familiar impede essas crianças de exercerem plenamente seu direito à educação.

Os desafios da inclusão para os WARAO são complexos e multidimensionais, refletindo uma falta de preparo tanto do sistema educacional quanto das políticas públicas. “A falta de políticas públicas voltadas justamente para a questão da formação do professor [...] e da permanência desses alunos na escola” (Ana, 2024). Essa situação ilustra o conceito de Sassen (2006) de que, em cidades globais, as estruturas de poder muitas vezes negligenciam as necessidades das populações migrantes, perpetuando a exclusão.

A gestão municipal de Araguaína encontra-se ainda no caminho de estruturação e aperfeiçoamento de sua abordagem para o acolhimento da população aqui estudada, ainda em processo de construção de seus compromissos com a inclusão efetiva dos WARAO. As ações implementadas carecem de uma visão estratégica que contemple a diversidade cultural e linguística do grupo, como destacado por Elenilde (2024): “[...] a formação continuada é um procedimento da prefeitura [...] não fala exclusivamente em relação a essas crianças”. Neste sentido a justiça social requer que as instituições promovam não apenas igualdade formal, mas também igualdade de capacidades (Sen, 1999).

A exclusão das crianças WARAO do sistema educacional brasileiro é um reflexo das falhas sistêmicas nas políticas públicas que, ao serem hegemônicas e padronizadas, deixam de atender às necessidades específicas de grupos marginalizados. “[...] as políticas públicas não conseguem efetivamente integrar os WARAO ao sistema educacional” (Ana, 2024). Esta situação corrobora a análise de Sassen de que as cidades globais, apesar de serem centros de diversidade cultural, podem ser locais de exclusão quando suas políticas não são inclusivas (Sassen, 2006).

A análise das entrevistas e categorias evidencia que a inclusão educacional das crianças WARAO em Araguaína é comprometida por barreiras linguísticas, formação inadequada dos professores e políticas públicas hegemônicas. Para Amartya Sen, o desenvolvimento das capacidades humanas depende de contextos sociais e institucionais que respeitem e promovam a diversidade (Sen, 1999). Por sua vez, Saskia Sassen alerta para os perigos da globalização e da urbanização descontrolada, que podem marginalizar ainda mais as populações vulneráveis, como os WARAO, se não forem abordados com políticas públicas inclusivas.

Ademais, observa-se que a inclusão educacional das crianças e adolescentes Warao em Araguaína/TO enfrenta desafios estruturais que vão desde barreiras linguísticas até a ausência de políticas públicas sensíveis às especificidades culturais desse grupo. Conforme Amartya Sen (1999), o desenvolvimento das capacidades humanas exige contextos sociais e institucionais que possibilitem o pleno exercício dos direitos, incluindo o acesso à educação de forma igualitária e respeitosa à diversidade. No entanto, a falta de formação específica dos profissionais e a atuação da gestão municipal de forma generalista limitam a criação dessas oportunidades, comprometendo o desenvolvimento das crianças Warao e perpetuando sua vulnerabilidade.

Sob a perspectiva de Saskia Sassen (2006), esse cenário revela como as políticas públicas locais refletem dinâmicas globais de exclusão, nas quais populações migrantes e minorias culturais acabam marginalizadas em espaços urbanos que deveriam ser de acolhimento e diversidade. A ausência de estratégias efetivas de inclusão transforma o direito à educação em um mecanismo burocrático, centrado na matrícula e não na permanência e no sucesso escolar. Nesse sentido, é urgente que o município de Araguaína avance na construção de políticas públicas interculturais, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência das crianças Warao na escola como parte fundamental do compromisso com a justiça social e a cidadania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as ações promovidas pela gestão municipal de Araguaína/TO em relação ao acesso à educação das crianças e adolescentes indígenas Warao. Os dados analisados, obtidos por meio de entrevistas e documentos oficiais, indicam que, embora existam iniciativas relevantes por parte do poder público, estas ainda são insuficientes diante da complexidade da situação enfrentada pelos Warao. O desafio vai além da matrícula escolar: envolve permanência com dignidade, valorização cultural e respeito à identidade étnica. A ausência de ações mais estruturadas para garantir esses direitos perpetua um ciclo de exclusão.

A partir das teorias de Amartya Sen (2000) e Saskia Sassen (1998; 2016), foi possível compreender que as liberdades substantivas, como a educação, devem ser garantidas com base na pluralidade das necessidades humanas e nas especificidades de cada grupo. No caso dos Warao, o acesso à escola deve ser compreendido como ferramenta de resistência e reconstrução de subjetividades, profundamente impactadas pelas expulsões sociopolíticas de sua terra natal. A inserção forçada em uma sociedade urbana, sem mediações culturais adequadas, agrava as vulnerabilidades já existentes.

Sen (2000) defende que o desenvolvimento humano deve ser medido pela ampliação das liberdades reais. Isso implica, no contexto desta pesquisa, que a garantia do direito à educação não se limita ao ingresso em uma instituição de ensino, mas à criação de condições que permitam ao sujeito aprender, desenvolver-se e viver conforme seus valores culturais. Políticas públicas sem este entendimento correm o risco de apenas simular inclusão, sem efetivá-la na prática.

A teoria de Saskia Sassen (2016), por sua vez, é crucial para pensar os mecanismos de exclusão que atravessam os processos migratórios. A autora alerta para o modo como a globalização, ao reconfigurar os territórios e os Estados, expulsa os mais vulneráveis dos sistemas sociais, econômicos e educacionais. A invisibilidade dos Warao em algumas políticas públicas é reflexo disso: não são vistos como sujeitos de direito, mas como problema a ser administrado.

Como cidadão araguainense, não posso deixar de registrar a inquietação ética que essa realidade provoca. Viver em uma cidade que abriga, mas não necessariamente acolhe, coloca-nos diante de uma urgência histórica: ou assumimos nossa corresponsabilidade na luta por justiça social, ou contribuímos para a manutenção das desigualdades. Os Warao não são

estrangeiros no sentido da exclusão; são, antes, irmãos humanos que carregam suas histórias, traumas e esperanças.

Como profissional da educação superior, que atua na formação de futuros psicólogos, percebo o quanto é urgente uma formação crítica e sensível às questões das migrações, das identidades étnicas e das vulnerabilidades sociais. Este trabalho me confrontou com a necessidade de ampliar os debates acadêmicos sobre justiça educacional, diversidade cultural e políticas públicas intersetoriais. A universidade tem um papel decisivo nesse processo.

Ao escutar os relatos de pais, educadores e profissionais da rede municipal, ficou evidente que, apesar da boa vontade de muitos, ainda falta articulação entre os diversos setores envolvidos. As ações são pontuais, por vezes fragmentadas, e carecem de um plano municipal estruturado que enfrente o problema com a profundidade que ele exige. O improvisado e a ausência de uma política intersetorial prejudicam a efetividade das iniciativas.

Outro ponto importante é a ausência de mediadores culturais nas escolas. O idioma, as práticas religiosas, os costumes e até a alimentação dos Warao exigem uma abordagem pedagógica diferenciada, que respeite suas singularidades e promova uma educação intercultural. Neste sentido, a formação continuada dos profissionais da educação deve contemplar essa diversidade e preparar os docentes para o acolhimento.

A escuta dos profissionais revelou também que muitos se sentem despreparados para lidar com as especificidades dos alunos Warao. Falta orientação técnica, apoio psicossocial e recursos pedagógicos. A responsabilidade é empurrada para a escola, que, sem suporte, vê-se limitada em suas ações. Este é um reflexo da desarticulação das políticas públicas e da naturalização das ausências institucionais.

No contato com os pais e responsáveis Warao, emergiu um sentimento recorrente de frustração e desamparo. Muitos relatam dificuldades de comunicação com os professores. Este e demais relatos revelam uma vivência escolar marcada por obstáculos e não por possibilidades, contrariando os princípios constitucionais de igualdade e dignidade.

Apesar disso, a pesquisa também identificou sinais de resistência e de protagonismo por parte das famílias Warao. Elas não esperam apenas pelo Estado, mas se articulam para garantir o bem-estar de suas crianças, mesmo diante das inúmeras dificuldades. Esse movimento precisa ser reconhecido e fortalecido pelas políticas públicas, em uma lógica de corresponsabilidade e diálogo.

Diante do que foi exposto, esta pesquisa não se encerra em si mesma, mas se propõe a ser ponto de partida para novos olhares e investigações. Uma sugestão de pesquisa futura seria a análise longitudinal da trajetória escolar das crianças Warao, acompanhando os indicadores

de evasão, rendimento e permanência. Isso permitiria uma compreensão mais aprofundada dos impactos das políticas atuais. Outra linha de pesquisa relevante seria o estudo comparativo entre municípios que acolheram populações Warao no Brasil, observando quais estratégias geraram melhores resultados educacionais e sociais. Essa abordagem comparativa pode servir de subsídio para o aprimoramento das políticas locais em Araguaína e em outras cidades médias.

Além disso, pesquisas que articulem a dimensão da saúde mental e da educação também são urgentes. Muitos Warao chegaram ao Brasil em situação de trauma e luto, e essas experiências impactam diretamente o processo de aprendizagem. Entender essas relações pode subsidiar políticas mais integradas entre educação, saúde e assistência social. A atuação das universidades também deve ser objeto de investigação. De que forma os cursos de licenciatura e psicologia, por exemplo, têm preparado seus estudantes para trabalhar com populações indígenas e migrantes? Essa é uma lacuna que precisa ser enfrentada tanto nos currículos quanto nas práticas extensionistas.

É igualmente importante fomentar pesquisas que avaliem o papel das organizações da sociedade civil e das igrejas no acolhimento dos Warao. Em Araguaína, essas instituições têm sido fundamentais, mas nem sempre são reconhecidas ou articuladas com o poder público. Estudar essa rede informal pode revelar caminhos para ações mais efetivas e sustentáveis.

No campo jurídico, é recomendável investigar o grau de cumprimento da Lei de Migração (Lei 13.445/2017) no contexto municipal. Como os dispositivos legais têm sido aplicados na prática? Existem entraves legais, administrativos ou culturais que limitam sua eficácia? A resposta a essas perguntas pode orientar recomendações técnicas e jurídicas.

Por fim, reafirma-se que garantir o acesso pleno à educação para os Warao é uma questão de justiça social e não de caridade. A inclusão não deve ser vista como concessão, mas como reconhecimento de um direito inalienável. Neste sentido, Araguaína tem a oportunidade histórica de ser exemplo de acolhimento digno, respeitoso e comprometido com a diversidade humana.

Ao encerrar este trabalho, deixo como legado não apenas as análises realizadas, mas o compromisso ético de continuar denunciando exclusões, construindo pontes e promovendo uma educação libertadora. Que este estudo inspire políticas mais justas e pesquisas mais sensíveis às realidades invisibilizadas. Que os Warao sejam vistos, ouvidos e respeitados na escola, na cidade e na história.

REFERÊNCIAS

- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Os Warao no Brasil**: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas, refugiados e migrantes. Marlise Rosa e Sebastian Roa [coord.]. Brasília: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MACIEL, Pedro Costa. As lógicas WARAO e “Ocidental” em confronto: a construção de políticas públicas de atenção a refugiados em contexto de interculturalidade no Estado do Maranhão. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (Orgs.). **Yakera, Ka Ubanoko**: o dinamismo da etnicidade WARAO. Recife: UFPE, 2020.
- BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38.
- BELEI, R. A. *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Revista Cadernos de Educação**, v. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1770/1645>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BOTELHO, E.; RAMOS, L.; TARRAGÓ, E. **Parecer Técnico nº 208/2017/SEAP/6ªCCR/PFDC**. Brasília (DF): Ministério Público Federal (MPF), 2017.
- BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. *In*: NOGUERIA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família e escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-183.
- BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília DF, 24 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República. **Carta do Conselho Warao Ojiduna para os órgãos governamentais e para o Sistema de Justiça**. 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2023/carta_conselho_WARAO_ojiduna_para_orgaos_governamentais_e_para_sistema_justica_nov-2023.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.
- BRITO, A. X. de; LEONARDOS, A. C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, n. 113, p. 7-38, jul. 2001.

BRITO, Jaciara Neves; BARROS, Valdira. **Políticas públicas de acolhimento aos refugiados Venezuelanos Indígenas WARAO pelo estado do Maranhão**. 2021. Disponível em:

https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1365_1365612edff3b7b81.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUSTAMANTE, María Eugenia; SCARTON, Alicia García. Venezuela: British Petroleum em el delta del Orinoco. **Ecología Política**, n. 17, p. 120-127, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20743016>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CALIL, R. C. C.; ARRUDA, S. L. S. Discussão da pesquisa qualitativa com ênfase no método clínico. *In*: GRUBTS, S.; NORIEGA, J. A. V. (Orgs.). **Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação**. São Paulo: Vetor, 2004.

CARRANÇA, R. **Deslocamento dos Warao: migração, políticas públicas e integração**. São Paulo: Editora Brasil, 2021.

CASTRO, Alvaro A. García. Mendicidad indígena: Los WARAO Urbanos. **Boletín Antropológico**. Centro de Investigaciones Etnológicas. Museo Arqueológico, Universidade de Los Andes, Mérida, 2000. p. 79-90.

COSTA, Pablo Rogério Rosas. **A migração do povo Warao até Manaus: da rua ao abrigo e a busca por um lugar**. 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9064>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CUNHA, Patricia. **A cultura da miséria nas ruas de São Luís**. 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/03/a-cultura-da-miseria-nas-ruas-de-sao-luis>. Acesso em: 02 maio 2024.

DÍAZ, José Diego. El delta indígena: los guaraúnos del orinoco en La etnografía del obispo turrado. **España Ameríndio**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2008.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, v. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155017717012>. Acesso em: 22 jul. 2024.

DYE, Thomas D. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984.

FARIA, Carlos A. Pimenta. **O papel das ideias na formulação de políticas públicas**. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FLICK, U. Entrevista episódica. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-126.

FONSECA, J.; GUIMARÃES, L.; VASCONCELLOS, M. A vulnerabilidade dos indígenas Warao: entre o abandono social e a busca por direitos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 2, p. 123-145, 2008.

FONTANA, A.; FREY, J. H. Interviewing the art of Science. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**, p. 361-376, 1994.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 ago. 2024.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 21, jun. 2000, p. 211-259.

GOMES JÚNIOR, Geová Rodrigues; NASCIMENTO, Gisele Fernandes do. **Agronegócio, cidades médias e as dinâmicas socioeconômicas em Araguaína-TO**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6339>. Acesso em: 18 mar. 2025.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL. Percepções Warao sobre trabalho: suas experiências, expectativas e potencialidades para inserção produtiva na região metropolitana de Belém (Pará). Marlise Rosa e Lanna Peixoto (Orgs.). Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil; Agência da ONU para Refugiados, 2022. Disponível em: <https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Percepcoes-WARAO-Sobre-Trabalho-web-05-05-2022.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

LASWELL, H. D. **Politics: who gets what, when, How**. New York: McGraw-Hill, 1936.

LYNN, L. E. **Managing public policy**. New York: Harper & Row, 1980.

MACIEL, Síntia. **Amazônia real**. [S.l.]: Virtual Books, 2017. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/em-busca-de-comida-mais-de-100-indios-venezuelanos-warao-migram-para-manaus>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MARÉCHAL, Clémentine; VELHO, Augusto Leal de Britto; RODRIGUES, Milena Weber. Entre o abandono e a tutela: os WARAO e a rede de assistência social em Porto Alegre. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 179-211, set./dez. 2021.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits". **Policy Currents**, fev., p. 1-4, 1995.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Tópos**, v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval Magalhães. Interiorização de Venezuelanos para Minas Gerais: instituições que atuam em redes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 222-245, 2021. Disponível em: <https://revistas.ibict.br/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, E. Os WARAO no Brasil em cenas: “o estrangeiro”. **Périplos: Revista de Estudos Sobre Migrações**, v. 2, n. 2, p. 56–69, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/25457. Acesso em: 10 jul. 2024.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 25 ago. 2024.

PETERS, B. G. Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes. **Public Administration**, v. 76, p. 408-509, 1998.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do indizível ao dizível. *In*: VON SIMSON, O. (Org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ROCHA, M. A. A Lei de Imigração e os desafios do acolhimento: uma análise da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2020.

ROSA, Marlise. **A mobilidade WARAO no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. Rio de Janeiro, 2020.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. **Policy change and learning**: an advocacy coalition approach. Boulder, CO: Westview, 1993.

SANTOS, José Raimundo Torres dos. **Diáspora dos índios WARAO da Venezuela**. Boa Vista, 2019.

SASSEN, Saskia. “Front Matter.” *In*: **Territory, Authority, Rights**: From Medieval to Global Assemblages. STU-Student edition. Princeton University Press, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt7sx98.1>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SASSEN, Saskia. **A cidade global**: Nova Iorque, Londres, Tóquio. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SASSEN, Saskia. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1998.

SASSEN, Saskia. Expulsões. **Brutalidade e complexidade na economia Global**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsions**: brutality and complexity in the global economy. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno de Pesquisa**. Campinas, n. 48, 16 pp. 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e sub-áreas. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Janaína; GONZALO, Cora. Crise na Venezuela: índios Warao fogem para o Brasil, mas são deportados pela PF. **Amazônia Real**, Manaus, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/crise-na-venezuela-o-repudio-das-instituicoes-dos-direitos-humanos-contra-a-deportacao-em-massa-dos-indios-warao>. Acesso em: 17 jul. 2017.

TURRADO, Moreno, A. **Etnografía de los Indios Guaraunos**. Lit. y Tip Vargas, Caracas, Venezuela, 1945.

WILBERT, Werner; LAFÉE-WILBERT, Cecilia Ayala. LOS WARAO. In: FREIRE, Germán. **Salud Indígena en Venezuela**. Prerensa e Impresión Editorial Arte, 2007. v. 2.

ANEXOS

Anexo 1 - Parecer Final Consubstanciado da CONEP nº 7.428.334 e CAAE nº 80472324.3.0000.0342

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSO À EDUCAÇÃO: AÇÕES PROMOVIDAS AOS IMIGRANTES VENEZUELANOS WARAO PELA GESTÃO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA/TO

Pesquisador: AGEU MOURA DA SILVA

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 5

CAAE: 80472324.3.0000.0342

Instituição Proponente: Centro de Educação, Humanidades e Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.428.334

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2244532.pdf, de 26/12/2024) e do Projeto Detalhado.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se dá em um espaço geográfico localizado ao norte do estado do Tocantins, sendo na cidade de Araguaína. No último censo de 2022, a população de Araguaína era de 171.301 pessoas; a densidade demográfica de 42,78 hab./km². No tangente aos imigrantes de países vizinhos, vemos que, no ano de 2020, o Brasil recebeu mais de 200 mil venezuelanos. E, deste número, mais de 5 mil são indígenas, incluindo os Warao. Parte desse quantitativo vieram habitar na cidade de Araguaína. Os Warao são um povo de origem venezuelana, sendo o segundo maior grupo étnico da Venezuela. Estes indígenas são originários da região Caribenha do Delta do Orinoco. Nesta região, em específico, se tem várias localidades litorâneas, ribeirinhas e rurais. A localização dos povos Warao abrange algumas cidades do entorno, integrando, assim, o estado de Delta Amacuro e os territórios dos estados de Monagas e Sucre. O processo de emigração dos indígenas venezuelanos Warao não se deu por uma mudança sem motivos. Esse processo é resultado de uma série de acontecimentos

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

políticos, sociais e ambientais que a Venezuela sofreu e continua sofrendo. Essa migração advém de projetos ambientais do governo do país e que afetam o lar e o ambiente dos Warao, tudo em prol da agricultura. Ainda na década de 1960, um esforço desenvolvimentista fracassado do governo venezuelano para represar um dos rios do delta do Orinoco para incentivar a agricultura levou ao deslocamento dos Warao. Muitos Waraos tiveram seus meios de subsistência prejudicados e as suas terras foram ocupadas por agricultores e pecuaristas não indígenas, causando danos ao meio ambiente. Desse modo, para sobreviver, procuraram trabalho e recursos nas cidades. Assim, essa emigração dos Warao coloca-se como um movimento "forçado" de mobilidade. Diante dessa problemática e da situação de notável "abandono social" em que os indígenas venezuelanos se encontram, como falta de recursos econômicos, falta de assistência do Estado e uma crescente situação de vulnerabilidade social, esses sujeitos (ou coletivo, como um todo) ficam mais suscetíveis a uma série de problemas psicossociais. A partir disso, podemos observar os indígenas venezuelanos residindo em Araguaína/TO, e por isso a importância de ter um olhar atento a respeito de seus direitos, como à educação, no caso específico deste projeto. De modo a interpretar a realidade de Araguaína/TO no acolhimento de sujeitos imigrantes, atentaremos o olhar para estes sujeitos que advém de um processo de "mobilidade" forçada. Neste sentido, buscaremos compreender: em que medida as ações promovidas pela gestão municipal de Araguaína/TO, como cidade média que recebe imigrantes venezuelanos, e em especial as crianças e adolescentes, colocam-se como acolhedoras em relação às necessidades educacionais dos Warao, evitando situações de vulnerabilidade educacional e expandindo suas liberdades? Partindo do princípio de que há um processo não apenas de exclusão, mas também de uma expulsão disfarçada de mobilidade em massa de um povo, pensamos, nesta pesquisa, a seguinte hipótese: As ações promovidas pela gestão municipal em associação com a esfera federal compreendendo a Lei de migração n° 13.445, de 24 de maio de 2017 e a LDB, apresentam limitações no combate às vulnerabilidades educacionais frente as barreiras culturais, sociais, políticas e territoriais, encontradas pelos imigrantes venezuelanos Warao em Araguaína/TO. O objeto de estudo desta pesquisa são as ações educacionais que a prefeitura municipal dispõe e que são voltadas para os indígenas venezuelanos Warao, residentes no município de Araguaína/TO.

HIPÓTESE

As ações promovidas pela gestão municipal em associação com a esfera federal compreendendo a Lei de migração n° 13.445, de 24 de maio de 2017 e a LDB, apresentam

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

limitações no combate às vulnerabilidades educacionais frente as barreiras culturais, sociais, políticas e territoriais, encontradas pelos imigrantes venezuelanos Warao em Araguaína/TO.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se dá em um espaço geográfico localizado ao norte do estado do Tocantins, sendo na cidade de Araguaína. Ressaltamos aqui que Araguaína é compreendida como uma cidade média. Segundo o IBGE, uma cidade média é um município com uma população de 100 a 500 mil pessoas, nesse sentido Araguaína, se enquadra nessa classificação, pois de acordo com o último censo, a cidade já tem cerca de 173.301 mil habitantes (IBGE, 2022) Em se tratando de sua historicidade, sabe-se que, por volta dos anos de 1950, Araguaína configurava-se como um pequeno e isolado povoado e que, na década posterior, evoluiu para a condição de município, apresentando, nos espaços, as marcas de rápidas e intensas transformações sociais e econômicas. "Os volumosos movimentos migratórios determinaram crescimento populacional e transformações espaciais no município, sobretudo na cidade" (Antero, 2016, p. 1). Além disso, nossa pesquisa é qualitativa e se concentra no estudo de políticas públicas aplicadas aos Warao em Araguaína/TO. A pesquisa qualitativa se concentra na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, focando em aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Minayo (2001) afirma que a pesquisa qualitativa abrange uma gama ampla de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Isso corresponde a uma gama mais ampla de relações, processos e fenômenos que não podem ser limitados ao uso de variáveis operacionais. Ele foi inicialmente usado em antropologia e sociologia como um contraponto à pesquisa quantitativa predominante.

Caracterização das técnicas de coleta de informação/ geração de dados

Faz-se necessário afirmar que este trabalho envolverá humanos e solicitará acesso a documentos oficiais, e por isto pontuamos que é dever do pesquisador zelar pelo anonimato das fontes, pela guarda e segurança dos dados, seguindo assim as diretrizes legais da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), nº 13.709/2018, resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho de Saúde.

As técnicas metodológicas presentes nesta pesquisa são divididas em três eixos: (1) técnica de coleta; (2) técnica de tabulação; e (3) técnica de análise. Isso ajuda a organizar e entender o procedimento metodológico usado.

EIXO 1: técnica de coleta

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

Neste eixo nos valeremos da análise dos documentos oficiais sobre ações destinadas aos indígenas venezuelanos Warao, em especial em relação às crianças e adolescentes no que tange à sua inserção escolar em Araguaína/TO. Em segundo momento, ocorrerá a aplicação de questionário e entrevistas semiestruturada com warao pais ou responsáveis, sobre a inserção de jovens e adolescentes nas escolas araguanenses em Araguaína/TO, aplicado individualmente a seis pais ou responsáveis de crianças warao, e um (a) assistente social, duas professoras ou professores, um porteiro (a), uma merendeira (o), da prefeitura de Araguaína/TO. O roteiro das entrevistas semiestruturadas estão disponíveis nos Apêndices 1, 2, 3 e 4 deste projeto. Para que os possíveis entrevistados citados acima sejam localizados, partiremos do contato com as seguintes secretarias, sendo elas, Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMATH), a partir da qual estaremos entrevistando um (a) assistente social, e também solicitando ajuda na localização dos Venezuelanos Waraos, e para além da solicitação de ajuda quanto a localização dos Waraos responsáveis por crianças ou adolescentes, também serão realizadas buscas ativas nos semáforos da cidade em que frequentemente são avistados pedindo ajuda financeira. A segunda secretaria a ser procurada será a Secretaria de Educação Municipal de Araguaína (SEMED), na qual solicitaremos as entrevistas com duas professoras ou professores, um porteiro (a), uma merendeira (o), e também solicitaremos ajuda quanto a localização dos Waraos responsáveis por crianças ou adolescentes que possam estar inseridas no ensino fundamental. Serão feitas as seguintes solicitações aos participantes: autorização para gravação dos momentos de diálogo; autorização para captura e divulgação de imagens. Após o primeiro momento da coleta de dados a partir de "roteiro para entrevistas semiestruturadas, com atores selecionados", valeremo-nos do procedimento de transcrição para tabulação dos dados coletados e o terceiro faremos a análise dos dados a partir da amostragem em bola de neve.

EIXO 2: técnicas de análise

As etapas do método de análise de conteúdo (pré-análise; análise e interpretação) serão descritas a seguir, com base em Bardin (1977). Pré-análise: Compreendida como primeira etapa, normalmente consiste em três tarefas: selecionar os documentos para a análise (corpus), formular hipóteses e objetivos e criar indicadores que sustentam a interpretação final. Análise do material: O corpus estabelecido deve ser estudado mais a fundo para estabelecer as unidades de registro e contexto. "Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos" (BARDIN, 1977, p. 101).

Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: É o processo de descoberta de significados

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

não declarados por detrás do discurso aparente, que geralmente é polissêmico e simbólico. E isso requer muito trabalho do analista para interpretá-lo.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO

Seis pais ou responsáveis de crianças warao, e um (a) assistente social, duas professoras ou professores, um porteiro (a), uma merendeira (o), da prefeitura de Araguaína/TO.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Analisar as ações que a prefeitura de Araguaína empreende na condição de cidade média voltada para os indígenas venezuelanos Warao como coletividade na cidade de Araguaína-TO, verificando a promoção de acesso educacional para crianças e adolescentes Warao em relação às suas necessidades e à acolhida conforme a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Compreender a participação das crianças e adolescentes indígenas venezuelanos Warao na educação escolar araguainense;
2. Identificar e descrever quais as ações realizadas pela gestão municipal de Araguaína/TO frente as barreiras sociais que as crianças e adolescente indígenas venezuelanos Warao enfrentam em relação ao acesso à educação;
3. Identificar e descrever quais as percepções dos atores sociais participantes desta pesquisa em relação à presença das crianças e adolescentes Warao nas escolas públicas de Araguaína/TO;
4. Analisar as ações da gestão municipal voltadas para esse povo imigrante em Araguaína/TO, buscando compreender o cenário local e nacional em relação aos imigrantes venezuelanos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

A dificuldade quanto a receptibilidade por parte dos Venezuelanos Warao, implicando nas entrevistas e questionários.

BENEFÍCIOS

A pesquisa se coloca como uma ponte entre o público estudado e o estado, podendo resultar

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

na melhora e promoção de políticas públicas que de fato os atendam com eficácia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional e unicêntrico.

Caráter acadêmico: realizado para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Orçamento: financiamento próprio, com previsão de gastos totais de R\$ 250,00.

Não há previsão de coleta e/ou armazenamento de material biológico humano.

Previsão de início do estudo: 01/11/2024.

Previsão de encerramento do estudo: 29/11/2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise de resposta ao parecer (pendente) nº 7.169.851 (PROTOCOLO ORIGINAL), emitido pela Conep em 25/10/2024:

1. Quanto à folha de rosto, arquivo "folha_De_Rosto.docx", submetido na Plataforma Brasil em 20/09/2024: Na Folha de Rosto apresentada, item "PATROCINADOR PRINCIPAL", consta a UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT, apesar de constar no arquivo "ORCAMENTO.pdf", de 20/09/2024 constar que "todos os custos relacionados à pesquisa serão financiados pelo próprio pesquisador". Solicitase explicar se o financiamento será próprio e adequar essa informação na folha de rosto e nos demais documentos do protocolo.

RESPOSTA: (Vide imagem na carta resposta, arquivo "CARTA_DE_RESPOSTA_OFCxx.docx", de 26/12/2024)

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Quanto às autorizações, declarações e termos necessários, em comunidades cuja cultura

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

grupar reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável. Dessa forma, solicita-se apresentar autorização das lideranças (Resolução CNS nº 304 de 2000, item 2.4) ou, caso seja inviável sua apresentação no momento, declaração do(a) pesquisador(a) de que essa será obtida antes do início da pesquisa.

RESPOSTA: DECLARAÇÃO

Eu, Ageu Moura da Silva, portador(a) do CPF 046.969.851-99, residente na rua Jm4, Quadra 02, Lote 06, Setor Jardim Mônaco, em Araguaína/Tocantins, declaro, para os devidos fins, que no âmbito da pesquisa intitulada "ACESSO À EDUCAÇÃO: AÇÕES PROMOVIDAS AOS IMIGRANTES VENEZUELANOS WARAO PELA GESTÃO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA/TO", será realizada a obtenção da devida autorização das lideranças das comunidades indígenas Warao, conforme estabelecido pela Resolução CNS nº 304 de 2000, item 2.4, antes do início efetivo das atividades de coleta de dados no campo.

Reconheço a importância do respeito às particularidades culturais e à autoridade das lideranças ou do coletivo sobre o indivíduo nessas comunidades e asseguro que todas as etapas do processo de autorização serão conduzidas de acordo com os princípios éticos que regem a pesquisa.

Declaro ainda que, no momento, não é possível apresentar as autorizações necessárias, mas comprometo-me a obtê-las e a apresentá-las aos órgãos competentes antes de iniciar qualquer procedimento em campo.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Araguaína/TO, 24 de Novembro de 2024

Ageu Moura da Silva

Pesquisador(a)

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3. Quanto às informações básicas do projeto, cadastradas durante a submissão na Plataforma Brasil "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2244532.pdf", gerado em 20/09/2024:

3.1. Solicita-se que as informações contidas nos documentos "Projeto Detalhado" e "PB Informações Básicas da Pesquisa" e demais documentos sejam atualizadas de forma a não existir incoerências em seu conteúdo, principalmente no que diz respeito ao item sobre

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

"Cronograma". Solicita-se adequação e submissão dos documentos atualizados na Plataforma Brasil.

RESPOSTA: Informações atualizadas na plataforma

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.2. Mesmo que a pesquisa tenha "financiamento próprio", todos os protocolos devem conter "orçamento financeiro". Solicita-se inserir orçamento financeiro previsto DETALHADO (destaque nosso) de acordo com a Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.3.e.

RESPOSTA: Alterações realizadas na plataforma

TÍTULO DA PESQUISA: ACESSO À EDUCAÇÃO: AÇÕES PROMOVIDAS AOS IMIGRANTES VENEZUELANOS WARAO PELA GESTÃO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA/TO
ORÇAMENTO PARA A PESQUISA DE MESTRADO

(Vide tabela na carta resposta, arquivo "CARTA_DE_RESPOSTA_OFCxx.docx", de 26/12/2024)

OBS: Ressaltando que todos os custos relacionados à pesquisa serão financiados pelo próprio pesquisador.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.3. A Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso XXV, define risco da pesquisa como "a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente". Ao subestimar os riscos envolvidos em um estudo, o(a) pesquisador(a) não transmite as informações necessárias para que o indivíduo tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa. Dessa forma, solicita-se que os RISCOS DA PESQUISA sejam expressos objetivamente e sem o uso de adjetivos (como risco mínimo, baixo, moderado, elevado etc.), no CAMPO "RISCOS", bem como INCLUINDO a apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano ao(à) participante de pesquisa. RESPOSTA: (alteração realizada na plataforma): "Nesta pesquisa, identificamos que os principais riscos potenciais estão relacionados ao desconforto emocional ao responder perguntas sobre experiências pessoais e possíveis sentimentos de exposição durante as entrevistas.

Para mitigar esses riscos, serão adotadas as seguintes medidas preventivas:

Ambiente seguro: As entrevistas serão conduzidas em locais escolhidos pelos participantes, garantindo conforto e privacidade.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

Direito de recusa: O participante terá total liberdade para não responder a qualquer pergunta que lhe cause desconforto, podendo, inclusive, retirar seu consentimento em qualquer momento, sem sofrer penalidades ou prejuízos.

Suporte disponível: Caso seja identificado qualquer desconforto durante ou após a pesquisa, será oferecido suporte por profissionais qualificados para atendimento ou encaminhamento apropriado.

Sigilo absoluto: Todas as informações coletadas serão tratadas de forma confidencial, com anonimização garantida em todas as etapas da pesquisa."

Ademais, destaco que, como psicólogo devidamente formado e habilitado, estou capacitado para identificar e intervir em situações de desconforto psicológico, garantindo suporte imediato. Além disso, ressalto que as entrevistas serão realizadas em local previamente acordado e em condições que priorizem a segurança e o bem-estar dos participantes. Caso necessário, tenho carro próprio disponível para deslocamento emergencial, e a possibilidade de acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que está plenamente operacional na cidade de realização das entrevistas. Essas medidas garantem uma resposta rápida e eficiente para qualquer eventualidade que possa surgir.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.4. A Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso III, define benefício da pesquisa como as "contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado", sem incluir benefícios ao(à) pesquisador. Dessa forma, solicita-se informar objetivamente e sem adjetivações quais serão os benefícios para o(a) participante da pesquisa e/ou à comunidade.

RESPOSTA: (alteração realizada na plataforma): "Os benefícios incluem a geração de dados relevantes sobre as ações educacionais promovidas pela gestão municipal de Araguaína para os imigrantes venezuelanos Warao, contribuindo para a avaliação e o aprimoramento das políticas públicas voltadas para essa população. Os resultados esperados poderão oferecer subsídios para melhorar o acesso à educação e a inclusão social de crianças e adolescentes Warao, fortalecendo o cumprimento das garantias previstas na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Esses benefícios não são imediatos, mas representam avanços para a comunidade Warao e para a sociedade em geral."

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

**COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA**

Continuação do Parecer: 7.428.334

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4. Quanto ao Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, arquivo "TCLE.docx", submetido na Plataforma Brasil em 20/09/2024:

4.1. Conforme a terminologia da Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso XXII, solicita-se alterar o nome "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" para "Registro do Consentimento Livre e Esclarecido".
RESPOSTA: Registro do Consentimento Livre e Esclarecido.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.2. O registro do consentimento livre e esclarecido deve assegurar, objetivamente, a "informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver" (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso V). Solicita-se adequação.

RESPOSTA: "É importante lembrar que manteremos o sigilo sobre todas as informações confidenciais da pesquisa assim como iremos assegurar a privacidade dos envolvidos. Garantimos ainda o acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa, incluindo garantia de indenização."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.3. Na página 2 de 3 lê-se: "caso aconteça um imprevisto e você tenha algum tipo de despesa ao colaborar com essa pesquisa, como alimentação ou transporte, você deverá falar com o pesquisador no momento de sua participação sobre o ressarcimento dessas eventuais despesas". Deve-se assegurar afirmativamente a "garantia de ressarcimento ao participante da pesquisa e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver" (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso VII). Solicita-se incluir no registro de consentimento livre e esclarecido a garantia de ressarcimento e as formas de cobertura de possíveis gastos previstos para o(a) participante da pesquisa), assim como de seus acompanhantes, se houver.

RESPOSTA: " Caso aconteça um imprevisto e você tenha algum tipo de despesa ao colaborar com essa pesquisa, como alimentação ou transporte, você deverá falar com o pesquisador no momento de sua participação, pois o garantimos o ressarcimento dessas eventuais despesas."

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar**Bairro:** Asa Norte**CEP:** 70.719-040**UF:** DF**Município:** BRASILIA**Telefone:** (61)3315-5877**E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.4. De acordo com a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 19, Parágrafo 2, "o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, terá direito a assistência e a buscar indenização". Solicita-se incluir no registro do consentimento livre e esclarecido a informação de que, havendo algum dano decorrente da pesquisa, o(a) participante terá direito a ser "indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei" (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 9, Inciso VI).

RESPOSTA: "Garantimos ainda o acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa, incluindo garantia de indenização."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.5. Como o estudo envolve população indígena, solicita-se adequação para informar ao(à) participante que o uso de sua imagem e/ou som contemplará a Portaria nº 177/PRES/2006, Art. 6º, da Funai e demais legislações pertinentes. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: No que diz respeito a gravação da conversa durante a realização dos diálogos nesta pesquisa, serão realizadas exclusivamente para fins científicos e publicações acadêmicas. O uso seguirá integralmente a Portaria nº 177/PRES/2006 da Funai, que regula a proteção de imagens e sons de populações indígenas.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.6. De acordo com a Carta Circular nº 51-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS, item 3.c, quando o registro de consentimento livre e esclarecido é em formato escrito, é aceitável APENAS NA PARTE FINAL do documento, em que estão os campos de assinatura e na qual participante manifesta o seu desejo, que esteja escrita como declaração, e tenha redação simples, como "li e concordo em participar da pesquisa". Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Resposta (conforme o anexo): "() Li e concordo em participar da pesquisa"

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.7. O registro do consentimento livre e esclarecido deve informar os meios de contato com o CEP (endereço, E-MAIL e TELEFONE nacional), assim como os horários de atendimento ao público. Também é necessário apresentar, em linguagem simples, uma breve explicação sobre

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

o que é o CEP (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso IX). Solicita-se adequação.

RESPOSTA: "Comitê de Ética em Pesquisa Função: Avaliar e acompanhar projetos de pesquisa que envolvem seres humanos. O seu funcionamento para atendimento aos pesquisadores e comunidade ocorre de segunda à sexta-feira, das 13h30min às 17h30min, exceto em feriados, recesso acadêmico e nas datas das reuniões ordinárias do CEP/UFNT. No caso de dúvidas e orientações, os(as) pesquisadores(as) e a comunidade poderão entrar em contato com o CEP/UFNT: Telefone: (63) 3416-5686/5696 E-mail: cep@ufnt.edu.br"

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.8. Considerando que o estudo foi analisado pela Conep, solicita-se, para melhor informar aos participantes de pesquisa, que seja incluída no registro do consentimento livre e esclarecido uma breve descrição do que é a Conep, qual sua função no estudo, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h].

RESPOSTA: "CONEP: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa Função: Coordenar os CEPs e garantir a proteção dos participantes de pesquisa. [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte * Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61)3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h]."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4.9. Na página 16 de 29 lê-se: "Serão feitas as seguintes solicitações aos participantes: autorização para gravação dos momentos de diálogo; autorização para captura e divulgação de imagens". O Registro do Consentimento Livre e Esclarecido deve informar objetivamente aos participantes qual a razão de ser da obtenção de suas imagens e o que será feito com elas por parte do pesquisador. Solicita-se adequação. RESPOSTA: No que diz respeito a gravação da conversa durante a realização dos diálogos nesta pesquisa, serão realizadas exclusivamente para fins científicos e publicações acadêmicas. O uso seguirá integralmente a Portaria nº 177/PRES/2006 da Funai, que regula a proteção de imagens e sons de populações indígenas.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

5. Na metodologia do projeto encontra-se a informação de que existe a intenção de obtenção das imagens dos entrevistados. Solicita-se explicar como o(a) pesquisador(a) fará para analisar este tipo de registro tendo em vista o alcance dos objetivos estabelecidos, sem expor os participantes da pesquisa.

RESPOSTA: Serão feitas as seguintes solicitações aos participantes: autorização para gravação dos momentos de diálogo; autorização para captura e divulgação de imagens. A captura e utilização de imagens dos participantes serão realizadas exclusivamente para fins científicos e publicações acadêmicas. O uso seguirá integralmente a Portaria nº 177/PRES/2006 da Funai, que regula a proteção de imagens e sons de populações indígenas. As imagens não serão compartilhadas com terceiros ou utilizadas para fins comerciais.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2244532.pdf	26/12/2024 10:55:57		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_versao_limpa.pdf	26/12/2024 10:54:31	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_DO_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_VERSAO_LIMPA.docx	26/12/2024 10:52:55	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	REGISTRO_DO_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.docx	26/12/2024 10:50:07	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 7.428.334

Outros	CARTA_DE_RESPOSTA_OFCxx.docx	26/12/2024 10:49:25	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	26/12/2024 10:48:48	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_PARA_A_PESQUISA_D E_MESTRADO.pdf	26/12/2024 10:48:25	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_PARA_A_PESQUISA_D E_MESTRADO_VERSAO_LIMPA.pdf	26/12/2024 10:48:12	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Ageu_Projeto_pesquisa_doc.docx	26/12/2024 10:47:45	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Ageu_Projeto_pesquisa_versao_limpa.d ocx	26/12/2024 10:47:27	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Outros	ANUENCIA_SEMED.pdf	20/09/2024 15:33:35	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Outros	ANUENCIA_SEMASTH.pdf	20/09/2024 15:29:11	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito
Outros	carta_de_Apresentacao_ao_comite_assi nado.pdf	03/06/2024 16:30:47	AGEU MOURA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

BRASILIA, 14 de Março de 2025

Assinado por:
Lais Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 5ª andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – PROGRAMA DE
PÓS- GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS
REGIONAIS – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FINS DE PESQUISA – PAIS
OU RESPONSÁVEIS DE CRIANÇAS WARAOS RESIDENTES EM
ARAGUAÍNA/TO

Número de identificação do questionário |__|__|__|

Nome do entrevistador(a): _____

Data da Entrevista. |__| |__| |____|

Nome da Pessoa Entrevistada: _____

Endereço do Entrevistado: _____

CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

1. Em que país ou estado você vivia antes de imigrar?

2. Idade

1- Menor de 20 anos

2- 20 a 39 anos

3- 40 a 64 anos

4- 65 anos ou mais

3. Sexo:

1- Masculino () 2- Feminino ()

4. Ano de Chegada ao Brasil?

5. Estado conjugal:

- 1- Casado/a
- 2- Com parceiro/a
- 3- Solteiro/a
- 4- Divorciado/a
- 5- Separado/a
- 6- Viúvo/a

6. Escolaridade do entrevistado:

- 1- Analfabeto
- 2- Ensino Fundamental completo
- 3- Ensino Fundamental incompleto
- 4- Ensino Médio completo
- 5- Ensino Médio incompleto
- 6- Ensino Superior completo
- 7- Ensino Superior incompleto
- 8- Especialização
- 9- Mestrado

7. Qual a principal motivação para emigrar para o Brasil:

- 1- Crise Política
- 2- Crise Econômi
- ca 3- Busca de trabalho
- 4- Violênci

a

5- Perseguição política

6- Estudos

7- Tratamen

to de saúde

8- Outro

motivo.

Qual?

8. A sua primeira experiência migratória foi quando você chegou a Araguaína/TO?

1. Sim

2. Não. Qual foi a outra?

9. Antes de vir para Araguaína, já tinha algum familiar residindo aqui?

10. Qual o motivo que lhe fez optar em vir para Araguaína/TO?

11. Quantos filhos você tem?

() 1; () 2; () 3; () 4; () 5; () 6; () 7; () 8;

Caso não tenha filhos, mas seja responsável legal por uma criança ou adolescente, informe quantas crianças ou adolescentes estão sob sua responsabilidade, e por qual motivo estão sob sua responsabilidade.

12. As crianças ou adolescentes estão matriculadas e frequentando assiduamente a escola?

13. Como você considera o acesso à educação/ desde a matrícula até o acesso à sala de aula foi fácil?

14. Você recebeu alguma ajuda assistencial para que pudesse auxiliar na inserção da sua criança ou adolescente na escola?

15. Sua criança ou adolescente tem enfrentado algum desafio no contexto escolar?

16. Você acha que o idioma local dificulta a inserção de sua criança ou adolescente em Araguaína e na escola?

17. Na sua percepção, Araguaína e sua população tem sido acolhedora com sua criança/adolescente?

18. A prefeitura de Araguaína tem procurado vocês para oferecer algum tipo de ajuda voltada para as crianças e adolescentes? Qual?

19. Tem algum outro comentário sobre sua acolhida em Araguaína e a acolhida de seus filhos e dependentes, incluindo também a acolhida da/na escola?

APÊNDICE II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS
ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FINS DE PESQUISA
– ASSISTENTES SOCIAIS - ATORES SOCIAIS DA GESTÃO MUNICIPAL
DE

ARAGUAÍNA/TO

Número de identificação do roteiro para entrevista |__|__||__|

Nome do entrevistador(a): _____

Data da Entrevista. |__| |__| |__|__|

Nome da Pessoa Entrevistada: _____

Endereço do Entrevistado: _____

CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

1. Você tem conhecimento sobre as políticas públicas implementadas para indígenas na Venezuela ou no país e na cidade de Araguaína/TO?
2. Você participou da construção da política municipal para recepção aos Warao?
3. Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender os Indígenas Venezuelanos Warao, em especial, as crianças e adolescentes?
 - a. Quais são as principais ações ou políticas públicas que você considera relevantes para melhorar a vida das crianças e adolescentes indígenas Warao?
 - b. Você acha que as políticas públicas atuais atendem às necessidades únicas das crianças e adolescentes Warao? Por quê?
 - c. Quais são os principais problemas ou lacunas que você vê nas ações

da gestão municipal, estadual e federal concernente às políticas públicas que estão sendo integradas para os Warao, em especial para as crianças e adolescentes?

3. Na sua percepção, as políticas públicas atuais estão ajudando a integrar os Warao a seu local de chegada? Se for o caso, como isso é realizado? Se isso não for o caso, o que pode ser melhorado?
4. Existem recomendações quanto à inserção das crianças e adolescentes Warao nas escolas públicas de Araguaína/TO?
5. Existe algum outro problema relacionado às ações ou políticas públicas indígenas Warao que você gostaria de abordar?

APÊNDICE III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS
 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FINS DE PESQUISA –
 PROFESSORES VINCULADOS AO MUNICÍPIO DE
 ARAGUAÍNA/TO

Número de identificação do questionário |__|__|__|__|

Nome do entrevistador(a): _____

Data da Entrevista. |__| |__| |__|__|

Nome da Pessoa Entrevistada: _____

Endereço do Entrevistado: _____

CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

1. Você tem conhecimento sobre as crianças e adolescentes venezuelanas, presentes nas escolas públicas de Araguaína/TO?

2. Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender as crianças e adolescentes Indígenas Venezuelanos Waraos?

3. Quais são os principais desafios que você observa em sala de aula que as crianças e adolescentes venezuelanos enfrentam nas escolas públicas de Araguaína/TO?

4. Você tem conhecimento de alguma política pública voltada para crianças e adolescentes imigrantes residentes no Brasil?

5. Você acha que as políticas públicas atuais atendem às necessidades únicas das crianças e adolescentes Vebezuelanos Warao? Por que?

6. Quais são os principais problemas ou lacunas que você vê nas ações da gestão estadual, federal e municipal concernente às políticas públicas que estão sendo integradas para os Warao, em especial para as crianças e adolescentes?

7. Há alguma coisa que não foi perguntada e você gostaria de falar?

APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS
– ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA FINS DE PESQUISA –
EQUIPE ESCOLAR - ATORES SOCIAIS DA GESTÃO MUNICIPAL DE
ARAGUAÍNA/TO

Número de identificação do questionário |__|__|__|

Nome do entrevistador(a): _____

Data da Entrevista. |__| |__| |__|__|

Nome da Pessoa Entrevistada: _____

Endereço do Entrevistado: _____

CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

1. Você tem conhecimento sobre as crianças e adolescentes venezuelanas, presentes nas escolas públicas de Araguaína/TO?
2. Você recebeu alguma orientação ou treinamento para atender as crianças e adolescentes Indígenas Venezuelanos Waraos?
3. Você recebeu alguma orientação quanto ao padrão alimentar para atender as crianças e adolescentes Indígenas Venezuelanos Waraos? (se aplica as merendeiras (os))
4. Você recebeu alguma orientação quanto aos comportamentos das crianças e adolescentes Indígenas Venezuelanos Warao? (se aplica aos porteiros (as))
5. Quais são os principais desafios que você considera que as crianças e adolescentes venezuelanos enfrentam nas escolas públicas de Araguaína/TO?
6. Você tem conhecimento de alguma política pública voltada para crianças e

adolescentes residentes no Brasil, ou alguma ação voltada para este público em Araguaína/TO?

7. Quais são os principais problemas ou lacunas que você vê nas ações das gestões Estadual, Federal e Municipal concernente às políticas públicas que estão sendo integradas para os Warao, em especial para as crianças e adolescentes?

8. Há alguma coisa que não foi perguntada e você gostaria de falar?

APÊNDICE V - Escola Municipal João de Sousa Lima (Rua Campos Elísios – Loteamento Planalto, Araguaína – TO).



Fonte: Registro feito pelo autor (2025).

APÊNDICE VI - CEI Professora Edília Moraes Soares (R. das Acácias, 22 - Lot. Araguaína Sul, Araguaína - TO).



Fonte: Registro feito pelo autor (2025).

APÊNDICE VII - Escola Municipal Francisco Bueno de Freitas (Rua Perdiz, 96 – Loteamento Maracanã, Araguaína – TO).



Fonte: Registro feito pelo autor (2025).

APÊNDICE VIII - Escola Municipal Joaquim de Brito Paranaguá (Rua Paranaguá, 279 – Setor Eldorado, Araguaína – TO).



Fonte: Registro feito pelo autor (2025).